



CÂMARA DOS DEPUTADOS

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

**Brasília – DF
2016**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Relatório de Gestão do exercício de 2015 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63, de 2010, da Decisão Normativa TCU nº 146, de 2015, e da Portaria TCU nº 321, de 2015.

Consolidação das informações sobre o Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados.

Brasília – DF
2016

LISTAS

Lista de figuras

Figura 1 – Estratégia da Câmara dos Deputados

Figura 2 – Plano Estratégico de TIC (Peti)

Figura 3 – Indicadores de desempenho do Peti

Figura 4 – Capacitação do pessoal de TIC

Lista de gráficos

Gráfico 1 – Servidores efetivos por nível de escolaridade

Lista de quadros

Quadro 1 – Projetos corporativos 2015-2016

Quadro 2 – Portfólio de grandes obras

Quadro 3 – Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores

Quadro 4 – Despesas por modalidade de contratação – UG Câmara dos Deputados

Quadro 5 – Despesas por modalidade de contratação – UG FRCD

Quadro 6 – Despesas por grupo e elemento de despesa – UG Câmara dos Deputados

Quadro 7 – Despesas por grupo e elemento de despesa – UG FRCD

Quadro 8 – Concessão de suprimento de fundos – Câmara dos Deputados

Quadro 9 – Utilização de suprimento de fundos – Câmara dos Deputados

Quadro 10 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos – Câmara dos Deputados

Quadro 11 – Despesas de pessoal

Quadro 12 – Informações sobre as contratações de estagiários

Quadro 13 – Informações sobre contratações de pessoal de apoio

Quadro 14 – Cessão de espaços físicos

Quadro 15 – Medidas adotadas em caso de dano ao erário

Lista de siglas

A3P – Agenda Ambiental da Administração Pública

ANS – Acordo de nível de serviço

Aproge – Assessoria de Projetos e Gestão

Ascade – Associação dos Servidores da Câmara dos Deputados

BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

Calip – Coordenação de Auditoria de Licitação, Contratos e Patrimônio

CD – Câmara dos Deputados

CDTI – Comitê Diretivo de Tecnologia de Informação e Comunicação

Ceam/SIA – Centro de Gestão e Armazenamento de Materiais/Setor de Indústria e Abastecimento

Ceap – Cota para exercício da atividade parlamentar

Cefor – Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento

Cenin – Centro de Informática

Ceti – Comitê Estratégico de Tecnologia de Informação e Comunicação

CGE – Comitê de Gestão Estratégica

CGR – Comitê Gestor do Relacionamento

CNE – Cargo de natureza especial

Coarh – Coordenação de Auditoria de Recursos Humanos

Coati – Coordenação de Auditoria de Tecnologia de Informação
Coasp – Coordenação de Auditoria de Assuntos Parlamentares
Cohab – Coordenação de Habitação
Conle – Consultoria Legislativa
Conof – Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira
COE – Coordenação de Operações Especiais
Coped – Comissão Permanente de Disciplina
Coseo – Coordenação de Segurança Orgânica
CPI – Comissão parlamentar de inquérito
CSG – Comitê Setorial de Gestão
CTAN – Coordenação de Transportes
DCD – Diário da Câmara dos Deputados
DSF – Diário do Senado Federal
DCN – Diário do Congresso Nacional
Deapa – Departamento de Apoio Parlamentar
Defin – Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade
Demap – Departamento de Material e Patrimônio
Demed – Departamento Médico
Depes – Departamento de Pessoal
Depol – Departamento de Polícia Legislativa
Detec – Departamento Técnico
DF – Distrito Federal
DG – Diretoria-Geral
Dileg – Diretoria Legislativa
Dirad – Diretoria Administrativa
DN – Decisão normativa
DOU – Diário Oficial da União
DRH – Diretoria de Recursos Humanos
ECGE – Escritório Corporativo de Gestão Estratégica
ECM – Enterprise Content Management/Sistema de Gestão de Conteúdos
FRCD – Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados
GDF – Governo do Distrito Federal
GND – Grupo de natureza de despesa
Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LAI – Lei de Acesso à Informação
LTS – Licença para tratamento da própria saúde
MOB – Projeto Mobilidade Sustentável
Nacop – Núcleo de Auditoria Contábil e Operacional
Napes – Núcleo de Auditoria de Pessoal
NBC – Norma Brasileira de Contabilidade
Nualc – Núcleo de Auditoria de Licitações e Contratos
Nuarh – Núcleo de Auditoria de Recursos Humanos
OCI – Órgão de Controle Interno
PAD – Processo administrativo disciplinar
Peti – Plano Estratégico de TIC
PDTI – Plano Diretor de Tecnologia de Informação e Comunicação
PEC – Proposta de emenda à Constituição
PL – Projeto de lei
PLP – Projeto de lei complementar

PLS – Plano de Gestão de Logística Sustentável
PMI – Procedimento de manifestação de interesse
PPP – Parceria público-privada
RAE – Reunião de avaliação estratégica
RH – Recursos humanos
RIP – Registro Imobiliário Patrimonial
Seadp – Seção Administrativa Patrimonial
Sciam – Seção de Controle de Imóveis e Auxílio-Moradia
Secin – Secretaria de Controle Interno
Secom – Secretaria de Comunicação Social
Secof – Seção de Controle Orçamentário e Financeiro
Sedhab – Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação
Serpro – Serviço Federal de Processamento de Dados
SGM – Secretaria-Geral da Mesa
SHCES – Setor de Habitações Coletivas Econômicas Sul
SIA – Setor de Indústria e Abastecimento
Siafi – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
Sigesp – Sistema de Gestão de Pessoal
Sigmas – Sistema de Gestão de Material e Serviços
Sileg – Sistema de Informação Legislativa
SISGRU – Sistema de Gestão de Recolhimento da União
SQN – Superquadra Norte
SQS – Superquadra Sul
SP – Secretário parlamentar
SRI – Secretaria de Relações Internacionais
TCE – Tomada de Contas Especial
TCU – Tribunal de Contas da União
TI – Tecnologia da informação
TIC – Tecnologia da informação e comunicação
UG – Unidade gestora
UPC – Unidade prestadora de contas

Lista de tabelas

Tabela 1 – Macroprocessos finalísticos da Câmara dos Deputados
Tabela 2 – RP não processados a pagar – Por GND
Tabela 3 – Resultados/principais entregas – Projetos encerrados
Tabela 4 – Situação dos PADs e sindicâncias instaurados e/ou em curso
Tabela 5 – Processos administrativos disciplinares e sindicâncias concluídas
Tabela 6 – Número de demandas atendidas, por tipo, em 2015
Tabela 7 – Pesquisa de satisfação atendimento telefônico – 0800
Tabela 8 – Páginas do portal da Câmara dos Deputados
Tabela 9 – Distribuição mensal das demandas LAI por macrotema
Tabela 10 – Projetos do programa Plenarinho
Tabela 11 – Programas permanentes de interação com o público
Tabela 12 – Ações do programa Pró-Adolescente
Tabela 13 – Composição do quadro de servidores ativos
Tabela 14 – Força de trabalho da Câmara dos Deputados
Tabela 15 – Distribuição da lotação efetiva
Tabela 16 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da CD
Tabela 17 – Programas de saúde
Tabela 18 – Acidentes de trabalho

Tabela 19 – Licenças para tratamento de saúde
Tabela 20 – Frota de veículos
Tabela 21 – Despesas associadas à manutenção da frota de veículos
Tabela 22 – Distribuição dos imóveis destinados a parlamentares
Tabela 23 – Distribuição dos imóveis destinados à reserva técnica
Tabela 24 – Riscos relacionados à gestão dos imóveis funcionais
Tabela 25 – Despesas com manutenção – Imóveis funcionais
Tabela 26 – Comitês de TIC
Tabela 27 – Força de trabalho do Centro de Informática
Tabela 28 – Receita prevista x receita arrecadada – FRCD
Tabela 29 – Dotação orçamentária autorizada x despesas empenhadas – FRCD
Tabela 30 – Disponibilidades financeiras – FRCD
Tabela 31 – Movimento da Biblioteca
Tabela 32 – Deliberações expedidas pelo TCU em 2015
Tabela 33 – Deliberações expedidas pelo TCU em exercícios anteriores
Tabela 34 – Relatórios de auditoria expedidos no exercício de 2015
Tabela 35 – Relatórios de auditoria emitidos em exercícios anteriores
Tabela 36 – Contratos revisados e economia com a revisão

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
1. VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS	13
1.1 – Finalidade e competências.....	13
1.2 – Organograma	13
1.3 – Macroprocessos finalísticos	14
2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL	16
2.1 – Planejamento organizacional.....	16
2.1.1 – Descrição sintética dos objetivos do exercício	16
2.1.2 – Estágio de implementação do planejamento estratégico	18
2.1.3 – Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	20
2.2 – Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados alcançados	20
2.3 – Desempenho orçamentário	20
2.3.1 – Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento.....	21
2.3.2 – Restos a pagar de exercícios anteriores	21
2.3.2.1 – Análise crítica.....	23
2.3.3 – Informações sobre a execução das despesas.....	23
2.3.3.1 – Despesas totais por modalidade de contratação	24
2.3.3.2 – Despesas por grupo e elemento de despesa	26
2.3.3.3 – Análise crítica da realização da despesa.....	28
2.3.4 – Suprimento de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal	28
2.3.4.1 – Análise crítica.....	29
2.4 – Desempenho operacional	30
2.4.1 – Resultados dos trabalhos legislativos	30
2.4.2 – Resultados da gestão estratégica	31
2.4.2.1 – Evolução das práticas de gestão de projetos e portfólio	32
2.4.2.2 – Integração entre projetos e processos	32
2.5 – Informações sobre indicadores de desempenho	33
3. GOVERNANÇA	34
3.1 – Estrutura de governança	34
3.2 – Atividades do sistema de correição	34
3.2.1 – Principais eventos apurados	34
3.2.2 – Principais resultados observados.....	34
3.3 – Gestão de riscos e controles internos.....	35
4. RELACIONAMENTO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS COM A SOCIEDADE	37

4.1 – Canais de acesso do cidadão	37
4.1.1 – Canais bilaterais de interação	37
4.1.2 – Canais multilaterais de interação.....	38
4.2 – Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários	40
4.3 – Mecanismos de transparência das informações na Câmara dos Deputados	41
4.3.1 – Ações de transparência.....	42
4.3.1.1 – Cota para o exercício da atividade parlamentar.....	43
4.4 – Ações de interação da Câmara dos Deputados com a sociedade	43
4.4.1 – Rede Legislativa de Rádio e TV.....	44
4.4.2 – Apoio a eventos institucionais.....	44
4.4.3 – Interação com o público infanto-juvenil – Programa Plenarinho.....	44
4.4.4 – Outros programas permanentes de interação com o público	45
4.4.5 – Divulgação da atividade parlamentar por meio dos veículos de comunicação da Câmara dos Deputados.....	46
4.4.6 – Centro Cultural Câmara dos Deputados	46
4.5 – Medidas relativas à acessibilidade.....	47
4.6 – Responsabilidade social	48
5. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	49
5.1 – Tratamento contábil da depreciação e da amortização de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos	49
5.2 – Sistemática de apuração de custos.....	49
5.3 – Demonstrações contábeis e notas explicativas	49
6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....	50
6.1 – Gestão de pessoas.....	50
6.1.1 – Estrutura de pessoal da unidade	50
6.1.1.1 – Composição da força de trabalho	50
6.1.1.2 – Demonstração e distribuição da força de trabalho à disposição da Câmara dos Deputados	51
6.1.1.3 – Análise crítica dos dados	53
6.1.1.4 – Qualificação e capacitação da força de trabalho	53
6.1.2 – Indicadores gerenciais sobre recursos humanos.....	55
6.1.2.1 – Acidentes de trabalho	56
6.1.2.2 – Doenças ocupacionais	57
6.1.2.3 – Indicadores de absenteísmo.....	57
6.1.3 – Informações sobre os controles para mitigar riscos relacionados a pessoal	57
6.1.4 – Demonstrativo das despesas de pessoal	58
6.1.5 – Gestão de riscos relacionados a pessoal	60
6.1.6 – Outras informações relacionadas à gestão de pessoas.....	60
6.1.7 – Contratação de estagiários e de pessoal de apoio.....	60

6.1.7.1 – Contratação de estagiários.....	60
6.1.7.2 – Contratação de pessoal de apoio.....	61
6.1.7.3 – Análise crítica.....	63
6.1.8 – Contratação de consultores para projetos de cooperação técnica com organismos internacionais	64
6.2 – Gestão do patrimônio e da infraestrutura	65
6.2.1 – Gestão da frota de veículos própria e terceirizada.....	65
6.2.1.1 – Informações sobre a frota de veículos	66
6.2.2 – Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso	68
6.2.3 – Gestão do patrimônio imobiliário da união	68
6.2.3.1 – Imóveis funcionais da união sob responsabilidade da Câmara dos Deputados.....	68
6.2.3.1.1 – Distribuição geográfica dos imóveis funcionais.....	68
6.2.3.1.2 – Riscos relacionados à gestão dos imóveis funcionais	69
6.2.3.1.3 – Análise Crítica acerca dos imóveis funcionais	70
6.2.3.2 – Bens imóveis sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados (exceto imóvel funcional).....	71
6.2.3.3 – Imóveis locados de terceiros	71
6.2.3.4 – Outras ações de planejamento em infraestrutura.....	71
6.2.4 – Cessão de espaço físico em imóvel da união.....	71
6.3 – Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)	73
6.3.1 – Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação	73
6.3.2 – Força de trabalho e plano de capacitação do pessoal de TIC	75
6.3.3 – Projetos de TIC desenvolvidos em 2015	76
6.3.4 – Principais sistemas de TIC	76
6.3.5 – Processos de gerenciamento de serviços de TIC	76
6.3.6 – Medidas para mitigar riscos em contratos com empresas terceirizadas	76
6.3.7 – Gestão de riscos em TIC	77
6.4 – Gestão ambiental e sustentabilidade.....	77
6.5 – Gestão de fundos e programas.....	78
6.5.1 – Identificação e informações dos fundos na gestão da unidade	78
6.6 – Gestão da informação.....	80
6.6.1 – Organização da informação legislativa.....	80
6.6.2 – Gestão dos acervos informacionais	81
6.6.2.1 – Preservação.....	81
6.6.2.2 – Acervo arquivístico	81
6.6.2.3 – Acervo bibliográfico.....	82
6.6.3 – Disseminação da informação.....	82
6.6.3.1 – Documentos históricos	82

6.6.3.2 – Documentos bibliográficos.....	83
6.6.3.3 – Produção editorial.....	83
7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE	84
7.1 – Tratamento de determinações e recomendações do TCU	84
7.1.1 – Deliberações expedidas em 2015	84
7.1.2 – Deliberações expedidas em exercícios anteriores	85
7.1.3 – Deliberação decorrente do julgamento de contas anual do exercício de 2013	85
7.2 – Tratamento de recomendações do órgão de controle interno	86
7.2.1 – Recomendações expedidas no exercício de 2015	86
7.2.2 – Recomendações expedidas em exercícios anteriores	88
7.3 – Demais informações referentes ao tratamento das deliberações do TCU e das recomendações do órgão de controle interno.....	89
7.4 – Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário.....	89
7.5 – Demonstração da conformidade do cronograma de pagamento de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei nº 8.666, de 1993.....	90
7.6 – Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento.....	90
ANEXOS E APÊNDICES	92
Tabela A1 – Resultados ou benefícios – projetos estratégicos corporativos do ciclo anterior.....	93
Tabela A2 – Projetos do ciclo anterior transformados em projetos setoriais	94
Quadro A1 – Informações sobre áreas estratégicas.....	95
Quadro A2 – Projetos de TIC desenvolvidos em 2015	97
Quadro A3 – Principais sistemas de TIC da Câmara dos Deputados.....	106
Quadro A4 – Processos de gerenciamento de serviços de TIC	115
Quadro A5 – Empresas prestadoras de serviços de TI.....	117
Quadro A6 – Julgamento de contas anual do exercício de 2013.....	125

APRESENTAÇÃO

A Câmara dos Deputados, no cumprimento do seu dever de prestar contas, conforme art. 70 da Constituição Federal, apresenta seu Relatório de Gestão, relativo ao exercício de 2015, que contém uma síntese dos resultados das ações empreendidas no esforço de melhor cumprir suas competências constitucionais e legais, bem como evidencia a regular aplicação dos recursos públicos.

A elaboração do Relatório de Gestão norteou-se pelas normas de organização e apresentação de relatórios e de peças complementares integrantes dos processos de contas da administração pública federal estabelecidas, em especial, pela Instrução Normativa TCU nº 63, de 2010, pela Decisão Normativa TCU nº 146, de 2015, e pela Portaria TCU nº 321, de 2015.

As informações estão organizadas de acordo com a estrutura dos conteúdos do Relatório de Gestão estabelecida no Sistema de Prestação de Contas (e-Contas) do Tribunal de Contas da União, dividindo-se em sete capítulos principais: 1. Visão geral da unidade prestadora de contas; 2. Planejamento organizacional e desempenho orçamentário e operacional; 3. Governança; 4. Relacionamento da Câmara dos Deputados com a sociedade; 5. Desempenho financeiro e informações contábeis; 6. Áreas especiais da gestão; e 7. Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle.

As principais realizações da gestão e as dificuldades para alcançar os objetivos estabelecidos estão descritas nos capítulos e itens abordados neste Relatório, apresentados a seguir:

No **capítulo 1**, apresenta-se a visão geral da Câmara dos Deputados, sua finalidade e suas competências, seu organograma, a descrição das competências das unidades consideradas estratégicas, os dados dos titulares das referidas unidades e os macroprocessos finalísticos.

No **capítulo 2**, são contemplados o planejamento organizacional, as formas e os instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados alcançados, o desempenho orçamentário e o desempenho operacional.

Ressalta-se que, quanto ao desempenho orçamentário, a Câmara dos Deputados não possui programa temático sob sua responsabilidade, visto que o Programa 0553 – Atuação Legislativa da Câmara dos Deputados se enquadra como Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado. Por esse motivo, não é apresentado o detalhamento da execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de sua responsabilidade.

O **capítulo 3** apresenta a descrição da estrutura de governança da unidade, as atividades de correição da Comissão Permanente de Disciplina e a gestão de riscos e controles internos.

Com relação ao **capítulo 4**, aborda-se a descrição dos canais de acesso do cidadão à Câmara dos Deputados, para fins de solicitações, reclamações, denúncias e sugestões; os mecanismos utilizados para medir a satisfação dos cidadãos-usuários; os mecanismos de transparência das informações desta Casa; as ações de interação com a sociedade; e as ações de acessibilidade e de responsabilidade social.

Este órgão não possui informações a serem prestadas referentes à elaboração e divulgação da Carta de Serviços ao Cidadão e também não dispõe de instrumento semelhante a esse, em função de que o Decreto nº 6.932, de 2009, alcança apenas os órgãos e entidades do Poder Executivo federal.

No **capítulo 5**, são evidenciados o tratamento contábil da depreciação e da amortização de itens do patrimônio e a avaliação e mensuração de ativos e passivos, bem como fornecidas informações sobre as demonstrações contábeis e suas notas explicativas.

O **capítulo 6** contempla as informações sobre a gestão de pessoas, a gestão do patrimônio e da infraestrutura, a gestão da tecnologia da informação e comunicação, a gestão ambiental e de sustentabilidade, a gestão de fundos e programas e a gestão da informação.

A gestão de pessoas contempla informações sobre: a estrutura de pessoal deste órgão, os indicadores gerenciais sobre recursos humanos, os controles para mitigar riscos relacionados a pessoal, o demonstrativo das despesas com pessoal, a gestão de riscos relacionados ao pessoal, contratação de estagiários e de pessoal de apoio e a contratação de consultores para projetos de cooperação técnica com organismos internacionais.

A gestão do patrimônio e da infraestrutura engloba informações sobre a gestão da frota de veículos própria e terceirizada, a política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso, a gestão do patrimônio imobiliário da União sob responsabilidade desta Casa e a cessão de espaço físico em imóvel da União.

A gestão da tecnologia da informação e comunicação (TIC) aborda informações sobre seu plano estratégico, sua força de trabalho e seu plano de capacitação do pessoal, seus projetos desenvolvidos em 2015, seus principais sistemas, seus processos de gerenciamento de serviços, as medidas para mitigar riscos em contratos com empresas terceirizadas que prestam serviços de TI e a gestão de riscos de TIC.

A gestão ambiental e de sustentabilidade apresenta as ações/medidas adotadas por este órgão que garantam a sustentabilidade ambiental em sua atuação, especialmente na aquisição de bens e serviços.

A gestão de fundos e programas contempla a identificação e informações do Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados.

Já a gestão da informação apresenta dados sobre a organização da informação legislativa, a gestão dos acervos informacionais e a disseminação da informação, com destaque para os documentos históricos, os documentos bibliográficos e a produção editorial da Casa.

No **capítulo 7**, são abordadas providências adotadas em decorrência de determinações e recomendações do TCU e de recomendações da Secretaria de Controle Interno; as medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário; a demonstração da conformidade do cronograma de pagamento de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei nº 8.666, de 1993; e as informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento.

Por fim, destaca-se que este Relatório foi organizado e sistematizado pela comissão de servidores designada pela Portaria nº 1, de 2015, do diretor do Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade (Defin), nos termos do art. 4º da Instrução nº 2, de 24 de novembro de 2015, do Diretor-Geral, bem como dos arts. 84 da Lei nº 4.320, de 1964; 81 e 82, § 1º, do Decreto-Lei nº 200, de 1964, e 191, inciso VIII, da Resolução CD nº 20, de 1971. Os trabalhos da Comissão foram coordenados pelo diretor da Coordenação de Contabilidade e supervisionados pelo diretor do Defin.

Francisco Glauber Lima Mota
Diretor da Coordenação de Contabilidade
CRC/DF nº 9.292

Evandro Lopes Costa
Diretor do Departamento de
Finanças Orçamento e
Contabilidade
CRC/DF nº 7.504

Romulo de Sousa Mesquita
Diretor-Geral da Câmara dos
Deputados

1. VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

1.1 – Finalidade e competências

A Câmara dos Deputados integra o Congresso Nacional, ente responsável pelo exercício do Poder Legislativo na esfera federal. Compõe-se de representantes do povo, eleitos por legislatura, pelo sistema proporcional, em todos os estados e no Distrito Federal, o que resulta em um Parlamento com diversidade de proposituras e de ideias para atender aos anseios da sociedade. Suas competências são regidas pela Constituição Federal e abrangem três funções primordiais: representar o povo brasileiro (art. 45), elaborar as leis (art. 48) e fiscalizar os atos do Poder Executivo na aplicação dos recursos públicos (arts. 49 a 51 e art. 70).

Dentre as suas competências privativas, dispostas no art. 51 da Constituição Federal, destacam-se: autorizar a instauração de processo contra o presidente e o vice-presidente da República e os ministros de Estado e proceder à tomada de contas do presidente da República, quando não apresentadas no prazo constitucional.

1.2 – Organograma

As funções constitucionais da Câmara dos Deputados são exercidas diretamente pelos parlamentares, com o apoio da sua estrutura técnico-administrativa e técnico-legislativa. Essa estrutura técnica é diretamente subordinada à Mesa Diretora, órgão político-institucional que exerce a direção dos trabalhos legislativos e dos serviços administrativos e cujos titulares são parlamentares eleitos para mandato de dois anos. A Mesa Diretora compõe-se de Presidência e de Secretarias, constituindo-se, a primeira, do presidente e de dois vice-presidentes e, a segunda, de quatro secretários¹.

A direção da estrutura técnico-administrativa e técnico-legislativa subdivide-se, respectivamente, em Diretoria-Geral (DG) e Secretaria-Geral da Mesa (SGM), ambas situadas no mesmo nível hierárquico. A DG é departamentalizada, de maneira funcional, em diretorias, assessorias, consultorias, departamentos e centros, enquanto a SGM é estruturada em coordenações e assessorias. A Secretaria de Relações Internacionais (SRI), a Secretaria de Comunicação Social (Secom) e a Secretaria de Controle Interno (Secin) também são órgãos diretamente subordinados à Mesa Diretora da Câmara dos Deputados.

Cumprir destacar que a SRI foi criada nos termos da [Resolução nº 3, de 2015](#), com atribuições de estabelecer as diretrizes da diplomacia parlamentar da Câmara dos Deputados, promover a cooperação com parlamentos de Estados estrangeiros e apoiar as delegações, comitivas e representações da Casa em missão oficial.

A Secom teve alterações na sua estrutura interna, nos termos da [Resolução nº 4, de 2015](#), com a criação do cargo de secretário de Comunicação Social, a ser preenchido por um parlamentar no exercício do mandato, escolhido pelo presidente da Casa, com a atribuição de supervisionar os seus veículos de comunicação social, e a criação da Diretoria Executiva de Comunicação Social, que substituiu a Diretoria da Secretaria de Comunicação Social, mantidas as atribuições.

O organograma que ilustra essa estrutura formal da Casa até o nível de departamento está disponível [aqui](#).

¹ Art. 14, §1º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

A partir da estrutura técnico-administrativa e técnico-legislativa, a [Portaria nº 233, de 2009](#), estabeleceu o modelo de gestão estratégica deste órgão e constituiu o Comitê de Gestão Estratégica (CGE), composto pelas áreas estratégicas de gestão da Casa: Diretoria-Geral (DG), Secretaria-Geral da Mesa (SGM), Diretoria de Recursos Humanos (DRH), Diretoria Administrativa (Dirad), Diretoria Legislativa (Dileg), Secretaria de Comunicação Social (Secom), Secretaria de Controle Interno (Secin) e Assessoria de Projetos e Gestão (Aproge).

Compete ao Comitê de Gestão Estratégica orientar e acompanhar o processo de gestão, com vistas a garantir a continuidade administrativa, atuando sobre os objetivos, processos, programas e projetos estratégicos corporativos. Também é competência do CGE definir as diretrizes de atuação dos Comitês Setoriais de Gestão (CSGs), constituídos no âmbito das diretorias e secretarias que compõem o CGE e que desempenham competências importantes na condução dos trabalhos administrativos, legislativos e de gestão. O [quadro A1](#) do anexo deste Relatório destaca as principais competências desses órgãos, bem como relaciona os respectivos titulares, no exercício de 2015, e os macroprocessos organizacionais em que atuam.

1.3 – Macroprocessos finalísticos

A Câmara dos Deputados realiza a missão institucional de acolher as demandas da sociedade brasileira, analisá-las sob a perspectiva do interesse público e, quando julgar conveniente, transformá-las em proposições legislativas, que, se aprovadas, passarão a compor o ordenamento jurídico nacional.

Nesse sentido, os três macroprocessos finalísticos da unidade referem-se aos conjuntos de atividades pelos quais a Casa cumpre sua missão e gera valor para o cidadão: “elaborar diplomas legais”, “representar o povo brasileiro” e “fiscalizar os seus atos e os dos demais poderes”. A tabela 1 apresenta, a seguir, a descrição, as atividades relacionadas, os produtos, os insumos, os responsáveis e os clientes para cada macroprocesso finalístico.

Tabela 1 – Macroprocessos finalísticos da Câmara dos Deputados

Macroprocessos	Descrição	Atividades relacionadas	Produtos	Participação na receita da UPC	Insumos	Responsáveis	Clientes
Elaborar diplomas legais (emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, lei de diretrizes orçamentárias, lei orçamentária anual, medidas provisórias, lei do plano plurianual, decretos legislativos, resoluções)	Apreciação e eventual alteração do ordenamento jurídico que rege a sociedade brasileira.	Propositura, discussão e deliberação de matérias legislativas.	Proposições	Não se aplica/ unidade não tem receita própria	Apoio técnico-legislativo, jurídico-regimental e constitucional, administração material, logística e operacional das atividades parlamentares.	Mesa Diretora; Plenário; Colégio de Líderes; comissões; deputados	Sociedade; TCU; Senado; Poder Executivo; Poder Judiciário
		Promulgação de matérias legislativas específicas e remessa de proposições aprovadas ao Senado Federal ou ao Poder Executivo.	Debate; apreciação; diploma legal				
		Apreciação de vetos (sessões do Congresso Nacional).					
Fiscalizar os seus atos e os demais poderes	Fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, mediante controle externo e sistema de controle interno de cada Poder; fiscalização dos atos do presidente e vice-presidente da República, dos ministros de Estado, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, do Procurador-Geral da República e do Advogado-Geral da União que importarem, tipicamente, crime de responsabilidade.	Sustação dos atos normativos dos demais poderes que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa; julgamento das contas prestadas pelo presidente da República e apreciação dos relatórios sobre a execução dos planos de governo; fiscalização e controle dos atos dos demais poderes, incluídos os da administração indireta.	Relatórios finais de fiscalização e controle, relatórios finais de CPI, planos de execução e proposições relacionadas	Não se aplica/ unidade não tem receita própria	Apoio técnico-legislativo e administração material, logística e operacional para identificação e formulação de proposições relativas à fiscalização e ao controle. Parecer técnico sobre as contas do Poder Executivo, elaborado pelo Tribunal de Contas da União.	Mesa Diretora; Plenário; comissões; deputados	Sociedade; Ministério Público; Poder Judiciário; Tribunal de Contas da União
Representar o povo brasileiro	Exercício da soberania popular, trazendo ao Parlamento as reivindicações da sociedade brasileira.	Ações de interação com a sociedade (visitas às bases eleitorais, participação em eventos, recepção de autoridades e de representantes da sociedade organizada, fóruns e debates em ambiente digital, divulgação da atuação parlamentar, etc.). Inclusão de temas relevantes para a sociedade nos debates e na agenda legislativa.	Discursos e pronunciamentos, proposições legislativas, audiências públicas e comissão geral	Não se aplica/ unidade não tem receita própria	Apoio técnico-legislativo e secretariado parlamentar com vistas a ampliar o acesso dos cidadãos aos seus representantes.	Plenário; Mesa Diretora; Colégio de Líderes; comissões; deputados	Sociedade; República

Fonte: Assessoria de Projetos e Gestão.

2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

2.1 – Planejamento organizacional

No intuito de melhor exercer suas funções constitucionais de representar o povo brasileiro, legislar e fiscalizar os atos da administração pública, bem como potencializar a atuação de seus agentes políticos e otimizar o uso de recursos públicos, a Câmara dos Deputados estabeleceu o Ciclo de Gestão Estratégica 2012-2023 ([Ato da Mesa nº 59, de 2013](#)).

Diferentemente dos demais órgãos da administração pública federal, cuja execução das atividades finalísticas planejadas se dá por agentes do Estado sob a coordenação dos agentes políticos (presidente da República, ministros de Estado ou diretores de agências reguladoras), no Poder Legislativo os servidores do Estado executam ações de apoio técnico-administrativo e legislativo, não atuando diretamente na produção de valor para o cidadão, pois esse papel cabe aos parlamentares.

O planejamento estratégico da Casa foi estruturado a partir do conceito do duplo planejamento, em que um plano de longo prazo, composto por diretrizes estratégicas e linhas de atuação, é complementado por planos de curto prazo sucessivos, normalmente bienais.

O plano de longo prazo (figura 1) inclui a missão institucional, a visão de futuro, as diretrizes estratégicas e as respectivas linhas de atuação, que balizam e orientam as ações de curto prazo. Já os planos de curto prazo compõem-se de programas, projetos e ações com a finalidade de construir as condições necessárias para a instituição cumprir sua missão e alcançar sua visão de futuro.

A metodologia utilizada, bem como os elementos considerados no planejamento estratégico estão descritos em detalhes [aqui](#).

2.1.1 – Descrição sintética dos objetivos do exercício

A missão institucional e a visão de futuro são ligadas aos macroprocessos finalísticos, cuja competência é atribuída aos parlamentares pela Constituição Federal. A estratégia da Casa é colocada em prática por meio dos projetos corporativos, voltados para o aperfeiçoamento dos macroprocessos de apoio à atividade legislativa e parlamentar, que são da competência das áreas estratégicas que compõem o Comitê de Gestão Estratégica (CGE).

O portfólio de projetos corporativos é avaliado continuamente pelo Comitê de Gestão Estratégica. Essa revisão pode culminar na criação de novos projetos, no encerramento de outros ou na sua transferência para acompanhamento setorial por algum órgão da Câmara dos Deputados. Quando há mudanças significativas, define-se um novo Ciclo de Curto Prazo. Nesse sentido, o CGE aprovou, em Reunião de Avaliação Estratégica, portfólio de projetos 2015-2016, a partir de diagnóstico realizado com os gestores e escritórios setoriais de gestão estratégica.

Figura 1 – Estratégia da Câmara dos Deputados



Missão	Representar o povo brasileiro, elaborar leis e fiscalizar os atos da Administração Pública, com o propósito de promover a democracia e o desenvolvimento nacional com justiça social.
Visão	Consolidar-se como o centro de debates dos grandes temas nacionais, moderno, transparente e com ampla participação dos cidadãos.
Valores	Ética; Busca pela excelência; Independência do Poder Legislativo; Legalidade; Pluralismo e Responsabilidade Social

Diretrizes Estratégicas e Linhas de Atuação

Diretriz 1 - Sintonia	Linhas de Atuação
 Ampliar a sintonia da agenda do Legislativo com os anseios da sociedade	<ul style="list-style-type: none"> 1.1 Captar os anseios dos cidadãos e dos segmentos da sociedade organizada 1.2 Promover o debate dos grandes temas nacionais 1.3 Elaborar, de forma sistemática, estudos e análises dos grandes temas nacionais e das políticas públicas
Diretriz 2 - Transparência	Linhas de Atuação
 Ampliar a transparência das atividades e informações da Câmara dos Deputados e das Políticas Públicas	<ul style="list-style-type: none"> 2.1 Facilitar o acesso da sociedade às informações 2.2 Estimular o controle social
Diretriz 3 - Interação	Linhas de Atuação
 Fortalecer a participação da sociedade nos processos legislativos e de fiscalização e controle	<ul style="list-style-type: none"> 3.1 Aperfeiçoar os meios para que os cidadãos possam interagir com a Câmara dos Deputados 3.2 Aprimorar o processo legislativo de forma a garantir a participação da sociedade, respeitada a autonomia de decisão parlamentar
Diretriz 4 - Qualidade das Leis	Linhas de Atuação
 Melhorar a qualidade das leis e do ordenamento jurídico brasileiro	<ul style="list-style-type: none"> 4.1 Aprimorar os mecanismos para consolidação e revisão de normas, bem como para elaboração de leis e códigos 4.2 Avaliar previamente a necessidade, a viabilidade e os potenciais impactos associados à implementação das leis e, de forma sistemática, o resultado da sua aplicação após a sua vigência 4.3 Promover o aperfeiçoamento do processo legislativo
Diretriz 5 - Fiscalização	Linhas de Atuação
 Aprimorar a avaliação e a fiscalização das políticas públicas e das ações do Estado	<ul style="list-style-type: none"> 5.1 Desenvolver e instituir mecanismos de avaliação e fiscalização de forma a contribuir para o alcance da eficiência e da efetividade das ações do Estado 5.2 Melhorar a integração da Câmara dos Deputados com as redes de avaliação e controle 5.3 Promover ações para coibir o mau uso de recursos públicos 5.4 Intensificar o relacionamento e a troca de informações com o Tribunal de Contas da União para aperfeiçoar a atribuição constitucional de fiscalização
Diretriz 6 - Cidadania	Linhas de Atuação
 Fomentar a educação política e a cidadania ativa	<ul style="list-style-type: none"> 6.1 Favorecer o entendimento da sociedade sobre o papel do Legislativo, o funcionamento da instituição e as atividades dos deputados 6.2 Desenvolver e aperfeiçoar programas institucionais de educação política para os públicos interno e externo 6.3 Cooperar com o sistema educacional brasileiro para o desenvolvimento do tema cidadania ativa 6.4 Aperfeiçoar práticas de cidadania no âmbito interno
Diretriz 7 - Gestão	Linhas de Atuação
 Aperfeiçoar a gestão da Câmara dos Deputados	<ul style="list-style-type: none"> 7.1 Aprimorar o processo decisório, a gestão de projetos, de processos e de riscos corporativos, e o uso de indicadores de desempenho 7.2 Melhorar a gestão e a disseminação de informações internas 7.3 Assegurar a infraestrutura adequada e continuidade dos serviços 7.4 Promover uma adequada gestão de pessoas, com ênfase na produtividade, meritocracia e qualidade de vida 7.5 Melhorar a eficiência administrativa e a utilização dos recursos 7.6 Instituir serviços comuns ao Parlamento

Fonte: Assessoria de Projetos e Gestão.

2.1.2 – Estágio de implementação do planejamento estratégico

O planejamento estratégico da Câmara dos Deputados engloba um plano de longo prazo (Ciclo de Gestão Estratégica 2012-2023) e ciclos de curto prazo sucessivos compostos por projetos.

Para o atual ciclo de curto prazo, foram priorizados doze projetos corporativos, sendo sete remanescentes do ciclo anterior e cinco novos projetos. Dois dos projetos remanescentes já foram encerrados, conforme demonstra o quadro abaixo:

Quadro 1 – Projetos corporativos 2015-2016

Projeto		Descrição	Alinhamento estratégico	
			Diretrizes	Linhas de atuação
1	Sistema de Gestão do Relacionamento	Prover solução de tecnologia da informação para suporte à gestão do relacionamento da Câmara dos Deputados com públicos interno e externo.	1 – Sintonia	1.1
			2 – Transparência	2.1
			3 – Interação	3.1
			7 – Gestão	7.2
2	Câmara Móvel	Oferecer acesso facilitado a conteúdos e serviços do portal da Câmara dos Deputados por meio dos dispositivos móveis (smartphones, tablets e similares).	2 – Transparência	2.1
			3 – Interação	3.1
			6 – Cidadania	6.1
3	Infoleg – Organização Partidária e Movimentação Parlamentar	Modernizar e tornar corporativos os processos de organização partidária e de movimentação parlamentar, no âmbito da Secretaria-Geral da Mesa, por meio da plataforma de informações legislativas Infoleg, estabelecendo a governança dos dados em um repositório único na Casa.	2 – Transparência	2.1
			4 – Qualidade das leis	4.3
			7 – Gestão	7.2
4	eDoc	Garantir a gestão de conteúdos digitais e convencionais, observando princípios, objetivos, diretrizes e requisitos da Política de Gestão de Conteúdos Informacionais.	7 – Gestão	7.1/7.2
5	Saúde, Segurança e Qualidade de Vida no Trabalho	Instituir, por meio de ato da Mesa, a política de saúde, segurança e qualidade de vida no trabalho (SSQVT) na Câmara dos Deputados e formular um modelo integrado de atenção em SSQVT.	7 – Gestão	7.4
6	Central de Relacionamento com os Deputados	Estruturar serviço de atendimento voltado aos deputados a fim de oferecer suporte à atividade parlamentar de forma centralizada e célere. Instalar sala de atendimento em local de grande circulação de parlamentares, onde eles poderão ter acesso a vários serviços administrativos e também à prestação de algumas informações legislativas de seu interesse.	7 – Gestão	7.2/7.3/7.5
7	Painel de Processos e Pessoas	Proporcionar melhor compreensão sobre os processos de trabalho desenvolvidos na Casa e as pessoas neles alocadas, bem como classificá-los conforme sua criticidade.	7 – Gestão	7.1/7.2/7.3/7.4/7.5
8	Virada Digital	Produzir novo portal da Câmara dos Deputados a partir da contratação de soluções de comunicação digital e de serviços de sustentação do portal, abrangendo infraestrutura tecnológica, suporte a usuários e manutenção e evolução dos códigos e aplicações envolvidas.	2 – Transparência	2.1
			3 – Interação	3.1
			6 – Cidadania	6.1

Projeto	Descrição	Alinhamento estratégico		
		Diretrizes	Linhas de atuação	
9	Preservação Digital	Implantar serviço de preservação digital de informações, arquivos e dados gerados na Câmara dos Deputados de modo a padronizar formatos e garantir sua atemporalidade. Atender a Lei de Acesso à Informação e as normas da Casa: Política de Preservação Digital, Política de Segurança da Informação e Política de Gestão de Conteúdos Informacionais.	2 – Transparência	2.1
			7 – Gestão	7.2
10	Ocupação do Centro de Gestão e Armazenamento de Materiais (Ceam/SIA)	Ocupar o Ceam da Câmara dos Deputados de forma racional e otimizada em um prazo de até seis meses após a entrega da obra.	7 – Gestão	7.3/7.4/7.5
11	Nova Página de Pesquisa de Proposições (encerrado em outubro de 2015)	Promover a convergência entre os resultados da pesquisa de proposições no portal da Câmara dos Deputados com os da nova pesquisa avançada do Sistema de Informações Legislativas (Sileg), dotando a pesquisa de algumas das ferramentas atualmente disponíveis apenas no Sileg; definir e validar novos parâmetros de pesquisa para a obtenção de uma busca mais precisa e eficaz, com apresentação intuitiva ao usuário e em consonância com os requisitos estabelecidos na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011).	2 – Transparência	2.1
			4 – Qualidade das leis	4.3
			7 – Gestão	7.2
12	Indicadores de Gestão (encerrado em dezembro de 2015)	Instituir a competência de criação e uso de indicadores de desempenho da gestão na Câmara dos Deputados, por meio da modelagem do processo de gestão de indicadores e a aquisição de ferramenta de <i>data discovery</i> .	7 – Gestão	7.1/7.2

Fonte: Assessoria de Projetos e Gestão.

Em 2015, o ciclo de curto prazo também incluiu o portfólio de obras, que é acompanhado pelo CGE, por possuir planejamento e execução de longo prazo e escopo e entregas relevantes.

Quadro 2 – Portfólio de grandes obras

Projeto	Descrição	Alinhamento estratégico	
		Diretrizes	Linhas de atuação
Bloco B do Anexo IV	Portfólio de grandes obras	7 – Gestão	7.3
Centro de Gestão e Armazenamento de Materiais			
Reforma dos Apartamentos Funcionais			
Centro de Tecnologia Norte			

Fonte: Assessoria de Projetos e Gestão.

2.1.3 – Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

No [item 2.1](#) foi exposta a vinculação do planejamento de longo prazo e do plano de curto prazo 2015-2016 com as diretrizes estratégicas que, por sua vez, estão relacionadas com a missão da Câmara, derivada das competências institucionais extraídas da Constituição Federal de 1988 e do seu Regimento Interno.

2.2 – Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados alcançados

A gestão estratégica e a execução dos projetos corporativos são monitoradas sistematicamente pelo Escritório Corporativo de Gestão Estratégica (ECGE) e avaliadas nas reuniões de avaliação estratégica (RAEs) pelos diretores da Casa, membros do Comitê de Gestão Estratégica (CGE). Isso ocorre ordinariamente três vezes ao ano (nos meses de abril, setembro e dezembro) ou extraordinariamente conforme a necessidade. Cada RAE dá origem a uma ata, que passa a ser um importante instrumento de controle das decisões pontuais ocorridas na reunião e das pendências a serem solucionadas.

Os projetos estratégicos são continuamente acompanhados pelo ECGE, que possui a função de escritório corporativo de projetos, por meio de reuniões realizadas com os patrocinadores e gerentes e de relatórios de situação.

Dessa forma, a direção da Casa acompanha a execução da estratégia e avalia a necessidade de corrigir problemas ou de adotar novas medidas. Outras práticas de acompanhamento da execução e dos resultados alcançados estão explicitadas no item 2.4, onde há informações sobre a evolução das práticas de gestão de projetos e portfólio e a integração entre projetos e processos, e também no item 2.5, que trata da análise de indicadores.

2.3 – Desempenho orçamentário

A atividade fim da Câmara dos Deputados compõe, no âmbito do Plano Plurianual 2012-2015, o Programa 0553 – Atuação Legislativa da Câmara dos Deputados, classificado como Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado. Por esta razão, não é apresentado o detalhamento da execução física e financeira das ações da lei orçamentária anual.

Em 2015, os limites orçamentários foram parcialmente adequados às necessidades do órgão. Por isso, foram necessárias aberturas de créditos adicionais para fins de adequação da execução orçamentária ao longo do exercício.

No tocante a fatores intervenientes no desempenho orçamentário, destacam-se as seguintes ocorrências:

- baixo índice de execução das despesas com investimentos no âmbito da ação Comunicação e Divulgação Institucional, em razão do alto impacto da elevação do dólar, o que gerou dificuldades no levantamento de preços dos equipamentos, acarretando demora nos trâmites dos processos administrativos de aquisições;

- relativamente à ação Ampliação do Edifício Anexo IV, a baixa execução orçamentária justifica-se pela realização de estudos acerca da viabilidade de executar a obra por meio de parceria público-privada (PPP), incluindo a construção do bloco B do edifício Anexo IV. Nesse sentido, foi publicado em março de 2015 o Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) nº 1, 2015, que prevê a apresentação de estudos técnicos para a modelagem de eventual PPP visando a construção, reforma, operação e manutenção de prédios destinados a gabinetes parlamentares e a outras estruturas administrativas, em 332 mil m² de área construída no complexo SAF-Sul, incluindo a construção dos blocos B, C e D do Anexo IV e uma praça de serviços. O PMI está em andamento e duas das empresas participantes entregaram os estudos dentro da prorrogação do prazo, em 28 de dezembro de 2015, os quais devem ser analisados pela equipe técnica da Casa em 2016. Entretanto, considerando a extensão e a complexidade do PMI, a Mesa Diretora da Câmara, em reunião ocorrida em outubro de 2015, decidiu por autorizar, paralelamente, o desenvolvimento dos projetos da nova versão da proposta de ampliação do Anexo IV mediante licitação tradicional, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993;

- em razão da concentração dos esforços da área técnica, especialmente das equipes de projeto, planejamento e gestão, direcionados a desenvolver a documentação técnica e acompanhar o PMI, o cronograma de outros projetos foi reajustado, entre os quais se destacam: modernização das centrais de ar-condicionado, projetos para conservação de água e energia elétrica, melhorias no serviços WebCâmara (captação e apresentação de vídeos nos plenários da Casa), manutenção de elementos arquitetônicos e projetos voltados à segurança (aquisição de sistema de controle de acesso ao plenário Ulysses Guimarães);

- majoração dos valores dos contratos continuados da Casa, em razão de reajustes decorrentes de dissídios coletivos de categorias funcionais, correções inflacionárias acima dos valores previstos, bem como expressivo aumento das tarifas de água e energia; e

- em 2015, houve contingenciamento inicial de R\$ 69.365.172, ampliado no terceiro bimestre para R\$ 78.986.929. No quarto bimestre, houve novo contingenciamento de R\$ 137.430.154, o qual foi integralmente descontingenciado em função da alteração da meta de resultado primário constante da LDO para 2015, objeto da Lei nº 13.199, de 2015. O contingenciamento recaiu integralmente sobre a ação Ampliação do Edifício Anexo IV, a qual, conforme explicado anteriormente, teve a execução sobrestada em razão dos estudos para a possível PPP.

2.3.1 – Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

No exercício de 2015, não houve reconhecimento de passivo por insuficiência de créditos ou recursos.

2.3.2 – Restos a pagar de exercícios anteriores

O quadro 3, apresentado na próxima página, exhibe os dados referentes à execução dos restos a pagar processados e não processados, contemplando o montante de restos a pagar inscritos em exercícios anteriores vigentes em 2015, bem como os valores cancelados e pagos no decorrer do exercício de 2015.

Quadro 3 – Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores *

Valores em reais

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					
Ano de inscrição	Montante em 1/1/2015 (A)	Pagamento (B)	Cancelamento (C)	RP não processado – Reinscrito como RP processado ** (D)	Saldo a pagar em 31/12/2015 = A – B – C + D
2014	4.600.193,37	4.538.929,21	0,00	1.880.496,49	1.941.760,65
2013	4.452.091,26	1.282.045,91	0,00	7.025,25	3.177.070,60
2012	791.700,04	767.168,39	0,00	0,00	24.531,65
2011	280.119,15	253.262,52	0,00	0,00	26.856,63
2010	56.196,94	55.439,57	0,00	0,00	757,37
2007	191,39	0,00	0,00	0,00	191,39
2006	4.014,43	0,00	0,00	0,00	4.014,43
TOTAL	10.184.506,58	6.896.845,60	0,00	1.887.521,74	5.175.182,72
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
Ano de inscrição	Montante em 1/1/2015 (A)	Pagamento (B)	Cancelamento (C)	RP não processado – Reinscrito como RP processado (D)	Saldo a pagar em 31/12/2015 = A – B – C – D
2014	200.744.619,00	161.205.603,44	7.105.842,21	1.880.496,49	30.552.676,86
2013	45.292.292,79	37.368.427,55	4.444.720,82	7.025,25	3.472.119,17
2012	1.687.223,30	1.034.580,98	408.141,93	0,00	244.500,39
2011	10.543.414,90	10.473.596,25	59.424,81	0,00	10.393,84
2010	59.866.905,58	954.449,26	244.357,17	0,00	58.668.099,15
2009	58.002.991,96	0,00	8.470,00	0,00	57.994.521,96
2008	71.113.431,05	0,00	443.125,73	0,00	70.670.305,32
2007	69.741.678,79	0,00	0,00	0,00	69.741.678,79
TOTAL	516.992.557,37	211.036.657,48	12.714.082,67	1.887.521,74	291.354.295,48

Fonte: Tesouro Gerencial.

* Restos a pagar executados pelas UGs Câmara dos Deputados e Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados.

** Contempla os valores que originalmente foram inscritos em restos a pagar não processados, mas que passaram pelo processo de liquidação da despesa em 2015, sem o correspondente pagamento, de acordo com as regras da STN (conta 631300000 – RP não processados liquidados a pagar).

2.3.2.1 – Análise crítica

Restos a pagar processados: o saldo de restos a pagar processados de exercícios anteriores (2006 a 2014) referem-se principalmente a valores bloqueados de pagamentos a fornecedores, geralmente por descumprimento de contratos. Esses valores somente serão liberados após a conclusão do devido processo administrativo.

Restos a pagar não processados: a tabela abaixo demonstra como estão divididos os valores a pagar por grupo de despesa. Verifica-se que 88,19% do saldo de restos a pagar não processados referem-se a despesas com pessoal que necessitam de autorização para pagamento.

Tabela 2 – RP não processados a pagar – Por GND

Valores em reais		
GND	%	Total
1	88,19	256.949.911,68
4	8,49	24.731.108,69
3	3,32	9.673.275,11
Total	100,00	291.354.295,48

Fonte: Tesouro Gerencial.

Destaca-se que a reinscrição de restos a pagar contou com suficiência de saldo financeiro.

2.3.3 – Informações sobre a execução das despesas

As informações sobre a execução das despesas estão subdivididas em: despesas totais por modalidade de contratação e despesas por grupo e elemento de despesa. Os quadros apresentados nas próximas páginas demonstram a execução das despesas pelas UGs Câmara dos Deputados e Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados.

2.3.3.1 – Despesas totais por modalidade de contratação

Quadro 4 – Despesas por modalidade de contratação – UG Câmara dos Deputados

Valores em reais

Modalidade de contratação	Despesa liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
1. Modalidade de licitação (a+b+c+d+e+f+g)	213.405.692,67	227.446.870,38	210.948.507,90	227.077.306,59
a) Convite	194.710,80	264.539,56	194.710,80	264.539,56
b) Tomada de preços	0,00	25.460,45	0,00	25.460,45
c) Concorrência	5.813.307,41	738.606,72	5.813.186,72	738.606,72
d) Pregão	207.397.674,46	225.963.263,65	204.940.610,38	225.593.699,86
e) Concurso	0,00	455.000,00	0,00	455.000,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime diferenciado de contratações públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações diretas (h+i)	75.991.465,03	51.697.630,36	75.984.859,10	51.697.097,56
h) Dispensa	57.646.626,84	34.221.202,67	57.640.198,35	34.221.202,67
i) Inexigibilidade	18.344.838,19	17.476.427,69	18.344.660,75	17.475.894,89
3. Regime de execução especial	1.112.893,54	746.550,18	1.112.893,54	746.550,18
j) Suprimento de fundos	1.112.893,54	746.550,18	1.112.893,54	746.550,18
4. Pagamento de pessoal (k+l)	4.211.908.349,46	3.779.082.003,40	4.211.301.047,71	3.778.440.608,27
k) Pagamento em folha *	4.207.690.319,29	3.776.636.355,73	4.207.083.017,54	3.775.994.960,60
l) Diárias	4.218.030,17	2.445.647,67	4.218.030,17	2.445.647,67
5. Outros **	452.458.029,62	480.467.181,72	451.435.476,36	476.880.317,58
6. Total (1+2+3+4+5)	4.954.876.430,32	4.539.440.236,04	4.950.782.784,61	4.534.841.880,18

Fonte: Tesouro Gerencial.

* Refere-se apenas às despesas do GND 1.

** O item 5, denominado “Outros”, abriga as despesas cuja modalidade de licitação seja igual a “Não se aplica” quando da emissão da nota de empenho, mas não constam do item 4.

Quadro 5 – Despesas por modalidade de contratação – UG FRCD

Valores em reais

Modalidade de contratação	Despesa liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
1. Modalidade de licitação (a+b+c+d+e+f+g)	6.235.595,21	953.274,74	6.233.143,62	951.437,23
a) Convite	7.541,76	14.164,00	7.541,76	14.164,00
b) Tomada de preços	0,00	0,00	0,00	0,00
c) Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
d) Pregão	6.228.053,45	939.110,74	6.225.601,86	937.273,23
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime diferenciado de contratações públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações diretas (h+i)	497.735,70	1.355.217,83	497.735,70	1.355.217,83
h) Dispensa	359.912,20	544.839,08	359.912,20	544.839,08
i) Inexigibilidade	137.823,50	810.378,75	137.823,50	810.378,75
3. Regime de execução especial	0,00	0,00	0,00	0,00
j) Suprimento de fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
4. Pagamento de pessoal (k+l)	0,00	0,00	0,00	0,00
k) Pagamento em folha	0,00	0,00	0,00	0,00
l) Diárias	0,00	0,00	0,00	0,00
5. Outros *	4.110.726,06	6.251.920,51	4.110.726,06	6.251.920,51
6. Total (1+2+3+4+5)	10.844.056,97	8.560.413,08	10.841.605,38	8.558.575,57

Fonte: Tesouro Gerencial.

* O item 5, denominado “Outros”, abriga as despesas cuja modalidade de licitação seja igual a “Não se Aplica” quando da emissão da nota de empenho, mas não constam do item 4.

2.3.3.2 – Despesas por grupo e elemento de despesa

Quadro 6 – Despesas por grupo e elemento de despesa – UG Câmara dos Deputados

Valores em reais

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
1. Despesas de pessoal	4.219.398.319,29	3.819.186.355,73	4.207.690.319,29	3.776.636.355,73	11.708.000,00	42.550.000,00	4.207.083.017,54	3.775.994.960,60
11 – Vencimentos e vantagens fixas – Pessoal civil	2.188.957.022,99	1.973.332.959,58	2.188.457.022,99	1.972.682.959,58	500.000,00	650.000,00	2.187.849.721,24	1.972.056.456,15
01 – Aposent.RPPS, Reser.Remuner e Refor. Milit	1.144.351.442,28	1.031.876.096,69	1.136.221.442,28	1.029.876.096,69	8.130.000,00	2.000.000,00	1.136.221.442,28	1.029.876.096,69
13 – Obrigações patronais	423.993.716,50	383.792.613,93	423.766.716,50	383.792.613,93	227.000,00	0,00	423.766.716,50	383.792.613,93
Demais elementos do grupo	462.096.137,52	430.184.685,53	459.245.137,52	390.284.685,53	2.851.000,00	39.900.000,00	459.245.137,52	390.269.793,83
2. Juros e encargos da dívida	–	–	–	–	–	–	–	–
	–	–	–	–	–	–	–	–
3. Outras despesas correntes	819.659.099,00	824.302.093,20	734.079.291,94	734.913.363,97	85.579.807,06	89.388.729,23	730.595.756,73	731.097.470,87
37 – Locação de mão de obra	229.584.115,29	209.854.058,61	204.631.430,36	183.467.007,89	24.952.684,93	26.387.050,72	202.261.751,80	183.273.018,85
93 – Indenizações e restituições	201.088.997,58	175.520.183,27	171.638.941,19	150.297.296,54	29.450.056,39	25.222.886,73	170.647.009,63	150.297.296,54
46 – Auxílio-alimentação	148.868.471,55	145.969.908,23	148.868.471,55	145.969.908,23	0,00	0,00	148.868.471,55	145.969.908,23
39 – Outros serviços de terceiros – Pessoa jurídica	126.691.988,89	147.716.124,32	112.098.752,49	129.968.318,21	14.593.236,40	17.747.806,11	112.023.358,91	129.948.125,85
Demais elementos do grupo	113.425.525,69	145.241.818,77	96.841.696,35	125.210.833,10	16.583.829,34	20.030.985,67	96.795.164,84	121.609.121,40
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
4. Investimentos	40.287.124,14	94.127.222,50	13.106.819,09	27.890.516,34	27.180.305,05	66.236.706,16	13.104.010,34	27.749.448,71
51 – Obras e instalações	20.663.919,85	39.762.406,73	5.903.642,74	1.197.261,59	14.730.277,11	38.565.145,14	5.903.522,05	1.191.082,22
52 – Equipamentos e material permanente	15.737.127,05	38.237.583,07	6.391.569,12	19.619.292,75	9.345.557,93	18.618.290,32	6.389.058,50	19.487.521,24
39 – Outros serviços de terceiros – Pessoa jurídica	3.755.021,85	14.809.906,74	738.677,27	6.340.687,27	3.016.344,58	8.469.219,47	738.499,83	6.337.570,52
Demais elementos do grupo	161.055,39	1.317.325,96	72.929,96	733.274,73	88.125,43	584.051,23	72.929,96	733.274,73
5. Inversões financeiras	–	–	–	–	–	–	–	–
	–	–	–	–	–	–	–	–
6. Amortização da dívida	–	–	–	–	–	–	–	–
	–	–	–	–	–	–	–	–

Fonte: Tesouro Gerencial.

Quadro 7 – Despesas por grupo e elemento de despesa – UG FRCD

Valores em reais

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
1. Despesas de pessoal	–	–	–	–	–	–	–	–
	–	–	–	–	–	–	–	–
2. Juros e encargos da dívida	–	–	–	–	–	–	–	–
	–	–	–	–	–	–	–	–
3. Outras despesas correntes	6.626.508,15	11.007.567,43	5.646.740,92	8.501.381,52	979.767,23	2.506.185,91	5.644.920,92	8.499.951,96
93 – Indenizações e restituições	3.792.012,75	2.738.266,12	3.371.394,90	2.212.266,12	420.617,85	526.000,00	3.371.394,90	2.212.266,12
30 – Material de consumo	1.486.038,49	1.174.070,54	1.054.636,26	899.129,28	431.402,23	274.941,26	1.052.816,26	897.699,72
92 – Despesas de exercícios anteriores	734.588,51	4.017.620,25	734.588,51	4.017.620,25	0,00	0,00	734.588,51	4.017.620,25
Demais elementos do grupo	613.868,40	3.077.610,52	486.121,25	1.372.365,87	127.747,15	1.705.244,65	486.121,25	1.372.365,87
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
4. Investimentos	7.722.283,37	122.029,26	5.197.316,05	59.031,56	2.524.967,32	62.997,70	5.196.684,46	58.623,61
52 – Equipamentos e material permanente	7.631.809,61	71.035,44	5.196.842,29	8.037,74	2.434.967,32	62.997,70	5.196.210,70	8.037,74
Demais elementos do grupo	90.473,76	50.993,82	473,76	50.993,82	90.000,00	0,00	473,76	50.585,87
5. Inversões financeiras	–	–	–	–	–	–	–	–
	–	–	–	–	–	–	–	–
6. Amortização da dívida	–	–	–	–	–	–	–	–
	–	–	–	–	–	–	–	–

Fonte: Tesouro Gerencial.

2.3.3.3 – Análise crítica da realização da despesa

Despesas por modalidade de licitação: a modalidade pregão é usada em aproximadamente 97% das aquisições que exigem a abertura de processo licitatório. Essa modalidade confere maior eficiência administrativa, uma vez que produz um resultado mais célere a custos menores. Vale ressaltar ainda que o registro de preços é processado mediante pregão.

Despesas por grupo e elemento de despesa: no que diz respeito às despesas com pessoal e encargos sociais (GND 1), merecem destaque os seguintes itens:

- aumento da despesa em 2015, relativamente a 2014, explicado, principalmente, pela implementação da última etapa do plano de carreira dos servidores da Casa, objeto da Lei nº 12.777, de 2012; pelo aumento da verba de gabinete parlamentar, que se deu por meio do Ato da Mesa nº 2, de 2015; pelo pagamento da ajuda de custo aos parlamentares em razão do término e do início de nova legislatura; e pelo aumento dos subsídios dos membros do Poder Legislativo, objeto do Decreto Legislativo nº 276, de 2014;
- substancial redução do volume de inscrição de restos a pagar não processados (R\$ 42,5 milhões em 2014 e R\$ 11,7 milhões em 2015), especialmente em razão da diminuição da inscrição de empenhos referentes a despesas de exercícios anteriores – elemento de despesa 92 (R\$ 33 milhões em 2014 e R\$ 1,8 milhão em 2015);
- crescimento de 10,32% das despesas com aposentadorias (elemento de despesa 01 – Aposentadorias e reformas), devido à concessão de 197 aposentadorias pelo órgão durante o exercício de 2015.

Em relação ao GND 3 – outras despesas correntes –, a despesa liquidada em 2015 foi praticamente idêntica à de 2014. Percebe-se um crescimento da despesa no elemento 37 (locação de mão-de-obra), contrapondo-se a uma redução no elemento 39 (outros serviços de terceiros – pessoa jurídica). Ademais, observa-se um crescimento da ordem de 14% nas despesas liquidadas relativas ao elemento 93 (indenizações e restituições), que contempla, principalmente, as despesas com a Cota para o exercício da atividade parlamentar, o auxílio-saúde na modalidade livre escolha, o auxílio-moradia e o auxílio-saúde do secretariado parlamentar.

No que tange aos investimentos (GND 4), percebe-se uma redução da ordem de 34% na despesa liquidada (considerando as duas unidades orçamentárias), bem como uma expressiva redução no volume dos restos a pagar não processados inscritos (R\$ 66,3 milhões em 2014 para R\$ 29,7 milhões em 2015). Essa diferença justifica-se, principalmente, pela redução da inscrição de empenhos relativos à reforma de apartamentos funcionais dos parlamentares (R\$ 20 milhões em 2014 e R\$ 600 mil em 2015).

2.3.4 – Suprimento de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal

As informações sobre a gestão de suprimento de fundos, nas modalidades contas tipo B e cartões de pagamento do governo federal, estão evidenciadas nos quadros 8, 9 e 10.

Quadro 8 – Concessão de suprimento de fundos – Câmara dos Deputados

Exercício financeiro	Unidade gestora (UG) do Siafi		Meio de concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta tipo B		Cartão de pagamento do governo federal		
	Código	Nome ou sigla	Quantidade	Valor total	Quantidade	Valor total	
2015	10001	Câmara dos Deputados	110	473.500,00	138	1.224.900,00	25.000,00
2014			95	394.507,00	85	656.415,00	20.815,00

Fonte: Tesouro Gerencial e Siafi Operacional.

Quadro 9 – Utilização de suprimento de fundos – Câmara dos Deputados

Exercício	Unidade gestora (UG) do Siafi		Conta tipo B		Cartão de pagamento do governo federal			
	Código	Nome ou sigla	Quantidade	Valor total (a)	Saque		Fatura	Total (a+b+c)
					Quantidade	Valor dos saques (b)	Valor das faturas (c)	
2015	10001	Câmara dos Deputados	110	398.824,8	128	49.795,80	664.272,94	1.112.893,54
2014			95	295.035,4	63	9.268,75	442.245,95	746.550,18

Fonte: Tesouro Gerencial e Siafi Operacional.

Quadro 10 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos – Câmara dos Deputados

Classificação do objeto gasto					
Despesa		Despesa		Despesa	
Elemento/Subitem	Total	Elemento/Subitem	Total	Elemento/Subitem	Total
33903001	31.196,33	33903029	277,07	33903916	3.270,00
33903004	13.024,28	33903031	4.962,46	33903917	7.591,00
33903007	258.448,96	33903035	852,14	33903918	23,00
33903011	517,17	33903036	20.971,42	33903919	250,00
33903015	2.111,57	33903039	2.670,12	33903920	2.385,00
33903016	12.790,51	33903041	1.503,50	33903923	9.468,75
33903017	5.513,08	33903042	10.637,40	33903934	12,78
33903019	601,58	33903044	79,96	33903941	35.560,86
33903020	84,56	33903050	630,00	33903947	481,05
33903021	16.377,96	33903099	4.834,22	33903949	30.082,50
33903022	18.002,62	33903207	480,90	33903959	450,00
33903023	2.060,50	33903303	398.226,43	33903963	400,00
33903024	106.300,52	33903307	616,00	33903966	4.987,22
33903025	30.770,48	33903308	116,50	33903974	6.473,50
33903026	41.164,97	33903905	1.280,00	33903983	996,40
33903028	3.100,06	33903914	14.369,00	33903999	5.889,21
Total geral				1.112.893,54	

Fonte: Tesouro Gerencial e Siafi Operacional.

2.3.4.1 – Análise crítica

Na Câmara dos Deputados, a execução de despesa pelo regime de adiantamento, via suprimento de fundos conta tipo B e cartão de pagamento do governo federal, observa os ditames da Lei nº 4.320, de 1964, em especial o seu artigo 68, bem como da [Portaria DG nº 363, de 2014](#), que passou a regulamentar internamente o tema.

A utilização de contas específicas para movimentação de recursos de suprimentos de fundos pela Casa está amparada pelo §2º do art. 3º do Decreto nº 6.370, de 2008.

Os saques efetuados no cartão de pagamento do governo federal foram previamente autorizados pelo ordenador de despesas nos processos de concessão, para atendimento de gastos em situações de impossibilidade de utilização do cartão.

O aumento dos valores executados por meio do cartão de pagamento no exercício de 2015, em comparação ao exercício anterior, conforme demonstrado no quadro 9, deveu-se basicamente ao incremento das atividades de segurança de autoridades na Câmara dos Deputados nas situações cujas singularidades não permitiam a aquisição de bens e serviços em subordinação ao processo normal de aplicação.

Os agentes supridos são orientados sobre a forma correta de aplicação e comprovação dos suprimentos de fundos. A análise das prestações de contas aponta as impropriedades detectadas e subsidia o ordenador de despesas na tomada de decisões.

Além das análises nas despesas realizadas por suprimentos de fundos, o órgão de controle interno realiza auditorias nessas despesas e apresenta relatórios que podem apontar eventuais impropriedades e sugerir medidas corretivas e aperfeiçoamento de controles.

Por fim, destaca-se que, no portal da Câmara dos Deputados na [internet](#), podem-se obter mais informações sobre os gastos executados com os cartões de suprimentos de fundos.

2.4 – Desempenho operacional

2.4.1 – Resultados dos trabalhos legislativos

A representação política que se materializa no Congresso Nacional é o sopro vital da democracia e dá sentido e sustentação aos princípios que regem a República Federativa.

Sobre a atuação da Casa em 2015, ressaltam-se as votações ocorridas acerca de temas de relevância política, econômica e social, que atenderam a demandas da sociedade e dos parlamentares. Alguns desses temas foram redução da maioria penal ([PEC nº 171, de 1993](#)), regulamentação dos direitos dos empregados domésticos ([Lei Complementar nº 150, de 2015](#)), terceirização ([PL nº 4.330, de 2004](#)), PEC da Bengala ([Emenda Constitucional nº 88, de 2015](#)), comércio eletrônico ([Emenda Constitucional nº 87, de 2015](#)), Simples ([PLP nº 25, de 2007](#)), correção do FGTS dos trabalhadores ([PL nº 4.566, de 2008](#)), Código de Ciência e Tecnologia ([Lei Ordinária nº 13.243, de 2016](#)), pacto federativo ([PEC nº 172, de 2012](#)), direito de resposta ([Lei Ordinária nº 13.188, de 2015](#)) e segurança pública, com a votação, por exemplo, da lei que trata do aumento de pena para crimes contra policiais ([Lei Ordinária nº 13.142, de 2015](#)).

Em termos gerais, a Câmara dos Deputados realizou, em 2015, 401 sessões no plenário Ulysses Guimarães e apreciou 1.114 matérias, entre elas 28 medidas provisórias, 10 projetos de lei complementar, 70 projetos de lei, 41 projetos de decreto legislativo, 11 propostas de emenda à Constituição e 13 projetos de resolução, como se verifica [aqui](#).

No exercício, foram realizadas [2.910 reuniões e eventos](#) nas comissões permanentes e temporárias. Os dados apresentados relacionam-se aos macroprocessos finalísticos “Elaborar diplomas legais”, “Representar o povo brasileiro” e “Fiscalizar os seus atos e os dos demais poderes” (este último no caso de, por exemplo, representações e comissões parlamentares de inquérito), retratando as principais matérias apreciadas pelo Plenário da Câmara dos Deputados.

Dentro do escopo de matérias aprovadas, várias já compõem o ordenamento jurídico brasileiro e impactam diretamente a vida da população. Seguem os *links* para acessar a relação de propostas apreciadas e aprovadas pela Câmara dos Deputados:

Propostas de emenda à Constituição:	http://www.camara.leg.br/internet/conle/pec.asp
Medidas provisórias:	http://www.camara.leg.br/internet/conle/mpv.asp
Projetos de lei complementar:	http://www.camara.leg.br/internet/conle/plp.asp
Projetos de lei ordinária:	http://www.camara.leg.br/internet/conle/pl.asp
Projetos de decreto legislativo:	http://www.camara.leg.br/internet/conle/pdc.asp
Projetos de resolução:	http://www.camara.leg.br/internet/conle/prc.asp
Mensagens:	http://www.camara.leg.br/internet/conle/msc.asp
Outros objetos de deliberação	http://www.camara.leg.br/internet/conle/obj.asp

Com relação às propostas de emenda à Constituição aprovadas pelo Plenário, duas ainda dependem de segundo turno de votação: a PEC 443, de 2009, que fixa parâmetros para a remuneração dos advogados públicos, e a PEC 471, de 2005, que estabelece a efetivação para os atuais responsáveis e substitutos pelos serviços notariais (PEC dos Cartórios), dando nova redação ao § 3º do art. 236 da Constituição Federal. Essas proposições podem ser encontradas [aqui](#),

Além do número de sessões realizadas e de matérias apreciadas pelo Plenário, bem como da quantidade de reuniões e eventos das Comissões, merecem destaque outros itens relativos aos macroprocessos finalísticos, tais como [estatística dos trabalhos da Casa](#), [atividades do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar](#) e [atividades do Centro de Estudos e Debates Estratégicos](#). Também foram desenvolvidas atividades no que diz respeito ao assessoramento a parlamentares. Mais informações podem ser obtidas [aqui](#).

2.4.2 – Resultados da gestão estratégica

Os resultados dos projetos encerrados durante o ano de 2015, bem como as principais entregas dos projetos que se encontram em andamento, estão relacionados na tabela a seguir:

Tabela 3 – Resultados/principais entregas – Projetos encerrados

Projeto	Resultados/principais entregas em 2015
Nova Página de Pesquisa e Proposições (encerrado)	Acesso mais fácil às informações legislativas. A ferramenta desenvolvida apresenta interfaces intuitivas e disponibiliza maior número de pesquisas prontas e pesquisa por assunto no inteiro teor da proposição, possibilitando novas opções de exportação dos resultados.
Indicadores de Gestão (encerrado)	Aquisição de ferramenta de <i>data discovery</i> e criação do modelo de governança da gestão de indicadores. A realização de testes durante a execução do projeto serviu de piloto para a implantação de indicadores de gestão na Casa e todo o processo de trabalho associado à disciplina (vide item 2.5).
Sistema de Gestão do Relacionamento (em andamento)	Contrato firmado com a Extreme Digital, fornecedor Oracle, para fornecimento de plataforma tecnológica de suporte às ações de gestão do relacionamento na Câmara dos Deputados.
Câmara Móvel (em andamento)	Aplicativo de notícias para o sistema Android.
Infoleg – Organização Partidária e Movimentação Parlamentar (em andamento)	Finalização do módulo de organização partidária, que somente será colocado em produção junto com o módulo de movimentação parlamentar (em andamento) para evitar conflitos de informações.
Central de Relacionamento com os Deputados (em andamento)	<i>Benchmarking</i> e levantamento de requisitos.
eDoc (em andamento)	Em função da dimensão do sistema e do escopo, foi necessário dar continuidade ao projeto durante o ano de 2015 para melhor definir todos os requisitos do sistema (implantação de formulários feita no sistema e-Doc por unidade administrativa e capacitação de 728 servidores para uso do sistema).
Preservação Digital (em andamento)	Especificação dos requisitos de <i>software</i> e <i>hardware</i> .

Fonte: Assessoria de Projetos e Gestão.

Por fim, ressalta-se que os projetos estratégicos corporativos do ciclo anterior já encerrados promoveram mudanças na Casa e melhorias que impactaram diretamente alguns processos de trabalho, deram lugar a novos processos ou melhoraram aqueles já existentes. A [tabela A1](#) deste Relatório relaciona os resultados ou benefícios de cada um deles. Já a [tabela A2](#) destaca os projetos do ciclo anterior que foram transformados em projetos setoriais da SGM.

2.4.2.1 – Evolução das práticas de gestão de projetos e portfólio

As práticas de gestão de projetos e portfólio foram aprimoradas no último período. A segunda versão da Metodologia de Gestão de Projetos da Câmara dos Deputados está em fase de conclusão. Essa versão inclui alterações para contemplar o aumento de maturidade na Casa com relação ao tema, como aprimoramentos na gestão de riscos. Foram contempladas também ações para fortalecer a integração entre as práticas de gestão de projetos e de processos.

Em termos de gestão de portfólio, foi estabelecido novo processo de avaliação dos projetos. Esse processo tem como finalidade gerar informações de apoio para seleção e priorização das iniciativas e se baseia em três perspectivas: dimensão do projeto, benefícios e complexidade. A avaliação das três dimensões gera uma pontuação que permite a comparação entre os projetos e facilita os processos de seleção e priorização.

2.4.2.2 – Integração entre projetos e processos

A integração efetiva entre a gestão de projetos e a gestão de processos dá-se desde a seleção dos portfólios estratégicos setoriais e corporativos, e pode-se afirmar que todos os projetos desenvolvidos dizem respeito a processos organizacionais. Em conformidade com o modelo de governança da gestão estratégica, a direção da Casa acompanha a execução da estratégia e avalia a necessidade de corrigir problemas ou de adotar novas medidas.

Nesse sentido, os portfólios de projetos são definidos e conduzidos no intuito de agregar mais eficiência e eficácia aos processos desenvolvidos ou de criar novos processos para oferecer novos produtos e serviços à sociedade, bem como aprimorar a infraestrutura física, tecnológica e de serviços a fim de dar melhor suporte aos parlamentares no exercício de suas funções constitucionais de representar o povo brasileiro, legislar e fiscalizar os atos da Administração Pública (veja [Tabela A1](#)).

A segunda versão da Metodologia de Gestão de Projetos da Câmara dos Deputados tem como um de seus objetivos promover um maior alinhamento entre os projetos e os processos por eles impactados. Nesse sentido, essa versão inclui:

- alteração na etapa de iniciação do projeto – no momento em que se propõe o projeto, é levantado o impacto em processos, ou seja, identifica-se qual é o processo impactado ou qual processo deve ser criado;
- alteração na etapa de detalhamento do escopo do projeto – nesta etapa é reforçada a importância de se prever ações no projeto para que o produto (ou serviço) resultante seja absorvido pela organização de forma adequada e tenha condições de gerar os benefícios esperados. São solicitadas ações como mapeamento do processo de operação do produto/serviço, estruturação de área responsável, treinamento, normatização do funcionamento do produto/serviço, etc. A existência dessas ações é verificada pelo ECGE; e
- inclusão da etapa Avaliação de Benefícios do Projeto – esta etapa, posterior ao encerramento do projeto, tem a finalidade de avaliar e registrar o alcance dos benefícios decorrentes da entrega do produto/serviço pelo projeto.

2.5 – Informações sobre indicadores de desempenho

Os macroprocessos finalísticos da Câmara dos Deputados - “Representar o povo brasileiro”, “Elaborar diplomas legais” e “Fiscalizar os seus atos e os dos demais poderes” - são imensuráveis, no que diz respeito ao estabelecimento de metas de desempenho e monitoramento de resultados. Deve-se ter em mente que o Parlamento cumpre igualmente sua função institucional quando aprova, rejeita ou vota uma proposição. Mantém-se fiel à missão de representar a sociedade quando aprova matérias com a urgência requerida ou quando avalia questões que precisam ser amadurecidas com cautela e paciência. Nesse sentido, não se posicionar a respeito de determinado assunto é tão legítimo quanto elaborar um diploma legal a respeito do tema.

Não obstante essas peculiaridades, a Casa gera e disponibiliza para o controle social estatísticas das atividades parlamentares (apresentadas no [item 2.4.1](#)), oriundas dos macroprocessos finalísticos.

À administração da Casa cabe planejar ações e projetos estratégicos a fim de garantir o melhor suporte possível para a atividade legislativa e a atuação parlamentar. Em suas ações específicas, a estrutura administrativa e técnico-legislativa mantém-se em estado de prontidão para assessorar os parlamentares e prestar o apoio institucional necessário ao cumprimento de suas funções constitucionais.

As unidades organizacionais produzem dados estatísticos de suas atividades, que pautam as suas ações de melhoria e as diversas decisões gerenciais, conforme se observa no [item 6.1.2](#). Para fomentar a cultura de gestão por indicadores, de agosto de 2012 a dezembro de 2015, a Casa desenvolveu o projeto corporativo Indicadores de Gestão. Entre suas entregas está a definição do processo de trabalho de criação e uso de indicadores de desempenho da gestão, alinhado ao modelo de governança da Casa. O processo definido inclui todas as etapas envolvidas na criação e utilização de indicadores, desde a vinculação a questões de negócios priorizadas pelos gestores, passando pela identificação de fontes de informação e pela construção e publicação de painéis de indicadores. Para cada atividade, foram indicados os respectivos atores, com destaque para os escritórios de gestão (corporativo e setoriais das diretorias e secretarias), responsáveis por organizar as reuniões de avaliação estratégica em que são priorizadas ações e analisados os resultados. O processo de trabalho definido pelo projeto será gerenciado pela Assessoria de Projetos e Gestão.

3. GOVERNANÇA

3.1 – Estrutura de governança

A Câmara dos Deputados é dotada de estrutura de governança exercida por meio de comitês temáticos, que constituem esferas de deliberação e monitoramento de resultados institucionais, cujas atribuições e composição foram descritas nos relatórios anteriores e podem ser encontradas [aqui](#).

Com relação à gestão estratégica, a Câmara possui portaria específica que define o modelo a ser seguido e as instâncias de decisão ([Portaria nº 233, de 2009](#)).

3.2 – Atividades do sistema de correição

A Comissão Permanente de Disciplina (Coped), instituída pela Resolução nº 14, de 2012, tem competência para apurar, com exclusividade, por determinação do diretor-geral, responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, nos termos da Lei nº 8.112, de 1990.

3.2.1 – Principais eventos apurados

Em 2015, a Coped atuou em 70 processos de natureza disciplinar para apurar supostas irregularidades cometidas por servidores e ex-servidores. Desses, 16 foram instaurados no ano de 2015 e 54 remanesceram de anos anteriores. Dentre os temas apurados no âmbito da Coped, destacam-se a apuração de supostas irregularidades referentes a:

- falta de urbanidade, descumprimento de decisão judicial, acautelamento indevido de arma de fogo e carregador, uso indevido da Cota para o exercício da atividade parlamentar, contratação irregular de secretário parlamentar, licença, ofensa física em serviço, falsificação de assinatura em formulário de exoneração a pedido;
- fraudes praticadas contra Programa de Auxílio à Educação Pré-Escolar e contra o Programa de Auxílio-Transporte;
- desvio de recursos orçamentários da área de saúde, verificados na Operação Sanguessuga da Polícia Federal; e
- acumulação de cargos públicos por parte dos servidores comissionados.

3.2.2 – Principais resultados observados

A situação dos processos administrativos disciplinares e sindicâncias instaurados e/ou em curso, bem como dos já concluídos em 2015, consta das tabelas a seguir.

Tabela 4 – Situação dos PADs e sindicâncias instaurados e/ou em curso

Principais resultados			
Especificação	PAD	Sindicância	Total
1. Processos instaurados em 2015	14	2	16
2. Processos instaurados em anos anteriores e em curso em 2015	54	–	54
3. Total de processos nos quais as comissões atuaram em 2015	(1+2) 68	2	70
4. Processos concluídos pelas comissões em 2015	27	2	29

Principais resultados			
Especificação	PAD	Sindicância	Total
5. Processos em curso em 31/12/2015	(3-4)	41	41
6. Processos encerrados pelas comissões até 2015 e pendentes de julgamento	40	3	43

Fonte: Comissão Permanente de Disciplina.

Tabela 5 – Processos administrativos disciplinares e sindicâncias concluídos

Processos julgados em 2015 e seus resultados			
Especificação	PAD	Sindicância	Total
1. Total de processos julgados em 2015	80	2	82
2. Total de penalidades aplicadas em 2015	81	2	83
2.1. Aplicação de penalidade disciplinar *	10	–	10
2.2. Arquivamento	42	1	43
2.3. Penalidades que deixaram de ser aplicadas em função da prescrição	29	1	30

Fonte: Comissão Permanente de Disciplina.

* **Penalidades aplicadas:** uma penalidade de advertência; duas de suspensão, decorrentes do mesmo processo; sete de destituição de cargo em comissão ou conversão da exoneração em destituição de cargo em comissão, sendo que em três casos há a incidência da incompatibilidade permanente para nova investidura em cargo público federal.

3.3 – Gestão de riscos e controles internos

A disciplina de gestão de riscos, com enfoque metodológico específico, ainda é recente no serviço público, sendo as experiências mais consolidadas aquelas que se relacionam às instituições que operam no mercado financeiro. Entretanto, todas as atividades envolvem riscos e, mesmo sem a definição do rótulo de “gestão de riscos”, as diversas áreas da Casa rotineiramente identificam e avaliam riscos e adotam as medidas necessárias para mitigá-los.

Em relação aos riscos que podem afetar os processos estratégicos, é de fundamental importância manter a ordem interna no sentido de garantir o acesso seguro aos plenários das Comissões e ao Plenário Ulysses Guimarães, locais onde acontecem os debates e as votações. Nesse sentido, a estrutura administrativa da Casa conta com o Departamento de Polícia Legislativa (Depol), que, entre outras atribuições definidas pela [Resolução nº 18, de 2003](#), responsabiliza-se pelas atividades de polícia ostensiva e preservação da ordem e do patrimônio, nos edifícios da Câmara dos Deputados e em suas dependências externas.

A agenda legislativa é acompanhada pelo Depol a fim de melhor gerir o acesso às dependências da Casa e garantir a segurança dos parlamentares e servidores. Além disso é feito levantamento e mapeamento semanal dos riscos das ações de mobilização, social ou de grupos específicos, cujo foco é o Congresso Nacional ou mesmo a Esplanada dos Ministérios. Estratégias da segurança orgânica são adotadas tendo em vista a continuidade da atividade finalística mesmo em situações de ameaças de invasão aos prédios da Casa e de obstrução de acesso, muitas vezes provocadas por manifestações nas áreas externas e internas da Câmara dos Deputados.

Quanto aos riscos que afetam a continuidade de negócios por falhas/rupturas de serviços de tecnologia da informação, foi instituído, por meio da [Portaria nº 406, de 2013](#), o modelo e Governança de TIC na Câmara dos Deputados, criando o Comitê Estratégico de TIC (Ceti) e o Comitê Diretivo de TIC (CDTI), fundamentados no *Control Objectives for Information and related Technology - Cobit 4.1*, principal referência de boas práticas em processos de TIC. Inserido na Governança Corporativa, o modelo prevê a existência do Plano Estratégico de TIC (Peti) e do

Plano Diretor de TIC (PDTI). O Centro de Informática (Cenin) gerencia as ações definidas pelo Comitê Estratégico de TIC no Peti e no PDTI. Nesse sentido, o Centro desenvolve um planejamento das ações associadas à TIC para assegurar a disponibilidade e o bom desempenho dos serviços e modernizar e ampliar o ambiente tecnológico, de forma a mitigar os riscos associados à dependência das soluções de TIC para o funcionamento da Casa.

Além disso, na área de TIC são desenvolvidas ações de mitigação de riscos operacionais de forma sistemática, de acordo com o [item 6.3.7](#).

Já o Departamento Técnico (Detec) é o órgão responsável por assegurar a conformidade e a eficiência das edificações da Câmara. Dentre as principais medidas destacam-se o Programa de Manutenção Predial da Câmara dos Deputados (PMP.CD) e o Plano de Ação de Adequação das Instalações da Câmara dos Deputados às Normas de Segurança Contra Incêndio e Pânico.

No que diz respeito aos riscos decorrentes dos resíduos provenientes das atividades de assistência à saúde, desde 2004, o Departamento Médico (Demed) gerencia o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde (PGRSS) e segue o Manual Básico de Procedimentos – Manejo de Resíduos de Serviço de Saúde, elaborado em 2012 (disponível em pdf na [Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados](#)).

O órgão de controle interno, por sua vez, adota práticas de gestão de riscos no desenvolvimento de suas ações de fiscalização. A unidade tem investido em capacitação dos servidores e definiu “Planejar ações de controle observando critérios de risco, governança e conformidade” como uma das linhas de atuação em seu planejamento estratégico.

No processo de gestão estratégica, a Câmara dos Deputados adota práticas para gestão de riscos em projetos, que são utilizadas para iniciativas corporativas e setoriais. As práticas estão previstas na Metodologia de Gestão de Projetos da Casa e têm como referência os preceitos do Project Management Institute (PMI), instituição de maior reconhecimento internacional em gestão de projetos.

Alguns projetos em andamento merecem destaque neste tópico por terem sido motivados por riscos de alta relevância para a Casa. São eles:

- Painel de Processos e Pessoas – instituído para identificar possível risco de falta de pessoal em processos essenciais na Casa decorrente do crescente número de aposentadorias de servidores efetivos. O projeto visa contribuir com um diagnóstico sobre a força de trabalho alocada aos processos críticos a fim de evitar a descontinuidade de processos de alta relevância;

- Projeto Segurança – criado para identificar e mitigar riscos de alta magnitude à segurança dos parlamentares, servidores e demais cidadãos que frequentam as instalações da Câmara dos Deputados. Seguindo as orientações do Corpo de Bombeiros Militar do DF, o projeto promoveu readequações estruturais e implementou plano de emergência e pânico. Como ação continuada, estão sendo realizados treinamentos com as diversas áreas da Casa para lidar com situações de emergência, tais como simulações de desocupação dos edifícios em caso de incêndio.

Com o amadurecimento da gestão estratégica, a Câmara percebeu a necessidade de consolidar as diversas iniciativas e ampliar sua atuação investindo na gestão de riscos corporativos. Nesse sentido, a Casa estuda desenvolver projeto com a finalidade de implantar as práticas de identificação e avaliação de riscos de forma contínua por meio da definição de modelo de gestão de riscos corporativos, a fim de subsidiar a tomada de decisão e promover melhorias na definição e tratamento de riscos operacionais, de informações e de conformidade.

4. RELACIONAMENTO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS COM A SOCIEDADE

4.1 – Canais de acesso do cidadão

Em 2014, o Comitê Gestor do Relacionamento (CGR) apresentou o primeiro relatório conjunto de todos os órgãos que o integram com as iniciativas de relacionamento com a sociedade, bem como registrou o histórico de construção e consolidação do comitê. Vale ressaltar que é da natureza da atividade legislativa o relacionamento constante com a sociedade, seja nos espaços físicos que compõem esta Casa do Legislativo, seja nos espaços virtuais.

Para o presente Relatório, são apresentadas a consolidação dos dados e as principais iniciativas dos órgãos integrantes do CGR diretamente envolvidos na interação desta Casa com a sociedade durante o ano de 2015.

Os dados apresentados originam-se da interação da sociedade com a Câmara dos Deputados por intermédio de uma multiplicidade de canais bilaterais e multilaterais, possibilitando oportunidades diversas a segmentos sociais heterogêneos, de acordo com suas preferências e com os recursos tecnológicos disponíveis. As interações bilaterais se dão por intermédio dos meios eletrônico, telefônico, presencial e por correspondência; enquanto as interações multilaterais são viabilizadas por meio de enquetes, fóruns, *chats*, mídias sociais e do portal e-Democracia.

As normas que estabelecem as diretrizes e competências da gestão do relacionamento na Câmara dos Deputados estão contidas no [Ato da Mesa nº 58, de 2013](#), e nas Portarias [nº 111, de 2013](#), e [nº 410, de 2013](#), que dispõem sobre a criação do CGR e a designação de seus integrantes, respectivamente.

Ao longo de 2015, foram conduzidas algumas iniciativas com o objetivo de, em futuro próximo, realizar implantação conjunta de uma governança da gestão de relacionamento e participação social, que abrange tanto os canais de interação bilateral quanto multilateral.

4.1.1 – Canais bilaterais de interação

Por intermédio de uma estratégia unificada de relacionamento com o cidadão, respaldada pelas normas elencadas acima, realiza-se a gestão dos tipos de demanda, possibilitando um tratamento mais efetivo, rápido e transparente a elas. O processo tem início na triagem realizada pela Central de Comunicação Interativa – 0800, que analisa todas as mensagens recebidas pelo sistema Fale Conosco, e responde aquelas ao alcance de suas competências. As demais mensagens são encaminhadas às respectivas áreas gestoras, para que procedam às pesquisas e aos encaminhamentos necessários para possibilitar a resposta ao cidadão.

Em 2015, verificou-se um incremento de 38% em relação ao número de demandas recebidas em 2014. Historicamente, há uma ampliação da interação da sociedade com esta Casa no primeiro ano de cada legislatura, mas, diante desse percentual expressivo, reitera-se a relevância do aprimoramento da gestão do relacionamento da Câmara dos Deputados com a sociedade.

Observa-se que o tipo de demanda que lidera o *ranking* das interações bilaterais são as manifestações, mensagens que contêm o posicionamento dos cidadãos em relação às proposições legislativas em tramitação na Câmara e aos principais fatos que permeiam o cenário político no país.

Tabela 6 - Número de demandas atendidas, por tipo, em 2015

Tipo de demanda	Nº
Manifestação	81.368
Lei de Acesso à Informação	72.861
Solicitação	13.779
Sugestão	2.300
Reclamação	2.170
Elogio	183
Denúncia	45
TOTAL	172.706

Fonte: Comitê Gestor do Relacionamento.

Em relação ao perfil dos solicitantes, considerados os usuários que interagiram com a Câmara dos Deputados em 2015 e registraram seu perfil, percebe-se que a participação masculina mantém-se predominante (62% dos solicitantes) e que a participação mais expressiva nas interações bilaterais (85%) ocorre a partir dos 30 anos.

4.1.2 – Canais multilaterais de interação

Os canais multilaterais de interação estão sob a responsabilidade da Secretaria de Comunicação (Secom) e do Laboratório Hacker, integrante da estrutura da Diretoria-Geral.

É importante ressaltar que a Câmara dispõe de diversas ações de interação multilateral, com objetivo de ampliar a transparência do processo legislativo e direcionar as contribuições originadas na participação popular aos parlamentares em exercício, de modo que possam considerar em suas decisões legislativas aspectos colocados em evidência pela sociedade, por intermédio de discussões virtuais.

O Laboratório Hacker (LabHacker), normatizado pela [Resolução nº 49, de 2013](#), tem por finalidade promover ações de transparência e participação social no processo legislativo. Ao longo de 2015, o LabHacker concentrou seus esforços em atividades de colaboração para a cidadania, na realização e participação em vinte eventos interativos e presenciais relacionados a tecnologia, cidadania, redes sociais e projetos colaborativos.

Nesse sentido, destacam-se os aplicativos Retórica Parlamentar (novembro de 2015), que permite a visualização interativa dos principais temas dos discursos parlamentares; e o Painel Social (outubro de 2015), que permite a visualização de informações legislativas e de redes sociais, com destaque para assuntos mais debatidos e matérias mais lidas no portal da Câmara. Além disso, o LabHacker dedicou-se ao desenvolvimento de aplicativos relacionados ao portal e-Democracia, cuja gestão integra suas atribuições. Em 2015, enfatizou-se o aprimoramento dos requisitos de navegabilidade e acessibilidade da interface.

No que se refere à participação da sociedade no portal e-Democracia, que conta com 35.877 usuários (3.464 novos cadastros em 2015), diversas ferramentas de participação são disponibilizadas nas comunidades legislativas virtuais, organizadas em torno de temas políticos específicos. Tais instrumentos permitem a interação simultânea entre cidadãos, deputados e servidores, sem restrições quanto à quantidade de acessos à plataforma.

Em 2015, diversos debates foram organizados em comunidades, como os relacionados à redução da maioria penal, crimes cibernéticos, registro civil nacional e ao Fórum Legislativo do Futebol. Também foi criada a comunidade #tonacamara, com o objetivo de estimular os visitantes da Casa a registrarem suas impressões e experiências utilizando essa *hashtag* no compartilhamento de fotos e vídeos.

Uma das ferramentas do portal e-Democracia é o Wikilegis, utilizado para a construção colaborativa de textos legislativos, através do qual o cidadão pode comentar e sugerir alterações na redação de cada artigo da proposição em discussão. Colaborações dos cidadãos foram efetivamente incluídas nos textos finais de leis como a Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência e o Marco Civil da Internet. Em setembro de 2015, o LabHacker disponibilizou uma nova interface do Wikilégis, com o objetivo de melhorar a acessibilidade da ferramenta, buscando ampliar a iniciativa dos parlamentares e a participação dos cidadãos no processo colaborativo de construção de leis.

Outra ferramenta do portal e-Democracia são os Fóruns de discussão, que em 2015 receberam mais de 9 milhões de visualizações, resultando na postagem de mais 2 mil mensagens. Além dos fóruns, os cidadãos puderam participar também das 274 audiências públicas interativas realizadas em 2015, que registraram 16.425 mensagens de 3.494 pessoas. Nesse mesmo ambiente, foram realizados debates interativos por ocasião das 22 comissões gerais ocorridas no plenário Ulysses Guimarães no ano de 2015.

Para facilitar o acesso às discussões do portal e-Democracia, a Câmara lançou em junho de 2015, o aplicativo e-Democracia Móvel, como parte do projeto corporativo Câmara Móvel. O aplicativo permite o envio de vídeos e comentários aos debates do portal e-Democracia a partir de *smartphones* com sistema operacional Android.

Em 2015, o LabHacker realizou treinamentos para estimular os deputados federais a utilizarem as ferramentas de participação, para os servidores das comissões temáticas atuarem como moderadores de salas de interatividade e para os secretários parlamentares gerirem o Wikilégis. Além disso, foi lançada uma cartilha com informações sobre o portal e-Democracia, entre outras ações de divulgação.

A Secom, respaldada pelo [Ato da Mesa nº 68, de 2013](#), realiza a gestão das manifestações que chegam à Câmara dos Deputados por meios eletrônicos, mídias sociais e sistema 0800.

Uma das iniciativas da Coordenação de Participação Popular é a disponibilização, no portal da Câmara, de um *videochat*, plataforma *on-line* pela qual os cidadãos podem interagir com os deputados, enviando à sala de bate-papo, aberta para esse fim, questionamentos que podem ser respondidos ao vivo pelos parlamentares, com transmissão da TV Câmara.

Em 2015, foram realizados *videochats* sobre os temas “Estatuto da Família” e “Estatuto do Desarmamento”. No total, essas salas de bate-papo receberam 419 participações. Além disso, foram registradas 7.166.480 participações – favoráveis ou contrárias – nas enquetes disponibilizadas no portal, com destaque para:

- conceito de família (Projeto de Lei nº 6.583 de 2013, que cria o Estatuto da Família) – 5.793.947 participações;
- fim do auxílio-reclusão e criação de um benefício para vítimas de crimes – 615.414 participações;

- revogação do Estatuto do Desarmamento e novas regras para compra e circulação de armas de fogo – 158.145 participações;
- fim do exame da OAB – 129.146 participações; e
- polícia única desmilitarizada – 108.231 participações.

É relevante lembrar que, embora a Câmara dos Deputados venha participando ativamente em importantes mídias sociais, as iniciativas ainda não estão sistematizadas, em sua totalidade, pela gestão do relacionamento. A Secom gere os perfis oficiais da Casa no Facebook e no Twitter, mas outros órgãos da Casa também possuem perfis específicos em redes sociais, a exemplo da Biblioteca da Câmara e da Edições Câmara.

Embora haja avanços relacionados à gestão de canais multilaterais de relacionamento, a governança das ações de interatividade baseadas na *web 2.0* ainda não foi plenamente estabelecida em nível corporativo.

Conforme decisão do Comitê de Gestão Estratégica em 2014, foram propostas alterações de normas no sentido de expandir as competências e alterar a composição do atual Comitê Gestor do Relacionamento, transformando-o em Comitê Gestor do Relacionamento e Participação Popular.

4.2 – Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

A Secom é responsável pelo atendimento à população por meio dos serviços 0800 e Fale Conosco e também possui um núcleo dedicado a acolher as demandas específicas da Secretaria. Além do papel de esclarecimento de dúvidas, esses canais também funcionam como mecanismos de avaliação do trabalho da Casa e da Secom, já que o cidadão também pode encaminhar críticas, elogios e sugestões.

A partir de setembro de 2015, a Central de Comunicação Interativa – 0800 passou a realizar pesquisa de satisfação após atendimento telefônico ao cidadão. Dessa forma, apresentam-se, na tabela a seguir, os resultados obtidos.

Tabela 7 – Pesquisa de satisfação atendimento telefônico – 0800

Questão	Resposta	Quantidade	% de registros
Tempo de espera	Satisfeito	17.939	79,55%
	Sem resposta	3.980	17,65%
	Insatisfeito	633	2,81%
Atendimento do operador	Satisfeito	18.101	97,46%
	Sem resposta	302	1,63%
	Insatisfeito	169	0,91%
Informação prestada	Satisfeito	17.615	95,72%
	Sem resposta	617	3,35%
	Insatisfeito	171	0,93%

Fonte: Comitê Gestor do Relacionamento.

Conforme estabelecido pelo Projeto Corporativo Sistema de Gestão do Relacionamento, foi realizado processo licitatório para a contratação de serviços de aplicativo para a gestão do relacionamento na Câmara dos Deputados e, no final de novembro de 2015, foi celebrado contrato. Ao longo de 2016, será parametrizado sistema informacional que dará suporte às ações de gestão de relacionamento com a sociedade, com funcionalidades previstas que facilitarão o monitoramento das interações, a consolidação dos dados, e também a mensuração da satisfação do cidadão que se relaciona com esta Casa por intermédio dos diversos canais disponíveis.

Por fim, as pesquisas citadas abaixo, principalmente as que dizem respeito aos veículos de comunicação, também buscam, de certa forma, identificar a satisfação dos usuários/telespectadores em relação à qualidade dos programas e das notícias veiculados.

- **Pesquisas IBOPE TV e Rádio Câmara:** em 2015, o serviço de medição de audiência da TV Câmara foi suspenso em virtude da não renovação do contrato. Não obstante, foi o primeiro ano em que a Rádio Câmara contou com o serviço de medição de audiência em Brasília. Todos os resultados são apresentados aos diretores e às respectivas equipes, servindo como espécie de controle de qualidade dos programas para ajustes de programação e de conteúdo.

- **Pesquisas grupos focais programas da TV Câmara e da Rádio Câmara:** em fevereiro de 2015, foi contratada a realização de serviços de pesquisa qualitativa, por meio da técnica de grupos focais, para avaliação da linguagem utilizada pela Rádio Câmara e pela TV Câmara.

A amostra da pesquisa totalizou oito grupos, compostos por homens e mulheres, entre trinta e sessenta anos de idade, pertencentes às classes AB e BC, residentes na Região Metropolitana de São Paulo. Foram avaliadas edições dos programas Expressão Nacional, Câmara Ligada, Participação Popular, Eis a Questão, Caixote, Palavra Aberta e Voz do Brasil. Os resultados da avaliação desses programas foram importantes para identificar problemas de linguagem e de conteúdo dos programas.

- **Relatórios Google Analytics:** por meio de dados fornecidos pelo Google Analytics, são elaborados relatórios para avaliação dos gestores, com vistas a traçar estratégias de otimização dos recursos e ampliação do alcance. Por meio desses relatórios, é possível analisar a quantidade de acessos, o comportamento dos internautas, a divisão demográfica dos acessos e, assim, identificar os conteúdos mais acessados e os temas mais interessante aos cidadãos, permitindo a aferição da satisfação dos usuários com a finalidade de constantes aperfeiçoamento constantemente dos serviços prestados.

4.3 – Mecanismos de transparência das informações na Câmara dos Deputados

O portal da Câmara dos Deputados na internet (www.camara.leg.br) oferece diversos conteúdos que reforçam o compromisso da instituição com a transparência de suas atividades e iniciativas. Entre eles, destacam-se as seguintes páginas:

Tabela 8 – Páginas do portal da Câmara dos Deputados

Página	Finalidade
http://www2.camara.leg.br/transparencia/a-transparencia-na-camara	Reúne os principais <i>links</i> que remetem aos conteúdos relacionados à transparência das atividades e iniciativas da Câmara dos Deputados.
http://www2.camara.leg.br/transparencia/sispush/indexAtuacao	Permite ao usuário fazer cadastro próprio para assinatura do boletim eletrônico “Acompanhe o seu Deputado”, serviço automático que envia, por <i>e-mail</i> , informações consolidadas sobre a atuação parlamentar.
http://www2.camara.leg.br/transparencia/concursos	Reúne informações sobre os concursos públicos promovidos pela Câmara dos Deputados.
https://www2.camara.leg.br/transparencia/dados-abertos	Reúne conteúdos sobre as atividades legislativas e administrativas no formato de dados abertos.
https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/orcamentobrasil/fiscalize	Permite acompanhar a execução do Orçamento da União.
http://www2.camara.leg.br/transparencia/gestao-na-camara-dos-deputados/orcamento	Permite acompanhar a execução orçamentária da Câmara.
http://www2.camara.leg.br/transparencia/gestao-na-camara-dos-deputados/relatorio-de-gestao	Permite o acesso ao Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados.

Página	Finalidade
fiscal/apresentacao http://www2.camara.leg.br/transparencia/gestao-na-camara-dos-deputados/contas-da-camara	Reúne informações sobre as contas da Câmara dos Deputados.
http://www2.camara.leg.br/cota-parlamentar/	Permite pesquisa sobre a utilização da Cota para o exercício da atividade parlamentar (Ceap).
https://www2.camara.leg.br/transparencia/laboratorio-hacker	Reúne informações sobre as atividades do Laboratório Hacker, órgão responsável por promover iniciativas voltadas para a inovação tecnológica com base na utilização dos dados abertos providos pela Câmara dos Deputados.
https://www2.camara.leg.br/transparencia/lei-de-acesso-a-informacao	Reúne informações e serviços relacionados à Lei de Acesso à Informação.
https://www2.camara.leg.br/transparencia/licitacoes	Reúne informações e serviços de pesquisa sobre licitações e contratos em vigor na Câmara dos Deputados.
https://www2.camara.leg.br/transparencia/obras-em-andamento	Reúne informações e serviços de pesquisa sobre as obras em andamento na Câmara dos Deputados.
https://www2.camara.leg.br/transparencia/recursos-humanos	Reúne informações e serviços de pesquisa sobre o quadro de servidores efetivos e comissionados, bem como sobre os funcionários contratados por meio de terceirização.
http://www.camara.leg.br/missao-oficial	Reúne informações e serviços de pesquisa sobre as viagens em missão oficial realizadas por servidores e parlamentares.
https://www2.camara.leg.br/transparencia/imoveis-funcionais	Reúne informações sobre a ocupação dos imóveis funcionais da Câmara dos Deputados.
http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario	Informa dados sobre agenda e pauta das reuniões e sessões do Plenário, a presença dos deputados e o resultado das votações.
http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes	Reúne informações sobre a composição das comissões e dados sobre suas reuniões e votações.
http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa	Permite a pesquisa sobre a biografia dos deputados e sua trajetória na Câmara.
http://www.camara.leg.br/sileg/default.asp	Exibe a íntegra das proposições legislativas e o histórico de tramitação.
http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas	Reúne o registro instantâneo e a íntegra dos pronunciamentos dos deputados.
http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/webcamara/ao-vivo/transmissoes-do-dia	Oferece a transmissão, em tempo real, das atividades no Plenário e nas comissões.
http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/	Reúne notícias e conteúdos multimídia sobre as atividades e iniciativas da Câmara dos Deputados.
http://www.camara.leg.br/internet/bancoimagem/	Oferece o registro fotográfico das atividades e iniciativas da Câmara dos Deputados.
http://www2.camara.leg.br/internet/tvcamara/?lnk=ASSISTA-A-TV-CAMARA-PELA-INTERNET&selecao=VIVO	Transmite, ao vivo, o sinal da TV Câmara.
http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/	Transmite, ao vivo, o sinal da Rádio Câmara.
http://www2.camara.leg.br/comunicacao/rede-legislativa-radio-tv	Reúne dados e instruções sobre a Rede Legislativa Digital de TV e Rádio.
http://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais	Programas institucionais que promovem a educação para a cidadania e inclusão social e a adoção de práticas de sustentabilidade.

Fonte: Secretaria de Comunicação Social e Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade.

4.3.1 – Ações de transparência

A Câmara dos Deputados prosseguiu, em ação continuada, com a implementação de ações visando ampliar seu grau de conformidade aos requisitos da Lei nº 12.527, de 2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI), no terceiro ano de sua vigência.

No que se refere ao Serviço de Informação ao Cidadão e ao tratamento das informações com restrições de acesso, observa-se uma ampliação significativa no número de demandas atendidas – 31,6% em relação ao ano de 2014 –, o que reflete tanto a aderência da sociedade à legislação que estabelece as diretrizes para o acesso a informação quanto a disseminação de uma nova cultura em que se percebe um maior protagonismo social no monitoramento das iniciativas em curso pela administração pública no legislativo federal.

Na tabela abaixo, encontram-se os números totais dos requerimentos de acesso a informação para o ano de 2015:

Tabela 9 – Distribuição mensal das demandas LAI por macrotema

Macrotema	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Atividade legislativa	111	190	831	511	1.053	881	576	1.118	1.201	922	956	712	9.062
Constituinte	8	12	6	6	5	6	17	7	4	11	6	9	97
Deputado	237	581	791	477	453	433	446	457	507	419	413	331	5.545
Institucional	1.977	3.059	4.466	3.382	4.866	4.236	3.389	5.247	4.892	4.092	4.084	3.079	46.769
Legislação	28	37	26	30	55	71	75	47	43	39	27	36	514
Proposição	518	818	1.285	1.098	1.155	1.007	869	790	971	868	868	460	10.707
Total	2.879	4.697	7.405	5.504	7.587	6.634	5.372	7.666	7.618	6.351	6.354	4.627	72.694

Fonte: Serviço de Informação ao Cidadão.

A Cartilha do Cidadão, cujo objetivo é destacar os principais pontos da LAI e apresentar as diversas formas de acesso a informações na Casa, encontra-se disponível para consulta [aqui](#).

4.3.1.1 – Cota para o exercício da atividade parlamentar

A Cota para o exercício da atividade parlamentar (Ceap) é uma cota única mensal destinada a custear os gastos dos deputados exclusivamente vinculados ao exercício da atividade parlamentar.

O [Ato da Mesa nº 43, de 2009](#), detalha as regras para o uso da Ceap. O valor máximo mensal da cota depende da unidade da federação que o deputado representa. Essa variação ocorre pelo valor das passagens aéreas de Brasília ao estado que o deputado representa. A tabela completa, para todas as unidades da federação, com os limites mensais da cota por deputado, encontra-se disponível no anexo do referido ato da Mesa.

Os gastos realizados pelos deputados podem ser acessados no portal da Câmara na internet, na aba [Transparência, em Cota para exercício da atividade parlamentar](#), por deputado ou por partido. Destaca-se que os documentos comprobatórios desses gastos são digitalizados e podem ser acessados no mesmo endereço eletrônico. Além disso, é possível, também, acessar o serviço [Dados abertos – cota parlamentar](#), que disponibiliza arquivos XML compactados para *download* contendo dados relativos aos gastos parlamentares registrados na Câmara dos Deputados.

4.4 – Ações de interação da Câmara dos Deputados com a sociedade

Algumas ações realizadas em 2015 merecem destaque por buscar ampliar a visibilidade do Legislativo junto aos cidadãos e a interação com a sociedade.

4.4.1 – Rede Legislativa de Rádio e TV

Dando continuidade às ações para divulgar as atividades parlamentares ao maior número de brasileiros, a Rede Legislativa de TV Digital já é uma realidade em dezoito capitais. Além das capitais, a Rede Legislativa de TV Digital se expande pelo interior dos estados de São Paulo e Minas Gerais, em parceria com as câmaras municipais, que arcam com os custos de aquisição dos equipamentos e de transmissão.

Atualmente, cerca de cinquenta milhões de brasileiros têm a possibilidade de assistir, de forma gratuita, às emissoras do Poder Legislativo. Cada vez mais, os cidadãos poderão acompanhar o trabalho do Poder Legislativo nas três esferas – municipal, estadual e federal. Já foram solicitados ao Ministério das Comunicações canais de televisão em mais 370 cidades.

Em 2015, a Câmara dos Deputados solicitou ao Fórum do Sistema Brasileiro de TV Digital a alteração da Norma 15604, da ABNT, para simplificar acesso aos canais em multiprogramação e participou dos procedimentos para a alteração da Norma 15290, para alterar metodologia de acertos na legenda oculta. Além disto, participou do Grupo de Desburocratização do Ministério das Comunicações, focado em rever as regulamentações dos serviços de radiodifusão; e do Grupo de Implantação do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV, da Anatel.

Para divulgar as ações dos trabalhos da Rede Legislativa, foi criada a página Rede Legislativa de TV e Rádio (<http://www2.camara.leg.br/comunicacao/rede-legislativa-radio-tv>), onde as câmaras municipais podem ter acesso à legislação, a notícias e a um manual de como participar da rede.

4.4.2 – Apoio a eventos institucionais

A Câmara dos Deputados mantém uma estrutura específica que viabiliza a realização de eventos nas suas dependências – da reserva do espaço à divulgação, passando por cerimonial e protocolo, fornecimento de serviços de infraestrutura, entre outras ações. Em 2015, a Câmara dos Deputados apoiou 495 eventos e mais de 120 sessões solenes.

Esses eventos, promovidos pelo quadro parlamentar e administrativo da Casa, consistem em atos públicos, seminários, congressos, simpósios, conferências, fóruns, encontros, exposições artísticas e manifestos culturais, lançamentos de publicações e de campanhas, visitas oficiais, sessões solenes, programas institucionais e outras iniciativas. Merecem atenção pois aproximam a sociedade do Parlamento e reafirmam a vocação da Casa de acolher e representar a pluralidade dos interesses do povo brasileiro.

4.4.3 – Interação com o público infanto-juvenil – Programa Plenarinho

Há onze anos, a Câmara dos Deputados mantém atuante um portal na internet, denominado Plenarinho (<http://www.plenarinho.leg.br/>), dedicado ao público infanto-juvenil, que já conta com mais de cinco milhões de acessos, com uma média de 350 mil visitas anuais. Nesse portal, reportagens especiais, jogos e narrativas lúdicas mostram como funciona o Poder Legislativo e aprofundam conhecimentos ligados aos componentes curriculares do ensino fundamental. Entre as atividades do *site*, estão os projetos Câmara Mirim, Eleitor Mirim e Escola na Câmara.

Tabela 10 – Projetos do programa Plenarinho

Projetos	Finalidade
Câmara Mirim	Estimular estudantes do 5º ao 9º ano do ensino fundamental a apresentar projetos de lei que tragam melhorias para o país. Os alunos autores das três melhores propostas, e seus respectivos professores, participam de atividades que simulam uma sessão de votação no Plenário da

Projetos	Finalidade
	Câmara, tendo a chance de vivenciar a rotina dos deputados. Podem concorrer estudantes de todo o Brasil.
Eleitor Mirim	Oferecer atividades de capacitação em educação política para professores que tenham interesse em temáticas relacionadas a eleições, importância do voto e cidadania. O programa é oferecido a cada dois anos.
Escola na Câmara	Promover a visita de alunos e professores da rede pública do Distrito Federal ao Congresso Nacional. Atividades educativas abordam questões relacionadas à democracia e à representatividade na política, proporcionando uma rica vivência a alunos dos ensinos fundamental e médio.

Fonte: Secretaria de Comunicação Social.

Em 2015, o Plenarinho celebrou os 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) com um concurso de desenhos infantis. A criança vencedora ilustrou a capa de uma edição comemorativa do ECA, lançada pela Edições Câmara especialmente para a ocasião. Também merecem destaque a exposição Desenho Mágico, o Dia das Crianças no Bosque dos Constituintes e a inauguração da biblioteca da Escola Classe 302 Norte.

4.4.4 – Outros programas permanentes de interação com o público

A Câmara dos Deputados realiza outros programas que também visam a interação com públicos de interesse da instituição, a saber:

Tabela 11 – Programas permanentes de interação com o público

Programas	Descrição	Total de Participantes em 2015	Número de edições
Estágio-Visita de Curta Duração	Durante cinco dias, estudantes universitários participam de palestras, debates, visitas, vivências e simulações que abordam o papel do Poder Legislativo e proporcionam reflexões sobre democracia e exercício da cidadania. São oferecidas oito turmas por ano, cada uma com cinquenta vagas;	605	10
Parlamento Jovem Brasileiro (PJB)	Alunos do ensino médio participam, durante uma semana, de atividades que simulam as diversas etapas do processo legislativo, debatendo e votando projetos de lei. Atuando como se fossem deputados, os jovens vivenciam, na prática, os ritos democráticos de discussão e aprovação das leis. Podem participar estudantes de todo o país.	78	1
Missão Pedagógica no Parlamento	Programa de capacitação de 120 horas em Educação para Democracia, voltado para professores de escolas públicas que têm interesse nas temáticas relacionadas a democracia, cidadania, política e Poder Legislativo. As atividades são realizadas em Brasília e em módulos à distância.	58	1
Oficina de Atuação no Parlamento	Capacitação voltada para representantes de organizações da sociedade civil, a oficina visa divulgar o funcionamento do Poder Legislativo e as formas de acompanhar o processo de elaboração e aprovação das leis. A cada ano, são oferecidas duas turmas, cada uma com cinquenta vagas.	89	2

Fonte: Secretaria de Comunicação Social e Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento.

A Câmara dos Deputados, em conjunto com o Senado Federal, possui, ainda, o programa “Visite o Congresso”, que oferece visitas guiadas às duas casas legislativas. Em 2015, a visita institucional recebeu 136.266 pessoas. Nesse mesmo ano, o programa foi premiado com nota máxima em duas avaliações internacionais – Guia Michelin e TripAdvisor. Em dezembro, cerca de 600 cidadãos participaram da 6ª edição das Cantatas de Natal, com visitas guiadas em horário noturno, encerradas com apresentações artísticas de corais e autos de natal.

A Câmara dos Deputados recebe, em média, 200 mil pessoas por ano, que participam ativamente das atividades promovidas por seus órgãos administrativos e político-legislativos. Esse contingente é recebido, diariamente, por um quadro de 57 recepcionistas, que prestam atendimento em português, espanhol, francês, inglês e Libras. Os profissionais ainda atuam na recepção de autoridades, durante visitas oficiais e outros eventos institucionais. Em 2015, foram 120 receptivos oferecidos e 55.419 atendimentos no Serviço de Informações ao Cidadão (SIC), posto presencial para orientações e registro de requerimentos com base na LAI.

4.4.5 – Divulgação da atividade parlamentar por meio dos veículos de comunicação da Câmara dos Deputados

A divulgação da atividade parlamentar é feita pelos veículos de comunicação da Câmara dos Deputados – TV Câmara, Rádio Câmara, Agência Câmara, Jornal da Câmara e portal Câmara Notícias.

O ano de 2015 foi marcado por um recorde histórico de participação dos parlamentares no programa Voz do Brasil e também pelo incentivo à participação da população por meio do 0800, *e-mail* e das redes sociais nos programas ao vivo da TV Câmara, como Expressão Nacional, #Ocupação, Câmara Ligada e Participação Popular.

Uma das novidades desse ano foi o Conexão: Interprograma da TV e da Rádio em que os deputados têm a oportunidade de divulgar suas atividades fora da Câmara. Para o recesso de fim de ano e de janeiro, foram produzidas edições especiais nas quais parlamentares fizeram retrospectivas do ano de 2015 e expectativas para 2016.

O #Ocupação entrou no ar em março de 2015. Todo mês, dezenas de jovens universitários representando todas as regiões do país debatem com dois deputados assuntos importantes para o Brasil e muitas vezes polêmicos. Entre os temas abordados em 2015, estiveram terrorismo, feminismo, desarmamento, intolerância religiosa e maioria penal. Além das dez edições realizadas, o programa resultou em um novo produto para divulgação das atividades com os jovens – #Ocupação: Direto da Comissão, realizado em 2 ocasiões. Nesse novo programa, os jovens interagem com parlamentares, que respondem a perguntas sem tema definido.

4.4.6 – Centro Cultural Câmara dos Deputados

O Centro Cultural Câmara dos Deputados, criado pelo [Ato da Mesa nº 51, de 2012](#), disponibiliza à sociedade e aos servidores o rico acervo histórico e artístico da Câmara dos Deputados. Também apoia, viabiliza e normatiza todas as manifestações culturais realizadas nas dependências da Casa. São exposições artísticas, fotográficas, históricas e corporativas, além de gabinetes de arte, apresentações musicais e projeções cinematográficas. Também estão incluídos lançamentos de livros, eventos literários e institucionais, desde que os eventos sejam de interesse da instituição, além de iniciativas nas áreas museológica, museográfica e histórico-parlamentar. O objetivo é valorizar a história parlamentar, a cultura nacional, a arte e o acervo museológico, elementos essenciais para a constituição de nossa identidade, do papel institucional e histórico do Legislativo.

Em 2015, diversos eventos foram realizados, entre eles, exposições artísticas, fotográficas, históricas e corporativas, saraus literários, oficinas literárias e exposições com o acervo da Casa, reforçando o compromisso da Câmara dos Deputados com a educação para cidadania. Dentre os eventos, destacam-se os seguintes:

- exposições de cunho histórico sobre personagens e momentos importantes da vida brasileira, tais como Parlamento e Democracia, Dois de Julho: A Guerra da Independência do Brasil na Bahia e Nas Trilhas da Cabanagem (1835-1840);

- Sarau Italiano – Clássicos da Música e Literatura, promovido em parceria com a Embaixada da Itália, o Grupo Parlamentar Brasil-Itália e a 4ª Secretaria;
- oficinas literárias durante o ano – Panorama dos Estudos Literários, Ciclo de Leitura, Oficina de Técnica da Narrativa, Estilos de Época na Literatura e nas Artes, Atualização em Literatura, Exercícios de Criação Literária para Aposentados e Práticas de Meditação para Ambientes Corporativos, além de aulas de redação e literatura para participantes do Programa Pró-Adolescente. Outro destaque foi o espetáculo Lia de Manaká, apresentado para alunos do ensino fundamental de escolas públicas do DF; e
- dez exposições com acervos da Casa, tais como Mobiliário de Design na Câmara dos Deputados, A Constituinte de 1823, Riquezas Bibliográficas e 55 Anos de Brasília – Desenhos de Oscar Niemeyer.

4.5 – Medidas relativas à acessibilidade

O Programa de Acessibilidade da Câmara dos Deputados tem a finalidade de planejar, implementar e promover, de forma integrada e em atendimento à legislação federal vigente, ações para proporcionar o acesso de funcionários, parlamentares, visitantes, telespectadores e internautas com algum tipo de deficiência ou limitação aos ambientes, produtos, serviços e informações da Casa. Com isso, pretende-se garantir a participação efetiva deles na vida em sociedade.

Este trabalho, além de ter grande impacto social e repercussões favoráveis, vem servindo como referência a muitos órgãos da administração pública. Nesse sentido, pode-se destacar, dentre muitas, algumas ações exemplares, tais como:

- a reforma de acessibilidade arquitetônica do plenário Ulysses Guimarães, cujo projeto foi aprovado em 2006 por Oscar Niemeyer e apresentado como modelo de desenho inclusivo em edificações históricas durante conferência internacional realizada no Reino Unido;
- a instalação da maquete tátil do Congresso Nacional, localizada no Salão Verde, para visitantes com deficiência visual;
- a implantação do sistema de aro magnético (tecnologia de escuta assistida para pessoas com deficiência auditiva que utilizam aparelho) de forma pioneira em balcões de atendimento e espaços de conferência;
- a participação, em parceria com o Ministério do Planejamento e a Universidade Federal da Paraíba, no Projeto Suite VLibras, sistema que disponibiliza, no computador do usuário, um intérprete de Libras virtual (avatar) para traduzir automaticamente, da língua portuguesa para a Língua Brasileira de Sinais, os conteúdos disponíveis não apenas no portal da Câmara na internet, mas em qualquer sítio eletrônico;
- o desenvolvimento e a instalação de um sistema óptico de votação eletrônica por reconhecimento de movimentos da cabeça totalmente integrado ao painel de votação eletrônica do plenário Ulysses Guimarães;
- a publicação de leis em diversos formatos acessíveis (audiolivro, braile, letras ampliadas, EPUB, Libras);
- a exibição de programas na TV Câmara com legendas ocultas (closed caption) e interpretação de Libras simultaneamente, além da disponibilização do recurso de audiodescrição em quinze horas semanais; e
- a celebração de contrato com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Distrito Federal (Apae-DF) para promover a inclusão profissional de pessoas com deficiência intelectual que prestam serviços de higienização de livros e documentos na Biblioteca.

As ações de acessibilidade implementadas em 2015 podem ser consultadas no seguinte endereço eletrônico: <http://www2.camara.leg.br/responsabilidade-social/acessibilidade/o-programa/acoes.html>.

Com o objetivo de promover a melhoria da gestão da acessibilidade, aperfeiçoar os controles internos e prestar o adequado atendimento às crescentes demandas, encontra-se atualmente em estudo uma proposta de reestruturação da área de acessibilidade na Câmara dos Deputados.

4.6 – Responsabilidade social

A Câmara dos Deputados mantém o Programa de Apoio ao Trabalho do Adolescente – Pró-Adolescente, que visa à inclusão social de jovens adolescentes, por meio da formação técnico-profissional do adolescente aprendiz, com amparo na Lei nº 10.097, de 2000 (Lei da Aprendizagem), com destaque para as seguintes ações:

Tabela 12 – Ações do Programa Pró-Adolescente

Ações	Finalidade
Projeto de Ação Escolar / Plantão de Apoio Escolar	Melhorar o rendimento escolar dos pró-adolescentes, por meio de aulas de reforço escolar em diversas disciplinas, ministradas voluntariamente por servidores da Casa.
Projeto de Ação Escolar / Espaço Viva Leitura	Ampliar o acervo do Espaço Viva Leitura – “minibiblioteca”, com livros voltados para o público adolescente e obras indicadas para o Programa de Avaliação Seriada (PAS) da UnB. Além do empréstimo de livros, também é oferecida a orientação para a realização de pesquisas escolares na internet.
Projeto Lotações / Ambientação	Adaptar os adolescentes ao ambiente de trabalho e contribuir para que eles melhorem o desempenho no exercício de suas funções. Ao ingressarem na Câmara dos Deputados, os adolescentes participam de ambientação, que tem em sua programação palestras diversas, visita guiada às dependências da Casa, acolhimento à família, elaboração do projeto de vida, entre outros.
Projeto de Valorização do Adolescente	Divulgar e promover o Programa Pró-Adolescente por meio de cartilhas, <i>folders</i> , página no portal CamaraNet e visitas aos diversos setores da Casa para orientar sobre os aspectos legais e práticos do programa, visando valorizar o trabalho do adolescente, sensibilizar os servidores da Casa para os desafios que envolvem a adolescência e tornar o programa de aprendizagem profissional mais efetivo.
Programa de Orientação Profissional	Auxiliar o jovem no processo de escolha da profissão e na inserção no mercado de trabalho. Tem a duração de seis encontros em que são desenvolvidas atividades individuais e grupais voltadas para o auto conhecimento, o conhecimento das profissões e o processo de escolha propriamente dito.
Atendimento Psicológico	Oferecer apoio emergencial por meio de uma ação interventiva imediata – plantão psicológico – e aconselhamento terapêutico, que busca restaurar no jovem suas condições de crescimento, levando-o a perceber, sem distorções, a realidade que o cerca, habilitando-o a agir para alcançar sua satisfação pessoal e social.

Fonte: Departamento de Pessoal.

Mais informações sobre o programa podem ser obtidas no seguinte endereço eletrônico: <http://www2.camara.leg.br/responsabilidade-social/pro-programa-pro-adolescente>.

5. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

5.1 - Tratamento contábil da depreciação e da amortização de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

A Câmara dos Deputados observa as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público, NBC T 16.9 e NBC T 16.10, para efetuar a contabilização da depreciação e amortização do seu patrimônio, bem como para mensuração dos ativos e dos passivos. As informações relativas aos procedimentos e políticas contábeis adotadas por este órgão estão evidenciadas nas notas explicativas às suas demonstrações contábeis.

5.2 - Sistemática de apuração de custos

A Câmara dos Deputados não dispõe de sistema informatizado de apuração de custos, embora sua gestão estratégica para o período de 2012 a 2023, aprovada pelo [Ato da Mesa nº 59, de 2013](#), possua diretrizes e linhas de ação voltadas para a melhora na eficiência administrativa e na utilização de recursos. Essas diretrizes sinalizam a preocupação da administração da Casa com a qualidade do gasto público e com a futura implementação da apuração dos custos após os estudos necessários para a identificação e mensuração adequada dos produtos ofertados à sociedade.

A dificuldade de implantar e trabalhar informações de custos num órgão do Poder Legislativo reside no fato de que os seus produtos são em sua maioria abstratos e difíceis de mensurar, tais como proposições apreciadas, leis aprovadas, medidas provisórias aprovadas, vetos votados, fiscalizações efetuadas, contas julgadas, entre outros.

A definição de um sistema de mensuração de custos é, portanto, tarefa complexa – que relaciona o Estado, o Parlamento e a sociedade – e dificulta a identificação dos produtos e serviços entregues a ela pelo Parlamento. E, tão importante quanto aprovar ou rejeitar uma proposição é a análise de determinadas questões que precisam ser amadurecidas com cautela e paciência antes de serem submetidas à votação.

Apesar das dificuldades encontradas, a Câmara dos Deputados, por meio do Defin, tem realizado estudos preliminares sobre o assunto, de forma a desenvolver uma sistemática de apuração de custos. Nesse sentido, contribuíram para esses estudos as apresentações feitas ao Defin por técnicos da Coordenação-Geral de Contabilidade e Custos da União sobre o Sistema de Informação de Custos do Governo Federal e por representantes da Universidade de Brasília sobre a experiência de apuração de custos por eles desenvolvida.

Além disso, diversas outras iniciativas têm sido tomadas por aquele departamento, a exemplo da participação de seu corpo técnico em congressos, treinamentos, grupos de estudos e pesquisas acerca do assunto.

5.3 - Demonstrações contábeis e notas explicativas

As demonstrações contábeis da Câmara dos Deputados são elaboradas por meio do Siafi em atenção à Lei nº 4.320, de 1964, às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Essas demonstrações encontram-se disponíveis para consulta [aqui](#), acompanhadas das notas explicativas.

6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

6.1 – Gestão de pessoas

Neste item apresentam-se as informações quantitativas e qualitativas sobre a gestão de recursos humanos da Câmara dos Deputados, de forma a possibilitar a análise da estrutura de pessoal, bem como da contratação de pessoal de apoio e de estagiários.

6.1.1 – Estrutura de pessoal da unidade

6.1.1.1 – Composição da força de trabalho

A composição do quadro de servidores ativos é apresentada na tabela a seguir:

Tabela 13 – Composição do quadro de servidores ativos
Quadro efetivo de pessoal (posição em 31/12/2015)

	Analista Legislativo/Atribuição	Quantidade de cargos			
		Ocupados	Vagos	Total	Excedentes
Nível superior	Administrador	2	0	2	–
	Analista de Informática Legislativa	162	16	178	–
	Arquiteto	20	0	20	–
	Assistente Social	1	3	4	–
	Assistente Técnico	3	0	3	–
	Consultoria	233*	22*	255	–
	Contador	57	5	62	–
	Enfermeiro	14	1	15	–
	Engenheiro	45	8	53	–
	Engenheiro de Segurança do Trabalho	2	1	3	–
	Farmacêutico	4	0	4	–
	Fisioterapeuta	6	0	6	1
	Fonoaudiólogo	3	0	3	–
	Médico	84	8	92	–
	Museólogo	2	0	2	–
	Nutricionista	7	0	7	–
	Odontólogo	4	0	4	–
	Psicólogo	1	0	1	–
	Recursos Humanos	33	0	33	–
	Taquígrafo Legislativo	136	16	152	–
	Técnica Legislativa	657**	62**	719	–
	Técnico em Comunicação Social	2	2	4	–
	Técnico em Comunicação Social – Área Audiovisual	8	0	8	–
	Técnico em Comunicação Social – Área Divulgação	13	1	14	–
	Técnico em Comunicação Social – Área Imprensa Escrita	37	2	39	–
	Técnico em Comunicação Social – Área Relações Públicas	22	3	25	–
	Técnico em Comunicação Social – Área Rádio	33	2	35	–
	Técnico em Comunicação Social – Área Televisão	47	1	48	–
Técnico em Documentação e Informação Legislativa	108	25	133	–	
Técnico em Material e Patrimônio	62	22	84	–	
Total – nível superior	1.808	200	2.008	1	
Nível intermediário especializado		Quantidade de cargos			
		Ocupados	Vagos	Total	Excedentes
	Adjunto Parlamentar – Área Condução de Veículos	4	0	4	–
	Adjunto Parlamentar – Área Secretaria	81	0	81	2
	Agente de Conservação e Restauração	12	0	12	–
	Agente de Encadernação e Douração	28	0	28	–
	Agente de Polícia Legislativa	273	15	288	–
	Agente de Serviços Legislativos – Área Serviços Especiais	6	0	6	–
Agente de Serviços Legislativos – Área Serviços Paramédicos	87	12	99	–	

	Técnico Legislativo/Atribuição	Quantidade de cargos			
		Ocupados	Vagos	Total	Excedentes
	Agente de Serviços Legislativos – Área Serviços de Arquitetura e Engenharia	8	0	8	–
	Agente de Serviços Legislativos – Área Serviços de Atendimento	141	0	141	3
	Agente de Serviços Legislativos – Área Serviços de Comunicação e Informação	11	0	11	–
	Agente de Transporte Legislativo – Área Condução de Veículos	21	0	21	–
	Agente de Transporte Legislativo – Área Mecânica de Veículos	1	0	1	–
	Assistente Administrativo	557	225	782	–
	Operador de Audiovisual	44	0	44	–
	Operador de Máquinas	108	0	108	–
	Total – nível intermediário especializado	1.382	252	1.634	5
	Total geral	3.190	452	3.642	6

Fonte: Departamento de Pessoal.

* 1 servidor do cargo de Analista Legislativo – atribuição Consultoria com exoneração retroativa a 17/12/2015 não publicada no *Diário Oficial da União (DOU)* até 31/12/2015.

** 1 servidor do cargo de Analista Legislativo – atribuição Técnica Legislativa com exoneração retroativa a 1º/12/2015 não publicada no DOU até 31/12/2015.

6.1.1.2 – Demonstração e distribuição da força de trabalho à disposição da Câmara dos Deputados

A demonstração e distribuição da força de trabalho é objeto das tabelas 14, 15 e 16, as quais contêm respectivamente a força de trabalho, a distribuição da lotação efetiva e o detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas.

Tabela 14 – Força de trabalho da Câmara dos Deputados

Tipologias dos cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	4.589	4.177	816	515
1.1. Membros de poder e agentes políticos	513	547	559	12
1.2. Servidores de carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	4.076	3.630	257	503
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	3.642	3.196	65	278
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	–	–	–	–
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	–	–	–	–
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas (CNE e SP)	434	434	192	225
2. Servidores com contratos temporários	–	–	–	–
3. Servidores sem vínculo com a administração pública (CNE e SP)	12.006	11.948	9.586	8.694
4. Total de servidores (1+2+3)	16.595	16.125	10.402	9.209

Fonte: Departamento de Pessoal.

A Constituição Federal determina que o número total de deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, é estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população. A Lei Complementar nº 78, de 1993, dispõe que o número de deputados não ultrapassará 513. Foi considerado esse número na coluna lotação autorizada por esse motivo.

Para totalização da lotação efetiva de membros de poder e agentes políticos, foram considerados os deputados titulares que estavam em exercício efetivo do mandato, somados àqueles que se licenciaram mas não perderam a condição de parlamentar e aos suplentes em exercício, totalizando 547 deputados. Nesse campo, levou-se em consideração todos os parlamentares que tomaram posse em 2015.

Já na totalização de egressos no exercício foram considerados todos os deputados que saíram do mandato de maneira definitiva por: perda do mandato, renúncia, aposentadoria por invalidez, falecimento ou cassação. Também foram computados nessa coluna os deputados suplentes que tomaram posse em 2015, mas que, posteriormente, se afastaram do mandato.

Tabela 15 – Distribuição da lotação efetiva

Tipologias dos cargos	Lotação efetiva	
	Área meio	Área fim
1. Servidores de carreira (1.1)	2.394	1.324
1.1. Servidores de carreira (1.1.2+1.1.3+1.1.4+1.1.5)	2.394	1.324
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	2.071 *	1.125
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	–	–
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	–	–
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas (CNE e SP)	4	430
2. Servidores com contratos temporários	–	–
3. Servidores sem vínculo com a administração pública (CNE e SP)	54	11.894
4. Total de servidores (1+2+3)	2.129	13.449

Fonte: Departamento de Pessoal.

* Inclui 42 servidores afastados cuja lotação fica no Depes durante o afastamento.

Para o preenchimento da tabela 15, considerou-se como áreas finalísticas: Mesa Diretora, Suplência da Mesa, Ouvidoria Parlamentar, Corregedoria Parlamentar, Procuradoria Parlamentar, Secretaria da Mulher, lideranças, Conselho de Ética, comissões, Diretoria Legislativa, Centro de Estudos e Debates Estratégicos, Secretaria-Geral da Mesa e gabinetes parlamentares. As demais foram consideradas área meio.

Tabela 16 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da CD

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	12.067	12.009	9.604	8.722
1.1. Cargos de Natureza Especial	–	–	–	–
1.2. Grupo – Direção e Assessoramento Superior	12.067*	12.009*	9.604	8.722
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	–	–	–	–
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	–	–	–	–
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas (CNE e SP)**	61	61	18	28
1.2.4. Sem vínculo (CNE e SP)	12.006***	11.948***	9.586	8.694
1.2.5. Aposentados****	4	4	4	4
2. Funções gratificadas	1.702	1.638	824	764
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1.702	1.638	824	764
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	–	–	–	–
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	–	–	–	–
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	13.769	13.647	10.428	9.486

Fonte: Departamento de Pessoal.

* Inclui 2 servidores efetivos ocupantes de CNE.

** Engloba os servidores requisitados de outros órgãos ocupantes de CNE e de cargo de SP na Câmara dos Deputados.

*** Inclui 4 aposentados em cargo efetivo da CD ocupantes de CNE e de cargo de SP.

**** Engloba os servidores aposentados em cargos efetivos da Câmara dos Deputados ocupantes de CNE e de cargo de SP.

6.1.1.3 – Análise crítica dos dados

A Câmara dos Deputados dispõe de quadro de pessoal com quantitativo de cargos compatível com as atuais demandas internas de trabalho e necessidades de atendimento ao público externo. O quadro de servidores apresenta-se estável há aproximadamente vinte anos e a terceirização das atividades não estratégicas contribuiu para a pouca variação no número de servidores efetivos ao longo do tempo. Entretanto, o não preenchimento da totalidade de cargos vagos, como mostra a tabela 13, no [item 6.1.1.1](#), pode gerar um déficit funcional à Instituição.

Por exemplo, em 2015, houve expressivo número de aposentadorias (261), quantitativo que representa 8,2% dos cargos efetivos ocupados. No mesmo período, apenas 72 novos servidores aprovados em concursos públicos foram empossados e entraram em exercício, ou seja, a reposição de pessoal não fez frente ao contingente dos que passaram à inatividade. Logo, o déficit funcional em 2015 foi de 189 servidores. Se computados os óbitos, os servidores exonerados a pedido e as vacâncias por motivo de posse em cargos inacumuláveis, o déficit alcança o número de 204 servidores. Verifica-se, portanto, a necessidade de redistribuição da força de trabalho, de forma a garantir a manutenção da eficiência e qualidade dos serviços prestados. Nesse sentido, a área de RH tem atuado com monitoramento constante e apoiado a adoção de medidas gerenciais já em prática na Casa, especialmente no que tange à reorganização de processos de trabalho. Tal situação também impõe à administração a necessidade de formulação de políticas que permitam a realização de processos seletivos com a antecedência necessária e a implantação de mecanismos gerenciais que garantam mais agilidade à recomposição do quadro funcional.

Quanto aos eventuais afastamentos que reduzem a força de trabalho disponível, constatou-se aumento do quantitativo de licenças para tratamento da própria saúde (LTS) a partir do mês de maio de 2015, período que coincidiu com a implantação do controle eletrônico de frequência, previsto no [Ato da Mesa nº 24, de 2015](#). Considera-se que a execução gradativa das diretrizes e ações previstas na Política de Saúde, Segurança e Qualidade de Vida no Trabalho, estabelecida no Ato da Mesa nº 151, de 2014, poderá contribuir para minimizar os afastamentos para tratamento da própria saúde, proporcionando mais satisfação e produtividade aos servidores no ambiente de trabalho.

No tocante à ocupação de funções comissionadas, constata-se que aproximadamente 51% dos servidores efetivos ocupam função comissionada, com uma distribuição heterogênea das funções entre as unidades administrativas, em razão de condicionantes políticas, históricas e gerenciais.

6.1.1.4 – Qualificação e capacitação da força de trabalho

A fim de promover a capacitação continuada dos servidores, com vistas ao desenvolvimento de competências e à aquisição de conhecimentos necessários ao melhor desempenho de suas atribuições, a Câmara dos Deputados realizou 295 eventos entre cursos de curta e longa duração, treinamentos, palestras, seminários e programas de ambientação em 2015.

O quantitativo total de inscritos em cursos de treinamento e aperfeiçoamento foi de 21.866 participantes, sendo 7.395 participantes de cursos presenciais e 14.471 de cursos a distância, 13.448 dos quais participaram de cursos sem tutoria. Afastaram-se para capacitação externa 1.241 servidores, sendo 502 para licença-capacitação.

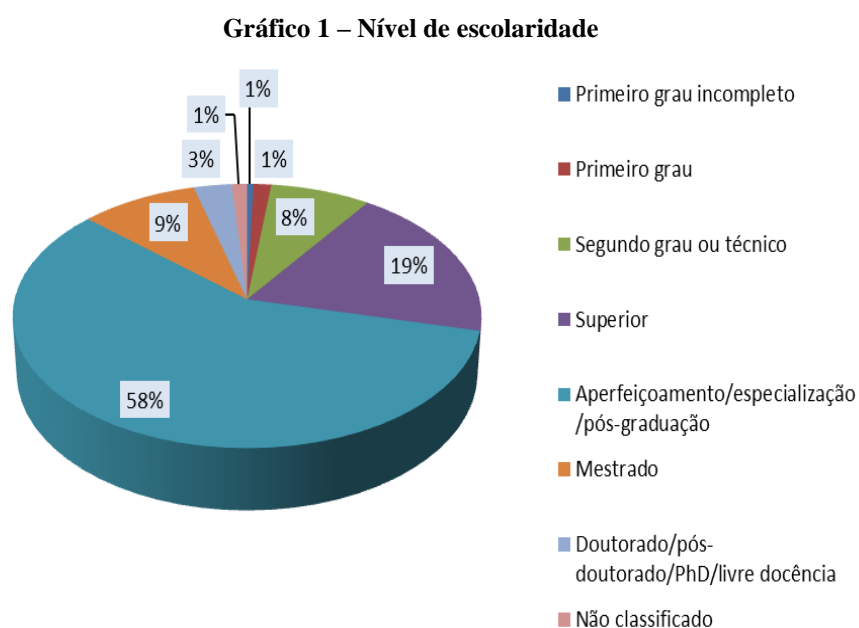
Os cursos ofertados pertencem a diversas áreas, em especial processo legislativo, Poder Legislativo, orçamento público, emendas orçamentárias, técnica legislativa, sistemas de informação, educação para a democracia e desenvolvimento de gestores.

Por ter sido o primeiro ano da legislatura, houve 34 cursos ministrados a novos deputados ou a sua equipe técnica. Ao total foram 418 inscritos, divididos entre os cursos de Inglês para Parlamentar, Redação de Discurso, Processo Legislativo e Informática.

Em relação aos resultados, as avaliações de reação dos cursos demonstram, de maneira geral, a aplicabilidade dos conteúdos apresentados às necessidades demandadas pelos departamentos participantes dos treinamentos. Pode-se destacar como exemplo o Programa de Educação Continuada em Gestão (PEC Gestão), que atendeu a 323 gestores da Casa em 2015. O programa contou com cursos de curta duração nas áreas de projetos, processos e planejamento e MBA na área de governança legislativa.

Além disso, destaca-se o Programa de Pós-Graduação, que é uma oportunidade de crescimento pessoal e profissional de alto nível, disponível a todos os servidores da Casa e demais interessados no Poder Legislativo. Em 2015, o Programa de Pós-Graduação foi submetido à avaliação por meio de diligência do Ministério da Educação (MEC) e recebeu nota 4 no processo para credenciamento institucional, em uma escala de 1 a 5, para tornar-se apto a emitir certificados de cursos de especialização *lato sensu*. Soma-se a essa avaliação a já bem sucedida condução de um programa próprio de Mestrado, já credenciado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), do MEC, programa que manteve 57 alunos regulares e 80 alunos especiais em 2015. Também foram atendidos 74 alunos nos cursos de MBA, Parlamento e Direito e Comunicação Política no Legislativo. Além disso, 15 servidores participavam do segundo ano do curso de doutorado interinstitucional em Ciência Política, parceria com o IESP/UERJ.

Por fim, apresenta-se o gráfico a seguir, que tem por objetivo demonstrar a qualificação dos servidores efetivos por escolaridade.



Fonte: Departamento de Pessoal.

6.1.2 – Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

Com o objetivo de promover a saúde integral e aprimorar a qualidade de vida de servidores e parlamentares, bem como prevenir acidentes e agravos relacionados ao trabalho, a Câmara instituiu sua Política de Saúde, Segurança e Qualidade de Vida no Trabalho ([Ato da Mesa nº 151, de 2014](#)). A política estabelece, como uma de suas diretrizes, a realização de ações de vigilância epidemiológica e avaliação dos riscos presentes no ambiente de trabalho, com vistas a identificar os fatores que geram adoecimento e empreender ações de controle e redução dos riscos.

A Câmara realiza campanhas educativas e de detecção precoce de doenças, exames periódicos de saúde, programas de educação e acompanhamento específicos, entre outras ações. As informações sobre os programas de saúde e campanhas preventivas realizadas em 2015 estão relacionadas a seguir.

Tabela 17 – Programas de saúde

Programa	Público alvo	Objetivo geral	Quantidade
Acompanhamento e Apoio à Gestante	Gestantes e pais (usuários do Demed).	Assistir, em nível preventivo, aos futuros pais, servidores da Câmara dos Deputados, por meio de ações educativas, visando à promoção da saúde da gestante e do bebê e à capacitação dos pais para lidarem com o processo gestacional e o cuidado de seus filhos de maneira mais saudável, efetiva, confiante e adaptativa.	49 participantes
Assistência ao Paciente Diabético	Servidores ativos, aposentados e seus dependentes diagnosticados com diabetes melito.	Promover a detecção precoce do diabetes melito, mediante assistência integral aos pacientes, possibilitando um bom controle metabólico e diminuindo a incidência de complicações crônicas.	160 participantes 776 procedimentos
Imunização	Servidores efetivos, parlamentares, dependentes legais e terceirizados.	Prevenir doenças imunopreveníveis como a <i>influenza</i> , inclusive contra a cepa H1N1, difteria, tétano, febre amarela e hepatite B.	7.773 doses
Controle de Peso	Servidores efetivos e parlamentares com sobrepeso e obesidade.	Diminuir o peso corporal do servidor que esteja com sobrepeso ou obesidade, contribuindo para uma melhor qualidade de vida; Proporcionar educação nutricional dos servidores, por meio de informações educativas acerca de alimentação saudável e todos os aspectos que podem envolver esta questão; Contribuir para a adoção de uma rotina alimentar mais saudável e menos calórica.	52 pacientes 96 participantes
Avaliação e Tratamento da Hipertensão Arterial	Servidores titulares usuários do Demed, já diagnosticados como hipertensos.	Conscientizar os funcionários e proporcionar maior adesão ao tratamento da hipertensão; Reduzir a pressão arterial e outros fatores de risco presentes nos pacientes; Propiciar maior expectativa e qualidade de vida aos servidores.	35 participantes 149 atendimentos
Check-up Cardiológico	Servidores titulares usuários do Demed, parlamentares e aposentados.	Avaliar a saúde do servidor, por meio de exames laboratoriais, radiológicos, cardiológicos, audiometria, avaliação clínica e encaminhamentos para especialidades conforme necessidade.	588 pacientes
Exames Periódicos	Servidores estatutários do quadro efetivo ativos.	Avaliar o estado de saúde do servidor visando a identificar e prevenir possíveis agravos relacionados ou não com a atividade laborativa e/ou com o ambiente de trabalho.	513 servidores

Fonte: Departamento Médico.

Campanhas preventivas realizadas em 2015



Semana da Enfermagem
Procedimentos realizados: 468

Rodas da Saúde
 Atividades educativas
 sobre a qualidade de vida
 no trabalho
Servidores atendidos: 96



Deteção Precoce do Câncer de Pele
Participantes: 200



Filhos Seguros
Quantidade: 400 folders
impressos distribuídos



Prevenção e Orientação à Cefaleia
Participantes: 160



Prevenção ao Suicídio
Participantes: 90

Prevenção da Perda Auditiva
 Deteção precoce e
 orientação sobre os fatores
 prejudiciais à audição
Participantes: 77



Deteção Precoce do Câncer de Mama e Colo Uterino
Participantes: 371

Fonte: Departamento Médico.

6.1.2.1 – Acidentes de trabalho

Em 2015, a Câmara dos Deputados realizou 96 atendimentos decorrentes de acidente de trabalho, conforme demonstra a tabela a seguir.

Tabela 18 – Acidentes de trabalho

Tipo de acidente	Sexo	Categoria funcional					Total
		Servidor efetivo	SP	CNE	Terceirizados	Pró-adolescente	
Típico	Masculino	4	0	1	42	1	48
	Feminino	7	4	3	20	1	35
Trajeto	Masculino	2	1	2	2	0	7
	Feminino	5	0	0	1	0	6
Total		18	5	6	65	2	96

Fonte: Departamento Médico.

A investigação dos acidentes de trabalho é feita em conjunto pelo Programa de Saúde no Trabalho/Demed e pela Seção de Engenharia de Segurança no Trabalho/Detec.

Em 2015, foram registrados 96 acidentes de trabalho. Esse número vem crescendo nos últimos anos. Acredita-se não ter havido aumento na ocorrência de acidentes e sim incremento no seu registro, pois várias intervenções vêm sendo realizadas para aperfeiçoar as notificações, entre elas: sensibilização dos trabalhadores e profissionais de saúde para registro adequado do acidente, disponibilização de formulário de registro no portal CamaraNet, utilização de planilha única de registro.

6.1.2.2 – Doenças ocupacionais

A quantidade de servidores com agravos à saúde e expostos a riscos ocupacionais atendidos pelo Grupo de Adequação Laboral, em 2015, foi de 140 (39 servidores do sexo masculino e 101 servidores do sexo feminino).

6.1.2.3 – Indicadores de absenteísmo

Foram apresentados e homologados 10.294 atestados, totalizando 54.119 dias de afastamento em 2015.

Tabela 19 – Licenças para tratamento de saúde

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Quantidade de atestados	334	379	520	480	1.060	1.196	1.127	1.219	1.112	1.042	1.020	805	10.294
Total de dias	2.512	2.463	2.924	3.529	5.212	5.833	5.810	6.370	5.112	5.194	5.669	3.491	54.119

Fonte: Departamento Médico.

Em 2015, observou-se um aumento expressivo no número de atendimentos efetuados pelo Serviço de Perícia Médica. Até abril, o número de atendimentos do serviço manteve-se na média dos anos anteriores, mas, a partir de maio, houve notável aumento desse número, o que coincide com mudanças no registro de frequência de pessoal.

Entre os afastamentos para LTS, prevalecem os afastamentos de 1 a 2 dias. Destaca-se ainda que houve significativo aumento de solicitações de concessão de horário especial para servidores portadores de deficiência na forma da lei ou com dependentes nessa situação, bem como para servidores com redução da capacidade laborativa constatada por Junta Médica Oficial.

6.1.3 – Informações sobre os controles para mitigar riscos relacionados a pessoal

Em relação à terceirização de cargos, informa-se que a Câmara dos Deputados não possui empregados terceirizados que ocupam ou exercem cargos ou atividades típicas de categorias funcionais do plano de cargos.

Quanto à acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos, são elencados a seguir os procedimentos e as providências adotadas por esta Casa:

- **Na posse:** ao apresentar os documentos exigidos para a posse no cargo efetivo, o nomeado declara o exercício ou não de outro cargo público. Caso declare que vai continuar a exercer cargo concomitantemente ao da Câmara dos Deputados, o nomeado informa o horário de trabalho e a carga horária a que está sujeito no outro órgão, devidamente verificados em declaração emitida pelo setor de pessoal correspondente. Com a posse, é iniciado o processo de verificação da licitude da acumulação;

- **Na emissão de declarações de carga horária para outros órgãos públicos:** ao emitir declarações de carga horária, solicita-se ao servidor informar o seu vínculo com outro órgão público. Caso o servidor confirme o vínculo, inicia-se o processo;

• **Verificação anual de compatibilidade:** anualmente, os servidores cuja acumulação de cargos já foi declarada lícita apresentam declarações de horário de trabalho/carga horária, emitidas pelos outros órgãos públicos, a fim de que seja verificada a compatibilidade. Destaca-se, ainda, que os controles existentes atendem satisfatoriamente ao propósito de identificar casos de acumulação vedada pelo art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal, que já existam no momento da posse do servidor.

Ao final de 2015 não havia registro de situação de acumulação irregular de cargos, nem processo administrativo disciplinar aberto para regularização de situação de acumulação irregular de cargo, função ou emprego público, relativo aos servidores efetivos.

6.1.4 - Demonstrativo das despesas de pessoal

A composição das despesas de pessoal, conforme as orientações do Tribunal de Contas União, Portaria-TCU nº 321, de 2015, está demonstrada por meio do quadro 11, que discrimina as naturezas de despesas de pessoal para cada tipologia de servidores e de cargos relativamente ao exercício de 2015.

Quadro 11 – Despesas de pessoal

Valores em reais

Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas variáveis						Despesas de exercícios anteriores	Decisões judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis			
Membros de poder e agentes políticos										
2015	243.947.494	0	17.805.764	0	11.828.632	1.372.493	0	20.507	0	274.974.890
2014	168.331.497	0	13.859.550	0	9.753.277	307.406	0	53.344	0	192.305.073
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada										
2015	951.824.734	99.502.928	89.212.975	115.324.573	38.521.935	23.685.185	206.467	3.314.503	0	1.321.593.299
2014	883.201.942	94.320.404	81.424.273	91.615.611	38.817.275	22.103.177	233.165	2.572.260	0	1.214.288.106
Servidores de carreira sem vínculo com o órgão da unidade jurisdicionada										
2015	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2014	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores sem vínculo com a administração pública (exceto temporários)										
2015	643.338.962	0	54.115.676	38.836.422	175.151.492	0	15.180	665.563	0	912.123.296
2014	598.480.936	0	49.984.370	33.312.250	150.602.257	0	15.513	3.537.955	0	835.933.280
Servidores cedidos com ônus										
2015	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2014	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores com contrato temporário										
2015	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2014	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Sistema de Gestão de Pessoal/CD e relatório anual do Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade.

6.1.5 – Gestão de riscos relacionados a pessoal

Ao longo da análise crítica dos dados apresentada no [item 6.1.1.3](#), foram descritos, mesmo que indiretamente, alguns dos principais riscos associados à gestão de pessoas na Casa. No caso da alocação de pessoal, já existe uma proposta de normatização que aguarda posicionamento da direção. Embora incipientes, estudos e propostas têm sido feitos no sentido de homogeneizar a distribuição de funções comissionadas entre os órgãos. As áreas técnicas também têm se debruçado sobre novas diretrizes e procedimentos que aperfeiçoem as atividades de recrutamento e seleção de pessoal, a fim de que tenhamos concursos e contratações mais ágeis e eficazes, em consonância com os perfis funcionais definidos e almejados. Portanto, a análise crítica acabou por tangenciar possíveis estratégias para enfrentar os desafios à gestão de pessoas nesta Casa.

6.1.6 – Outras informações relacionadas à gestão de pessoas

A instituição desenvolve projetos e ações de aprimoramento e valorização do servidor que são implementados por meio do Programa de Valorização do Servidor (Pró-Ser). Criado pelo [Ato da Mesa nº 27, de 2003](#), o Pró-Ser conta com equipe técnica especializada, formada por profissionais das áreas de psicologia e gestão de pessoas, e atua nas seguintes áreas: educação financeira, prevenção e controle do tabagismo, prevenção e orientação em dependência química, adaptação funcional, consultoria interna em gestão de pessoas e preparação para aposentadoria.

Por fim, destaca-se que na página eletrônica <http://www2.camara.leg.br/transparencia/recursos-humanos> é possível obter mais informações sobre governança e gestão de pessoas, quadro de pessoal e estrutura remuneratória.

6.1.7 – Contratação de estagiários e de pessoal de apoio

6.1.7.1 – Contratação de estagiários

Em conformidade com o [Ato da Mesa nº 81, de 2013](#), é oferecido estágio universitário por meio de convênios com instituições de ensino do Distrito Federal. As atividades práticas do estágio contribuem para a formação profissional dos estudantes, uma vez que são compartilhados os conhecimentos adquiridos tanto na instituição de ensino quanto na Câmara.

A duração do estágio é de quatro horas diárias, sendo vinte horas semanais, de segunda-feira a sexta-feira, e duração máxima de um ano, oferecendo assim oportunidade de participação da maior quantidade possível de estudantes.

O estudante recebe bolsa-estágio, no valor correspondente a dois salários mínimos, e auxílio-transporte. Em 2015, o valor da bolsa, por estudante, foi de R\$ 1.576 e o valor do auxílio-transporte, por dia estagiado, foi de R\$ 6, até agosto de 2015, passando a ser de R\$ 8 a partir de setembro.

Quadro 12 – Informações sobre as contratações de estagiários

Ano	Quantitativo de vagas conveniadas de estágio por área												Despesas anuais (valores em reais)	
	1º trimestre			2º trimestre			3º trimestre			4º trimestre			Bolsa-estágio	Auxílio-transporte
	Área fim	Área meio	Total	Área fim	Área meio	Total	Área fim	Área meio	Total	Área fim	Área meio	Total		
2012	114	88	202	122	104	226	120	98	218	122	98	220	2.470.384,91	227.430,00
2013	74	53	127	102	76	178	117	84	201	129	82	211	2.670.853,87	227.058,00
2014	126	96	222	142	105	247	153	114	267	149	106	255	3.246.891,99	259.034,80
2015	140	114	254	141	116	257	159	117	276	142	115	257	3.849.590,37	302.984,00

Fonte: Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento e Departamento de Pessoal.

Os números informados no quadro consideram todas as contratações e os desligamentos (inclusões e exclusões) realizados, por área de lotação, quais sejam: área legislativa (área fim); e área administrativa (área meio). Percebe-se um acréscimo das despesas ao longo dos anos decorrente dos reajustes do salário mínimo e do incremento de vagas oferecidas ao estágio universitário.

Informações adicionais sobre o Estágio Universitário podem ser obtidas no seguinte endereço eletrônico: <http://www2.camara.leg.br/responsabilidade-social/edulegislativa/estagios>.

6.1.7.2 – Contratação de pessoal de apoio

Em 2015, prestavam serviços na Casa 3.194 empregados terceirizados de diversas categorias, distribuídos entre 35 contratações. Além disso, o Programa Pró-Adolescente contemplava a contratação de até 480 aprendizes. O quadro abaixo relaciona essas contratações:

Quadro 13 – Informações sobre contratações de pessoal de apoio

Ano do contrato	Identificação do contrato	Objeto	Empresa contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de escolaridade exigido dos trabalhadores contratados			Situação
				Início	Fim	F	M	S	
2014	2014/77	Manutenção de ar-condicionado	00.578.617/0001-99	1/4/2014	31/3/2016	52	1	–	P
2014	2014/117	Ascensoristas	09.267.669/0001-25	19/5/2014	18/5/2016	50	16	–	P
2009	2009/163	Call center	78.533.312/0001-58	17/8/2009	16/8/2015	–	36	2	E
2015	2015/131	Call center	10.462.672/0001-72	17/8/2015	16/8/2016	–	36	2	A
2014	2014/159	Movimentação de cargas	78.533.312/0001-58	21/7/2014	20/7/2016	174	1	–	P
2013	2013/156	Conteúdo para programas	78.533.312/0001-58	26/7/2013	25/7/2016	–	69	7	P
2013	2013/160	Produção de programas	78.533.312/0001-58	26/7/2013	25/7/2016	–	57	9	P
2014	2014/158	Operação técnica para veículos de comunicação	78.533.312/0001-58	26/7/2014	25/7/2016	78	67	1	P
2014	2014/217	Copeiragem e arrumação da residência oficial	02.843.359/0001-56	22/10/2014	21/10/2016	280*	1	–	P
2014	2014/188	Sonorização e multimídia	78.533.312/0001-58	1/9/2014	31/8/2016	2	41	–	P

Ano do contrato	Identificação do contrato	Objeto	Empresa contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de escolaridade exigido dos trabalhadores contratados			Situação
2013	2013/292	Apoio à informática	78.533.312/0001-58	28/12/2013	27/12/2016	7*	302	–	P
2013	2013/149	Manutenção de edificações	80.464.753/0001-97	18/6/2013	17/6/2016	163	6	–	P
2010	2010/15	Motoristas	36.770.857/0001-38	18/1/2010	17/1/2016	87	–	–	O
2010	2010/24	Programa de aprendizagem	33.583.592/0001-70	1/2/2010	30/4/2015	480	–	–	E
2015	2015/7	Programa de aprendizagem	33.583.592/0001-70	1/5/2015	30/4/2016	480	–	–	A
2014	2014/104	Recepção	00.032.227/0001-19	2/6/2014	18/3/2015	–	57	–	E
2015	2015/044	Recepção	04.356.735/0001-03	19/3/2015	1/6/2016	–	57	–	A
2010	2010/101	Serviços gráficos	78.533.312/0001-58	1/6/2010	31/5/2015	67	8	–	E
2015	2015/92	Serviços gráficos	78.533.312/0001-58	1/6/2015	31/5/2016	67	8	–	A
2010	2010/114	Operação de câmeras	78.533.312/0001-58	1/6/2010	31/5/2015	–	22	–	E
2015	2015/90	Operação de câmeras	78.533.312/0001-58	1/6/2015	31/5/2016	–	22	–	A
2010	2010/138	Orçamentação, projeto e design	78.533.312/0001-58	1/8/2010	31/9/2015	3*	48	5	E
2015	2015/161	Orçamentação, projeto e design	08.220.952/0001-22	1/10/2015	30/9/2016	–	66	–	A
2010	2010/144	Manutenção de equipamentos de áudio e vídeo	78.533.312/0001-58	1/7/2010	30/6/2015	–	15	–	E
2015	2015/105	Manutenção de equipamentos de áudio e vídeo	78.533.312/0001-58	1/7/2015	30/6/2016	10	22	–	A
2010	2010/147	Operação de alarme de incêndio	09.267.239/0001-05	30/6/2010	16/8/2015	15	–	–	E
2015	2015/124	Operação de alarme de incêndio	39.591.509/0001-44	17/8/2015	16/8/2016	1	11	–	A
2010	2010/161	Lavagem de veículos	36.770.857/0001-38	1/8/2010	31/1/2016	13*	–	–	P
2014	2014/7	Manutenção hidráulica e elétrica	16.099.194/0001-64	6/3/2014	5/3/2016	94*	24	–	P
2010	2010/187	Jardinagem	33.457.706/0001-36	10/9/2010	9/9/2015	35	–	–	E
2015	2015/165	Jardinagem	02.843.567/0001-55	14/9/2015	13/9/2016	35	–	–	A
2013	2013/174	Manutenção em equipamento da TV Câmara	03.517.258/0001-58	6/9/2013	5/9/2016	–	5	–	P
2010	2010/207	Design de produtos multimídia	78.533.312/0001-58	18/10/2010	17/10/2016	–	25	–	P
2012	2012/234	Operação de mesas telefônicas	07.360.788/0001-96	8/10/2012	16/8/2015	–	10	–	E
2015	2015/146	Operação de mesas telefônicas	05.795.607/0001-29	17/8/2015	16/8/2016	–	10	–	A
2011	2011/149	Diagramação do Jornal da Câmara	78.533.312/0001-58	1/9/2011	31/8/2016	–	4	13	P
2011	2011/40	Manutenção de equipamentos diversos	78.533.312/0001-58	11/2/2011	10/2/2016	19	4	–	P
2010	2010/55	Portaria, zeladoria e garagem de imóveis funcionais	26.414.755/0001-26	1/4/2010	16/8/2015	183	–	–	E
2015	2015/116	Portaria, zeladoria e garagem de imóveis funcionais	13.271.415/0001-41	17/8/2015	16/8/2016	183	–	–	A
2014	2014/63	Brigada de incêndio	37.077.716/0001-05	8/4/2014	7/4/2016	32	2	1	P

Ano do contrato	Identificação do contrato	Objeto	Empresa contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de escolaridade exigido dos trabalhadores contratados			Situação
2011	2011/74	Restauração de bens culturais	78.533.312/0001-58	2/5/2011	1/5/2016	–	26	5	P
2012	2012/20	Vigilância	38.019.733/0001-40	1/2/2012	31/1/2015	173	–	–	E
2012	2012/282	Vigilância	38.019.733/0001-40	11/12/2012	10/12/2015	83	–	–	E
2015	2015/24	Vigilância	02.674.687/0001-76	31/1/2015	31/7/2016	173	–	–	P
2015	2015/43	Vigilância	09.267.406/0001-00	19/3/2015	10/12/2016	83	–	–	P
2013	2013/154	Limpeza Anexos II e III	08.247.960/0001-62	12/8/2013	11/8/2016	220*	–	–	P
2013	2013/172	Limpeza Anexo I, Edifício Principal e Cefor	02.843.359/0001-56	12/8/2013	11/8/2016	221*	–	–	P
2014	2014/183	Limpeza Anexo IV e SIA	07.200.004/0001-62	15/9/2014	14/9/2016	217*	–	–	P

Fonte: Departamento de Material e Patrimônio – Sistema de Gestão de Material e Serviços (Sigmas).

* Não há exigência de escolaridade mínima.

Legenda:

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo normal; (P) Ativo prorrogado; (E) Encerrado.

Todas as principais informações relativas a cada um dos contratos, bem como suas cópias integrais digitalizadas, encontram-se disponibilizadas no *site* da Câmara dos Deputados (<http://www.camara.leg.br/internet/contratos/>). Destaca-se, ainda, que desde a entrada em vigor da Lei nº 12.465, de 2011, esta Casa publica em seu *site* (<http://www2.camara.leg.br/transparencia/licitacoes/relacao-de-terceirizados>) uma relação de todos os seus empregados terceirizados com nome, CPF, categoria, lotação, empresa contratada e número do contrato correspondente.

6.1.7.3 – Análise crítica

No decorrer do exercício de 2015, as dificuldades referentes à prestação de serviços com locação de mão de obra concentraram-se no atraso de pagamento de salário por parte de empresas contratadas.

Ao tomar conhecimento de eventuais descumprimentos contratuais, a administração da Casa notifica a empresa para que regularize a situação e somente repassa valores às empresas contratadas após a comprovação do efetivo pagamento aos empregados e do recolhimento das correspondentes obrigações previdenciárias, bem como da apresentação das certidões que comprovam sua regularidade fiscal e trabalhista.

Caso existam pagamentos ou recolhimentos não comprovados, os valores são imediatamente retidos dos faturamentos. Além disso, esta Casa adota como procedimento padronizado a retenção de valor correspondente ao último faturamento até a apresentação dos documentos relativos à homologação da rescisão trabalhista pelo sindicato representativo das categorias.

Tais procedimentos, apesar de eficazes, não afastam os problemas na execução dos contratos que terceirizam mão de obra, visto que não são raros os casos nos quais o contrato é interrompido antes do prazo final inicialmente acordado.

É importante ressaltar que as empresas que tiveram seus contratos rescindidos unilateralmente pela Câmara dos Deputados foram apenadas na forma legalmente prevista e em conformidade com os correspondentes instrumentos editalícios.

6.1.8 – Contratação de consultores para projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

A Câmara dos Deputados e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), por intermédio do Ministério da Fazenda, firmaram o Acordo de Doação nº TF-011956, em 10/9/2012, relacionado ao Projeto de Fortalecimento da Capacidade Institucional da Procuradoria Especial da Mulher, com prazo de conclusão previsto para 10/9/2015 e valor total previsto de US\$ 305,5 mil.

Trata-se de recebimento de recursos por meio de doação e, por tal motivo, não sujeito aos instrumentos de análise de empréstimos e financiamentos.

No âmbito do projeto do referido Acordo de Doação, não houve contratação de serviços de consultoria prestados por pessoas físicas. Para a consecução de seus componentes, foram contratadas as instituições Pacto Consultoria e Assessoria em Planejamento e Desenvolvimento Organizacional Ltda., em relação ao Componente 1 – Desenvolvimento de um plano de ação estratégico para a Procuradoria Especial da Mulher; e a Universidade Federal da Bahia em referência ao Componente 3 – Ampliação da capacidade técnica da Procuradoria em questões de gênero.

Quanto ao Componente 2 – Desenvolvimento de um banco de dados para monitorar legislações sobre questões de gênero, a execução ficou a cargo de órgão interno desta Casa, sem utilização de recursos vinculados ao projeto.

Destaca-se ainda que os contratos foram integralmente executados e liquidados nos exercícios de 2013 e 2014 e que foram realizadas duas auditorias pelo TCU, ratificadas pelo Bird: a primeira referente ao exercício de 2013 e a segunda relativa ao período de 1º de janeiro de 2014 a 31 de maio de 2015. O parecer resultante dessas auditorias foi emitido sem ressalvas. Ademais, o recurso remanescente na conta designada foi devolvido ao Bird em maio de 2015.

6.2 – Gestão do patrimônio e da infraestrutura

6.2.1 – Gestão da frota de veículos própria e terceirizada

A legislação que trata dos serviços de transporte da Câmara dos Deputados é o [Ato da Mesa nº 63, de 2005](#), que disciplina, regula e classifica o uso e a manutenção dos veículos automotores de transporte rodoviário, bem como define os condutores e suas responsabilidades, além de outras disposições.

Em 2015, deu-se prosseguimento ao processo de substituição gradativa dos veículos remanescentes da frota oficial. A mudança do modelo de gestão, de frota própria para frota terceirizada, visa a inovar e aprimorar a logística e os serviços de transportes colocados à disposição dos parlamentares e servidores da Câmara dos Deputados, de acordo com estudo técnico disponível para consulta [aqui](#). Os fatos mais significativos ocorridos no âmbito da gestão de transportes são os seguintes:

1. Maior eficiência e segurança no consumo de combustíveis, com a contratação de empresa que disponibiliza a tecnologia de abastecimento com cartões com *chip*;
2. Ampliação do atendimento dos serviços estratégicos à rotina e à natureza da Casa, como o apoio à equipe de receptivo no Aeroporto Juscelino Kubitschek de Oliveira, com o traslado de autoridades e convidados, e o aumento da quantidade de veículos disponíveis para atender às demandas de diversos setores;
3. uso de instrumentos contratuais que permitem a substituição dos veículos quando atingido o tempo de uso pré-estabelecido e a rápida reposição quando parados para manutenção;
4. Efetivação de três novos contratos de locação de veículos de transporte de passageiros e de carga, para substituição de 70% da frota própria, que contém veículos com idade média acima de 10 anos de uso, os quais serão alienados;
5. Contratação de empresa para fornecimento de serviços de operação de tráfego de veículos, proporcionando mais agilidade no atendimento às demandas por transportes;
6. Consolidação do Programa Mobilidade Sustentável (MOB), com a utilização de duas áreas para estacionamentos remotos, sendo uma no Parque da Cidade Dona Sarah Kubitschek e outra em frente ao Minas Brasília Tênis Clube. O MOB contribuiu efetivamente para a redução da quantidade de veículos na região da Esplanada dos Ministérios e do Congresso Nacional, que enfrenta o problema de escassez de vagas de estacionamento, com um total de 140.035 usuários, de janeiro a dezembro de 2015;
7. Atendimento aos programas institucionais da Casa, entre eles Câmara Mirim, Cantatas de Natal, Escola na Câmara, Estágios Visita e Participação, Missão Pedagógica no Parlamento, Oficina de Atuação no Parlamento e Parlamento Jovem Brasileiro; e
8. Atendimento às demandas relativas ao transporte de convidados para Audiências Públicas e sessões solenes, além de eventos especiais, tais como o Encontro da Associação dos Secretários dos Parlamentos de Língua Portuguesa, a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia e o Fórum de Parlamentares da Pesca e Aquicultura na América Latina e Caribe.

6.2.1.1 – Informações sobre a frota de veículos

A Câmara dos Deputados dispõe de uma frota de 23 veículos próprios, entre eles modelos de passeio, carga, transporte de passageiros e ambulâncias. Além disso, dispõe de uma frota de 78 veículos contratados de terceiros para atender a todas as demandas por transporte das áreas administrativa e legislativa.

A movimentação de veículos (origem e destino dos percursos, quilometragem percorrida, horários, usuários atendidos, nomes dos motoristas, locais de abastecimento, quantidade de litros e tipos de combustível, etc.) é monitorada com o auxílio dos sistemas de gerenciamento de controle de frotas. Utiliza-se, também, o sistema de abastecimento por cartão com *chip*, em que a liberação de combustível na bomba está condicionada ao cadastramento de senha para o veículo e para o motorista.

As informações sobre a frota de veículos, própria e terceirizada, bem como as despesas associadas à manutenção dela estão condensadas nas tabelas 20 e 21, a seguir apresentadas:

Tabela 20 – Frota de veículos

Classificação de veículos automotores	Uso	Quantidade de veículos		Média km rodados/veículos		Idade média da frota	
		Frota própria	Frota terceirizada	Frota própria	Frota terceirizada	Frota própria	Frota terceirizada
Representação	Presidente da Câmara dos Deputados	–	3	–	13.505,3	–	3 anos
Natureza especial	Demais membros da Mesa Diretora, Diretoria-Geral, Secretaria-Geral da Mesa, Procuradoria Parlamentar, Ouvidoria-Geral, Procuradoria Especial da Mulher, Conselho de Ética	–	15	–	13.270,1	–	4 anos
Serviços de natureza administrativa	Apoio às unidades administrativas da Casa	23*	60	6.114,9	14.485,7	12 anos	2 anos
TOTAL		23	78				

Fonte: Coordenação de Transportes.

* A frota própria conta com 7 veículos com tempo de uso de até 10 anos e 16 veículos com tempo de uso acima de 10 anos, sendo 24 anos o tempo de uso dos veículos mais antigos.

Tabela 21 – Despesas associadas à manutenção da frota de veículos

Valores em reais

Tipo da frota	Descrição da despesa*	Despesa empenhada	Despesa liquidada
Própria	Contratação de seguro para veículo colocado à disposição do Presidente da Câmara dos Deputados, no estado do Rio de Janeiro. Empresa contratada: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, CNPJ 61.198.164/0001-60.	1.635,04	1.635,04
	Contrato de manutenção preventiva e corretiva, nº 2014/165, para 23 veículos próprios da frota oficial da Câmara dos Deputados, com a empresa Laicon Comércio e Serviços Ltda. EPP, CNPJ 00.850.172/0001-54.	223.647,06	172.781,86
	Seguro obrigatório (DPVAT) para 22 veículos remanescentes da frota oficial da Câmara dos Deputados.	3.561,71	3.561,71
	Taxa anual de licenciamento para 22 veículos remanescentes da frota oficial da Câmara dos Deputados.	1.392,00	1.392,00
	Emissão de Certificados de Registro de Veículos para os veículos remanescentes da frota oficial da Câmara dos Deputados.	2.352,00	2.352,00
	Taxas de autorização de placa vinculada, confecção e fixação de placa veicular para veículo da frota oficial da Câmara dos Deputados.	163,00	163,00
	Subtotal	232.750,81	186.231,77
Terceirizada	Contrato de locação anual de veículos automotores, sem combustível e sem motoristas, nº 2012/187 e seus aditivos, com a empresa Daleth Veículos Ltda., CNPJ 04.515.963/0001-89.	1.757.629,13	1.610.454,13
	Contrato de locação anual de veículos automotores, sem combustível e sem motoristas (vans executivas, sedãs e furgões), nº 2015/030, com a empresa Daleth Veículos Ltda., CNPJ 04.515.963/0001-89.	491.856,16	430.849,66
	Contrato de locação anual de veículos automotores (vans), com motoristas e combustível, nº 2014/228 e seus aditivos, com a empresa Ribal Locadora de Veículos Ltda. EPP, CNPJ 07.605.506/0001-85.	1.475.036,58	1.326.182,48
	Contrato de locação anual de veículos automotores (caminhões), sem motoristas e sem combustível, nº 2015/32, com a empresa Ribal Locadora de Veículos Ltda. EPP, CNPJ 07.605.506/0001-85.	378.113,84	322.447,18
	Contrato de locação anual de veículos automotores (ônibus e micro-ônibus), sem motoristas e sem combustível, nº 2015/031, com a empresa TS Locações e Serviços Ltda. ME, CNPJ 09.463.607/0001-82.	379.944,13	314.277,48
	Prestação de serviços, mediante Ata de Registro de Preços nº 2014/12, de locação eventual de veículos automotores, sem motorista e sem combustível, para transporte de pessoas em serviço, de materiais, de documentos e de cargas em geral, para atender às demandas da Casa em deslocamentos no Distrito Federal e entorno com distância limitada a 100km da Câmara dos Deputados, com a empresa Investcar Veículos Ltda., CNPJ 01.615.224/0001-70.	3.830,00	3.830,00
	Subtotal	4.486.409,84	4.008.040,93
Própria e terceirizada	Contrato de mão de obra para condução de veículos, nº 2010/015 e seus aditivos, com a empresa Brasfort Administração e Serviços Ltda., CNPJ 36.770.857/0001-38.	8.457.308,81	7.270.486,11
	Contrato de mão de obra para manutenção de veículos, nº 2010/161 e seus aditivos, com a empresa Brasfort Administração e Serviços Ltda., CNPJ 36.770.857/0001-38.	640.280,05	594.136,51
	Contrato de mão de obra para operadores de tráfego de veículos, nº 2014/244 e seus aditivos, com a empresa Cetro RM Serviços Ltda. EPP, CNPJ 08.307.120/0001-48.	902.627,38	828.842,32
	Contrato de fornecimento de combustível, nº 2013/97 e seus aditivos, com a empresa Pix Administradora de Cartões de Crédito e Serviços Ltda., CNPJ 11.845.291/0001-35.	724.581,63	649.882,83
	Contrato de assistência técnica para o Sistema de Controle de Frota, nº 2011/83 e seus aditivos, com a empresa Execução, Gestão e Consultoria em Informática Ltda., CNPJ 02.908.992/0001-85.	37.320,00	35.765,00
	Contrato de prestação serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, em equipamentos diversos utilizados na higienização de veículos da Câmara dos Deputados, nº 2015/56, com a empresa Vaine Assistência Técnica em Compressores Ltda., CNPJ 26.481.317/0001-80.	17.262,92	12.611,18
	Aquisição de materiais para limpeza dos veículos da frota da Câmara dos Deputados.	5.032,00	5.032,00
	Subtotal	10.784.412,79	9.396.755,95
TOTAL	15.503.573,44	13.591.028,65	

Fonte: Coordenação de Transportes.

* Todas as contratações são realizadas na modalidade de pregão eletrônico.

6.2.2 – Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso

O [Ato da Mesa nº 80, de 2001](#), que regulamenta os procedimentos licitatórios da Câmara dos Deputados, prevê a realização de leilões para alienação de bens de propriedade da Casa, desde que tal ato seja devidamente justificado e precedido de avaliação de seu valor. Por conta disso, encontra-se em tramitação pedido para a realização de leilão de 18 veículos da frota própria, que apresentam longo tempo de uso, altos custos de manutenção e elevado consumo de combustível.

6.2.3 – Gestão do patrimônio imobiliário da união

6.2.3.1 – Imóveis funcionais da união sob responsabilidade da Câmara dos Deputados

A gestão e controle de imóveis funcionais é regulamentada pelo [Ato da Mesa nº 5, de 2011](#), alterado pelo [Ato da Mesa nº 41, de 2012](#). Todo processo de utilização dos imóveis funcionais, desde a ocupação das unidades habitacionais até eventual apuração de responsabilidade por danos aos imóveis decorrentes de ação ou omissão de possíveis ocupantes, está a cargo da Coordenação de Habitação (Cohab).

São atividades da Cohab vistoriar o imóvel tanto no momento de ocupação quanto no instante da desocupação, relatando eventuais danos ou problemas identificados no imóvel ou nos bens que o garantem; formalizar os Termos de Ocupação, instrumentos previstos no [Ato da Mesa nº 5, de 2011](#), com o fim de regular a utilização dos imóveis funcionais e, nas hipóteses em que se verifica a irregularidade na ocupação, apurar as multas aplicáveis àqueles que ocuparam irregularmente algum imóvel; bem como instruir processos com vistas à responsabilização por danos causados às instalações ou aos bens que compõem o acervo patrimonial sob responsabilidade desta Casa.

6.2.3.1.1 – Distribuição geográfica dos imóveis funcionais

Atualmente, existem 466 bens imóveis de propriedade da União sob a responsabilidade desta Casa, situados em diferentes áreas do Distrito Federal ([visualize aqui](#)). Desses imóveis, 432 se destinam à ocupação por parlamentares e o restante consiste em reserva técnica: grupo de imóveis destinados à ocupação por servidores que exercem determinadas funções comissionadas e por ocupantes de cargos de natureza especial, cujo marco regulatório é o [Ato da Mesa nº 46, de 2009](#), com redação alterada pelo [Ato da Mesa nº 129, de 2013](#)

Tabela 22 – Distribuição dos imóveis destinados a parlamentares

Quadra	Blocos	Total de blocos	Apartamentos por bloco	Total de imóveis
SQN 302	9 (A, B, C, D, E, F, G, H e I)	18	24	432
SQN 202	4 (I, J, K e L)			
SQS 111	2 (G e I)			
SQS 311	3 (A, B e I)			

Fonte: Coordenação de Habitação – Sistema de Habitação (Habit).

Tabela 23 – Distribuição dos imóveis destinados à reserva técnica

Setor	Quantidade	Endereço
Sobradinho	2	Q 18-E-09 e Q 18-O-08
Cruzeiro	6	SHCES 913-F-401; SHCES 1103-B-302; SHCES 1105-F-2013; SHCES 1209-G-203; SHCES 1209-J-406; e SHCES 1305-B-402.
Asa Norte	15	SQN 105-H-609; SQN 106-I-301; SQN 106-J-502; SQN 108-A-203; SQN 108-F-503; SQN 112-A-201; SQN 112-A-303; SQN 112-C-201; SQN 112-C-408; SQN 112-D-201; SQN 112-D-405; SQN 112-D-505; SQN 304-B-201; SQN 308-G-308; e SQN 412-D-305.
Asa Sul	11	SQS 114-H-104; SQS 114-H-107; SQS 114-H-304; SQS 114-H-502; SQS 114-H-505; SQS 114-H-506; SQS 405-R-307*; SQS 203-I-102; SQS 215-G-607; SQS 316-B-202; e SQS 415-D-201.
TOTAL	34	–

Fonte: Coordenação de Habitação.

* Imóvel de propriedade da Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação (Sedhab), secretaria vinculada ao Governo do Distrito Federal (GDF).

Destaca-se ainda que o [Ato da Mesa nº 67, de 2015](#), determinou a restituição de diversos imóveis funcionais à Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e ao Governo do Distrito Federal. Já foram restituídos 17 imóveis desocupados. Há previsão de que outros 4 imóveis sejam devolvidos tão logo estejam desocupados.

6.2.3.1.2 – Riscos relacionados à gestão dos imóveis funcionais

Identificam-se inúmeros riscos afetos à gestão dos imóveis funcionais, em especial os relacionados na tabela 24. Convém destacar que esses riscos já contam com mecanismos idealizados para reduzi-los, cuja avaliação de efetividade é periodicamente realizada, na tentativa de identificação das oportunidades reais de melhoria.

Tabela 24 – Riscos relacionados à gestão dos imóveis funcionais

Riscos identificados	Medidas para mitigá-los
Danos causados pelos ocupantes às instalações dos imóveis, bem como aos bens móveis que os guarnecem.	São reduzidos por ações realizadas previamente às ocupações. Assim, há momento especialmente reservado para que os futuros ocupantes sejam orientados quanto às implicações, inclusive financeiras, de danos identificados nos imóveis ou nos bens patrimoniais que nele se localizam. As ferramentas administrativas mais expressivas ao longo desse processo são o Termo de Ocupação do Imóvel Funcional e os laudos de vistoria.
Consumo exagerado de água, energia e gás canalizado nos imóveis funcionais.	É mitigado pelo processo de ressarcimento, mediante descontos em folha de pagamento, das despesas com energia elétrica apuradas nos imóveis funcionais. Para 2016, há previsão de que as despesas com abastecimento de água e coleta de esgotos também sejam ressarcidas à Câmara seguindo os mesmos critérios aplicados atualmente ao fornecimento de energia elétrica e gás canalizado.
Subsistência, após a desocupação do imóvel, de pendências financeiras nos cadastros de concessionárias de serviço público.	É reduzido a níveis bem próximos de zero a partir de rígido controle de ocupações e desocupações acompanhado de frequente atualização da titularidade das despesas apuradas pelas concessionárias de serviços públicos. Além disso, mesmo que eventualmente alguma despesa seja atribuída indevidamente à Câmara dos Deputados, a busca pelo ressarcimento é facilitada pela célere instrução de processos de cobrança administrativa ou desconto em folha de pagamento.
Potencialidade de danos à imagem da Câmara dos Deputados decorrentes de eventual desrespeito a normas de convivência condominial nas quadras residenciais onde se localizam os edifícios funcionais.	É combatido pela orientação dos ocupantes quanto à preocupação com o convívio em coletividade, bem como com a edição de Regulamento de Edifício, norma interna na qual restam explicitadas regras básicas necessárias à boa convivência entre moradores que compartilhem um mesmo espaço.

Riscos identificados	Medidas para mitigá-los
Possibilidade de perda da posse direta dos imóveis funcionais, haja vista a retenção indevida das unidades habitacionais por ocupantes, mesmo após a perda do direito à ocupação.	É minimizado pelo acompanhamento, em sistemas institucionais da Casa, do histórico e desenvolvimento do mandato parlamentar, uma vez que esse se constitui como principal referencial de análise para avaliação da regularidade de determinada ocupação, bem assim para elaboração de notificação de devolução do imóvel. Quando, a despeito de sucessivas notificações, a administração da Casa não obtém êxito na retomada do imóvel funcional, medidas em âmbito judicial são adotadas por meio de ações possessórias.
Cessão direta dos imóveis entre os ocupantes, sem a participação dos agentes da Administração.	É arrefecido por processo de conscientização, prévio à ocupação, dos embaraços administrativos e consequências provenientes da desocupação ou ingresso em imóvel sem a participação da administração da Casa.
Exposição dos imóveis funcionais e seus ocupantes à insegurança ligada ao aumento de índices de violência no Distrito Federal, fator bastante comum nos grandes centros urbanos.	É reduzido por contrato de prestação de serviços de vigilância idealizado e fiscalizado por esta Casa.
Exposição dos imóveis e seus ocupantes a perigos de incêndio, explosão, descargas elétricas, responsabilidade civil ou outras fatalidades.	É minimizado por contrato de seguro firmado pela administração celebrado com a Allianz Seguradora no valor de R\$ 98.651,54, para o período de cobertura compreendido entre 26/8/2015 a 26/8/2016.

Fonte: Coordenação de Habitação.

6.2.3.1.3 – Análise Crítica acerca dos imóveis funcionais

As despesas com a manutenção dos imóveis funcionais, no exercício de 2015, totalizaram R\$ 2.005.925,60, conforme tabela a seguir:

Tabela 25 – Despesas com manutenção – Imóveis funcionais

Valores em reais			
Mês	Valor	Mês	Valor
Janeiro	166.721,39	Julho	68.368,50
Fevereiro	215.685,48	Agosto	14.420,12
Março	220.324,84	Setembro	212.237,24
Abril	186.479,51	Outubro	225.755,29
Maio	158.104,10	Novembro	38.096,66
Junho	460.051,05	Dezembro	39.681,42
TOTAL			2.005.925,60

Fonte: Coordenação de Habitação.

Dentro da política de revitalização de imóveis funcionais com foco em sistema habitacional alternativo às indenizações de auxílio-moradia, foram concluídas as obras de reformas dos blocos C e D da SQN 302.

Oportuno destacar que os blocos C e D foram disponibilizados a ocupações em 15/7/15 e 29/10/15, respectivamente. Com isso, 48 novos apartamentos foram colocados à disposição dos parlamentares, o que permitiu conter os custos com a referida indenização, os quais foram impulsionados pela majoração no valor do auxílio-moradia, que sofreu reajuste de aproximadamente 12% a partir da edição do [Ato da Mesa nº 3, de 2015](#), atingindo a monta de R\$ 4.253,00.

Nessa perspectiva, fundamental o registro de que os gastos com auxílio-moradia em 2015 cresceram 9% em relação 2014, mantendo-se abaixo do percentual de aumento concedido sobre a referida indenização, que foi de 12%, aproximadamente. Desse modo, conclui-se que a disponibilidade de mais imóveis inibiu o crescimento de gastos com indenizações afetas à moradia de parlamentares, revelando-se instrumento fundamental à melhor gestão dos recursos.

As informações detalhadas que contemplam atributos e características dos imóveis funcionais podem ser obtidas [aqui](#). Destaca-se ainda que existem outros tipos de informações sobre imóveis funcionais e auxílio-moradia que podem ser obtidas no seguinte endereço eletrônico: <http://www2.camara.leg.br/transparencia/imoveis-funcionais>.

6.2.3.2 – Bens imóveis sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados (exceto imóvel funcional)

Em 2015, as despesas com manutenção e conservação de imóveis administrativos totalizaram R\$ 33.629.686,21, englobando reparos ou substituições de sistemas elétricos e hidráulicos, divisórias, telhados e infiltrações, instalação de ar-condicionado central, reformas ou alterações que agregaram valor ao imóvel.

Mais informações sobre os imóveis administrativos sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados podem ser obtidas [aqui](#).

6.2.3.3 – Imóveis locados de terceiros

Esta Casa possui dois imóveis locados (dois galpões adjacentes) que estão sendo utilizados como abrigo para o almoxarifado de bens permanentes durante a execução dos serviços de reforma nos demais galpões. Os valores mensais das locações são R\$ 39.396,45 e R\$ 16.500,00 e não há outros custos de manutenção.

6.2.3.4 – Outras ações de planejamento em infraestrutura

Com o objetivo de promover a infraestrutura adequada ao desenvolvimento das atividades legislativas no complexo arquitetônico da Câmara dos Deputados, assegurando a conformidade com as regras vigentes, foram realizadas, em 2015, outras ações que podem ser consultadas [aqui](#).

6.2.4 – Cessão de espaço físico em imóvel da união

Com o objetivo de fornecer informações sobre a cessão de espaços físicos a terceiros em imóvel da União sob responsabilidade da Câmara dos Deputados, apresenta-se o quadro 14 na próxima página. Além disso, destaca-se que os valores decorrentes de aluguéis desses imóveis constituem receitas do Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados, conforme dispõe a [Resolução da Câmara dos Deputados nº 18, de 1971](#), em seu art. 2º, inciso XV.

Essas receitas são registradas obedecendo ao disposto no art. 35 da Lei nº 4.320, de 1964. A contabilização delas é realizada de forma automática, conforme parâmetros definidos no Manual Siafi, Macrofunção 020331 – Guia de Recolhimento da União (GRU).

A finalidade do Fundo Rotativo é prover recursos adicionais visando ao cumprimento integral da função legislativa da Câmara dos Deputados, conforme pode-se confirmar no [item 6.5](#) deste Relatório.

Quadro 14 – Cessão de espaços físicos

Registro Imobiliário Patrimonial	Atos de formalização de cessão					
	Cessionário	Forma de contratação		Valores		
		Instrumento	Número	Área (m²)	Previsto (R\$/mês)	Arrecadado* (R\$/ano)
9701.00206.500-4	Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A.	Permissão	2011/15	17,28	1.203,28	14.369,07
9701.00206.500-4	Banco do Brasil S.A.	Contrato	2013/105, 2013/289 e 2008/86	396,24	26.469,95	535.835,11
9701.00288.500-1	Banco do Brasil S.A.	Contratos	2013/105, 2013/289 e 2008/86	337,31	23.016,10	
9701.00206.500-4	Caixa Econômica Federal	Contratos e Permissão	2013/104, 2013/290, 2008/87 e 2013/217	125,18	8.414,45	238.046,12
9701.00288.500-1	Caixa Econômica Federal	Contratos e Permissão	2013/104, 2013/290, 2008/87 e 2013/217	178,23	12.227,28	
9701.00206.500-4	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	Permissão	2014/81	272,48	18.149,91	199.014,08
9701.00206.500-4	Geraldo Ribeiro Braga Filho ME – Barbearia	Contrato	2012/108	86,82	1.539,61	5.584,45
9701.00206.500-4	GOL Transportes Aéreos S.A. (VRG Linhas Aéreas S.A)	Permissão	2009/38	52,30	3.754,69	41.100,71
9701.00206.500-4	Ocean Air Linhas Aéreas Ltda. (Avianca)	Permissão	2008/147	15,60	1.061,57	10.622,23
9701.00206.500-4	Passaredo Transportes Aéreos Ltda.	Permissão	2008/120	3,09	244,65	2.922,03
9701.00206.500-4	TAM Linhas Aéreas S.A.	Permissão	2007/176	62,08	4.341,69	47.577,52
9701.00206.500-4	Senac – Restaurante Escola	Acordo	2008/8	1.316,38	Isento	–
9701.00206.500-4	Senac – Lanchonete Escola	Acordo	2008/8	304,35	Isento	–
9701.00213.500-2	Central Park – Restaurante e lanchonete	Contrato	2013/116	1.540,60	111.810,86	875.287,08
9701.00213.500-2	Ascade – Farmácia	Permissão	2008/41	45,30	3.071,16	–
9701.00221.500-6	OI (Brasil Telecom Celular S.A.)	Autorização	2007/19	3,00	633,54	7.574,13
9701.00221.500-6	Nextel Telecomunicações Ltda.	Permissão	2009/30	15,00	1.610,30	19.218,53
9701.00221.500-6	Vivo S.A.	Permissão	2009/23	46,00	5.584,92	66.745,38
9701.00221.500-6	Claro (Americel S.A.)	Permissão	2009/24	12,00	2.273,80	27.129,32
9701.00221.500-6	Agência Aerotur Ltda.	Contrato	2013/101 e 2013/288	5,12	153,62	1.536,20
9701.00221.500-6	Brasil Telecom S.A. – TUP (orelhão)	Permissão	2013/53	1,58	Isento	–
9701.00221.500-6	Assessoria – Ministério Público MPU/PGR	Autorização	2013/250	45,39	Isento	–
9701.00287.500-6	Senac – Lanchonete Escola	Acordo	2008/8	92,54	Isento	–
9701.00288.500-1	Fundação Milton Campos	Cessão de Uso	2009/106	46,02	3.123,69	37.343,61
9701.00288.500-1	Fundação Ulysses Guimarães	Cessão de Uso	2009/107	129,67	8.683,03	103.790,17
9701.00288.500-1	Sindilegis	Permissão	2008/44	27,44	1.869,74	22.344,46
9701.00288.500-1	Ascade	Permissão	2008/41	77,51	5.254,88	83.681,89
9701.00288.500-1	Legiscred	Permissão	2008/121	14,37	1.015,58	12.168,28
9701.00288.500-1	Senac – Lanchonete Escola	Acordo	2008/8	191,51	Isento	–
9701.00288.500-1	ABC Business Invest. Com. Ltda. (Lojinha)	Contrato	2010/3	17,24	430,37	1.238,06

Fonte: Departamento de Material e Patrimônio, Departamento Técnico e Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados.

*A fonte de consulta dos valores arrecadados é o Sistema de Gestão de Recolhimento da União (SISGRU).

6.3 – Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)

O modelo de Governança de TIC da Câmara dos Deputados foi estabelecido por meio da [Portaria nº 406, de 2013](#), que criou dois comitês gestores de TIC: o Comitê Estratégico de TIC (Ceti) e o Comitê Diretivo de TIC (CDTI), conforme detalhado na tabela a seguir:

Tabela 26 – Comitês de TIC

Comitê	Atribuição	Composição
Ceti	Responsável pela governança de TIC	Titulares da Diretoria-Geral, da Assessoria de Projetos e Gestão, do Centro de Informática e do Centro de Documentação e Informação.
CDTI	Responsável por priorização de demandas setoriais e estruturantes, além do acompanhamento das ações da TIC.	Representantes dos seguintes órgãos: Diretoria-Geral, Secretaria-Geral da Mesa, Diretoria de Recursos Humanos, Diretoria Administrativa, Diretoria Legislativa, Secretaria de Comunicação Social, Assessoria de Projetos e Gestão, Centro de Informática e Centro de Documentação e Informação.

Fonte: Centro de Informática.

Em 2015, o Ceti realizou uma reunião e o CDTI se reuniu seis vezes com as seguintes deliberações:

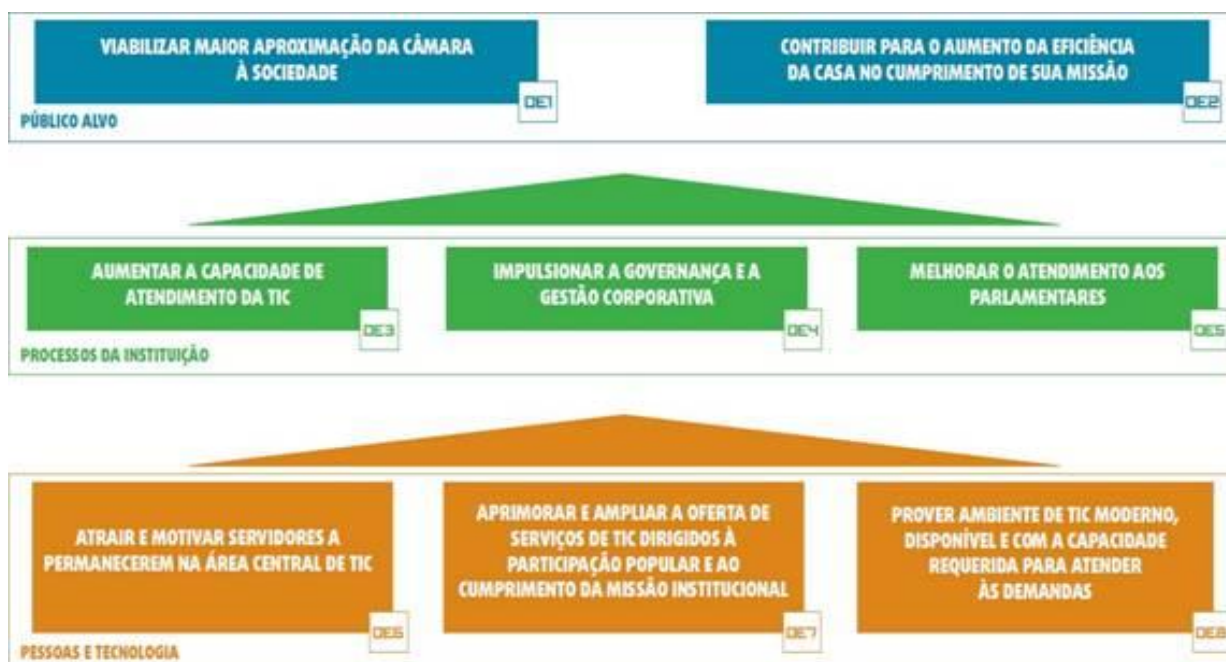
- 22/5/2015 – apresentação das demandas de cada diretoria ou secretaria para o ciclo de curto prazo, encaminhadas ao Centro de Informática em fevereiro de 2015;
- 26/5/2015 – continuação da apresentação feita no dia 22;
- 1/6/2015 – resultado na análise de capacidade para atender às demandas;
- 26/6/2015 – apresentação de nova composição do CDTI, concluindo-se a aprovação e a priorização das demandas enumeradas nas reuniões anteriores;
- 14/9/2015 – apresentação dos quatro projetos corporativos aprovados pelo Comitê de Gestão Estratégica (CGE) da Casa em 24/8/2015 e apresentação dos impactos desses projetos no portfólio de TIC. Uma vez que os projetos corporativos, em razão da Decisão nº 1 do Ceti de 19/11/2013, têm prioridade sobre as demais demandas de TIC, coube ao Centro de Informática analisar os projetos corporativos demandados e os impactos deles decorrentes. Dessa forma, o CDTI aprovou mudanças no portfólio de TIC da Casa, alterando o prazo de conclusão de algumas demandas TIC e indicando o cancelamento de outras;
- 11/12/2015 – o Centro de Informática apresentou os produtos de TIC entregues em 2015.

6.3.1 – Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação

O Plano Estratégico de TIC (Peti) estabelece para o período 2014-2018 oito objetivos para viabilizar a concretização das diretrizes estratégicas definidas para a Casa até 2023.

Distribuídos em um mapa, os objetivos estratégicos estão organizados em dimensões estratificadas de maneira que aqueles situados nas camadas inferiores entregam valor às camadas superiores, alinhando-se às diretrizes estratégicas corporativas: sintonia; interação com a sociedade; transparência e gestão. Assim, o Peti define um encadeamento lógico de objetivos para o atingimento das diretrizes estratégicas da Casa, tal como ilustrado na figura 2.

Figura 2 – Plano Estratégico de TIC (Peti)



Fonte: Centro de Informática.

Indicadores de desempenho e metas de incremento anual foram definidos para se mensurar o atingimento dos objetivos estratégicos, conforme mostra a figura 3, apresentada a seguir, que exhibe os valores referentes a 2015. O indicador “Satisfação dos servidores da área de TIC” ainda não tem valor definido porque depende de pesquisa com avaliação em andamento.

Para viabilizar o alcance dos objetivos estratégicos de TIC, foram previstas ações estratégicas, que, por sua vez, são efetivadas como projetos do Centro de Informática e das demais unidades da Casa (<http://www2.camara.leg.br/transparencia/gestao-na-camara-dos-deputados/gestao-estrategica-de-tic/objetivos-e-acoes-estrategicas>). Esses projetos têm prioridade sobre os demais projetos, somando-se ao portfólio de TIC.

Durante a elaboração do Peti, foram identificados riscos ao seu sucesso. Com o propósito de mitigar tais riscos, esse plano também apresenta recomendações associadas aos objetivos estratégicos.

Para ações de curto prazo, o modelo de governança de TIC prevê o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), que contempla o portfólio de projetos e o plano orçamentário para contratações necessárias a sua concretização, além de outras contratações previstas para o adequado funcionamento do ambiente de TIC da Câmara dos Deputados.

A composição do portfólio de TIC resulta da análise de demandas por meio do Processo de Gestão de Demandas. De acordo com a origem, cada demanda é classificada em estratégica, setorial e estruturante. As primeiras são as aprovadas pelo Comitê de Gestão Estratégica da Câmara em função de estarem intrinsecamente atreladas à gestão estratégica da Casa e, por isso, têm prioridade sobre as demais. As demandas estruturantes são as necessárias para o provimento da infraestrutura e sustentação dos processos de TIC. As demandas setoriais são as provenientes de diretorias ou secretarias da Casa no Comitê Diretivo de TIC. Permeando as demandas setoriais e estruturantes, existem demandas classificadas como demandas do Peti, que visam a concretizar as ações estratégicas de TIC e, conseqüentemente, os objetivos estratégicos de TIC.

Figura 3 – Indicadores de desempenho do Peti



Fonte: Centro de Informática.

6.3.2 - Força de trabalho e plano de capacitação do pessoal de TIC

A força de trabalho da área de informática é composta de 412 colaboradores, conforme apresentado na tabela abaixo:

Tabela 27 – Força de trabalho do Centro de Informática

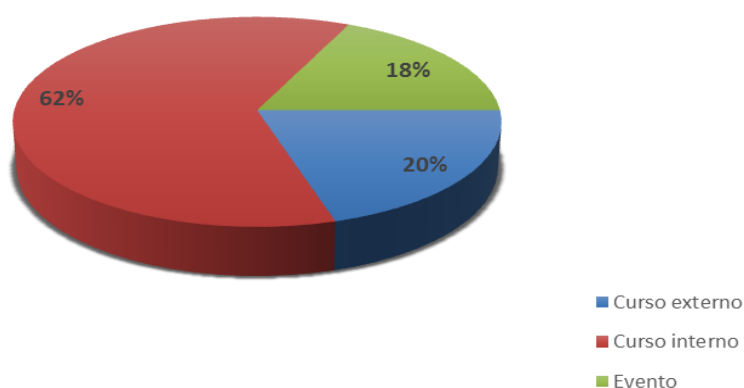
Colaboradores do Centro de Informática	
Categoria	Quantidade
Servidores	153
Terceirizados	247
Estagiários	12
Total	412

Fonte: Centro de Informática.

O Plano de Capacitação do Pessoal de TIC é elaborado anualmente e encaminhado à superior administração para aprovação.

A figura 4 apresenta a distribuição das 231 ocorrências de treinamento por tipos de capacitação efetuada em 2015. Considera-se como ocorrência para capacitação cada vez que um servidor recebe algum curso ou evento com duração mínima de 2h.

Figura 4 – Capacitação do pessoal de TIC



Fonte: Centro de Informática.

6.3.3 – Projetos de TIC desenvolvidos em 2015

A partir das demandas apresentadas e de sua priorização realizada no âmbito dos comitês, foi definido um portfólio de projetos de TIC para o ciclo de curto prazo. O [quadro A2](#) do anexo deste Relatório apresenta a descrição dos projetos de TIC desenvolvidos no exercício de 2015, bem como os resultados esperados, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão.

6.3.4 – Principais sistemas de TIC

Para viabilizar o pleno exercício de suas atividades, a Câmara dos Deputados conta com diversos sistemas de TIC. O [quadro A3](#) do anexo deste Relatório apresenta a descrição desses sistemas, especificando suas principais funcionalidades, o gestor do negócio e o gestor técnico.

6.3.5 – Processos de gerenciamento de serviços de TIC

Os diversos serviços de TIC disponibilizados aos parlamentares, aos servidores e à sociedade necessitam ser continuamente gerenciados, garantindo um funcionamento adequado. Para isso, foram estabelecidos diversos processos de gerenciamento, que constituem um mapeamento das ações necessárias para gerir cada tipo de serviço. O [quadro A4](#) do anexo deste Relatório apresenta a descrição dos processos de gerenciamento de serviços de TIC implementados, bem como os normativos associados e as ferramentas utilizadas.

6.3.6 – Medidas para mitigar riscos em contratos com empresas terceirizadas

A terceirização de serviços de TIC tem sido necessária, tanto para manter os serviços no nível desejado pela Casa quanto para implantar novos serviços. Entretanto, deve-se atentar para os riscos de descontinuidade de serviços críticos de TIC providos por terceiros, uma vez que o impacto no desempenho da função institucional pode ser muito significativo. Desta forma, o [quadro A5](#) do

anexo deste Relatório traz as informações sobre os contratos firmados com empresas terceirizadas que prestam serviços de TIC, descrevendo quando há plano de contingenciamento para a descontinuidade de tais serviços.

6.3.7 – Gestão de riscos em TIC

São usados mecanismos sistemáticos para gerenciar riscos, dentre os quais se destacam:

- Relatório de alerta – Gestão
 - Descrição: relatório mensal destinado a todos os gestores do Centro de Informática com alertas de riscos em projetos, processos, execução orçamentária e contratações;
 - Responsável pela elaboração: Coordenação de Apoio à Governança e à Gestão de TIC;
 - Público-alvo: chefes de seção, diretores de coordenação, assessores e diretor do Centro de Informática.
- Relatório de impacto
 - Descrição: documento do Processo de Gestão de Demandas destinado a alertar os cenários prováveis de aceitação de uma demanda apresentada fora do período de planejamento. Constam os riscos dessa aceitação. Durante reunião do Comitê Diretivo de TIC, apresenta-se o relatório para análise e aprovação;
 - Responsável pela elaboração: diretor da principal coordenação envolvida no atendimento da demanda;
 - Público-alvo: Comitê Diretivo de TIC.
- Riscos em contratações
 - Descrição: relação de requisitos que contenha uma análise de riscos durante a instrução de um processo de contratações.
 - Responsável: servidor elaborador do termo de referência.
 - Público-alvo: Assessoria da Diretoria do Centro de Informática.

6.4 – Gestão ambiental e sustentabilidade

A contribuição da Câmara dos Deputados para construção de um novo modelo de desenvolvimento economicamente viável, com mais justiça social e menor impacto sobre o meio ambiente segue as diretrizes da incorporação dos princípios de sustentabilidade em suas próprias atividades administrativas e operacionais e da aprovação de leis capazes de alavancar o desenvolvimento sustentável do País.

Para viabilizar esse compromisso em seu funcionamento cotidiano, foi criado o Comitê de Gestão Socioambiental (EcoCâmara), em 2003, e instituída Política Socioambiental por meio da [Portaria nº 336, de 2010](#). Essa política é conduzida pelo EcoCâmara, que assessora a Administração da Casa na inclusão dos componentes ambientais, sociais e econômicos da sustentabilidade nos processos de trabalho da área administrativa, com destaque para:

- **Compras e Contratações Sustentáveis:** O [Ato da Mesa nº 4, de 2011](#) trata da adoção de padrões de aquisição sustentáveis, regulamentado pela [Portaria nº 227, de 2014](#), que traz de forma objetiva os requisitos ambientais a serem observados na aquisição de diversos produtos e serviços comuns.

Destaca-se, no exercício de 2015, a realização de compra compartilhada sustentável para prestação de serviços de descontaminação e descarte correto de 145.780 lâmpadas fluorescentes, com adesão do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Procuradoria Regional do Distrito Federal, Serviço de Processamento de Dados, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Ministério de Minas e Energia, Conselho Nacional de Justiça, Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Ainda sobre o tema, houve a realização de *workshop* em Contratação Sustentável, com carga horária de 20h/a, com a participação de servidores da Casa e de outros órgãos da Administração Pública.

- **Resíduos Sólidos:** O primeiro plano de gestão de resíduos sólidos recicláveis da Câmara foi regulamentado pelo [Ato da Mesa nº 129, de 2002](#). Recentemente, em função da Lei nº 12.305, de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, foi publicado o [Ato da Mesa nº 34, de 2015](#), criando o novo plano de gerenciamento de resíduos sólidos, consoante os novos conceitos e instrumentos trazidos pela citada lei. Vale ressaltar que ambos os planos (2002 e 2015) passaram a integrar os catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis no processo de destinação final adequada dos resíduos produzidos na Casa.
- **Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P):** Trata-se do principal programa de gestão socioambiental da administração pública. O programa tem sido implementado por diversos órgãos e instituições públicas das três esferas de governo, no âmbito dos três poderes, e pode ser usado como modelo de gestão socioambiental por outros segmentos da sociedade. Em 2002, a A3P foi reconhecida pela Unesco devido à relevância do trabalho desempenhado e dos resultados positivos obtidos ao longo do seu desenvolvimento, ganhando o prêmio “O melhor dos exemplos” na categoria Meio Ambiente. A Câmara dos Deputados aderiu ao programa em junho de 2009.
- **Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS):** O PLS da Câmara está em processo de construção. Em dezembro/2015, foi assinado um termo de cooperação técnica com o Tribunal de Contas da União para compartilhamento da metodologia utilizada por aquele órgão na elaboração do seu Plano de Logística Sustentável (PLS/TCU).

Apesar de ainda não contar com um PLS estruturado no molde proposto pelo Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, conforme a Instrução Normativa nº 10, de 2012, as ações de sustentabilidade realizadas pela Câmara são acompanhadas por meio de indicadores próprios, como o consumo de energia e água, cujos resultados apontam maior eficiência na utilização desses recursos.

- **Outras ações de sustentabilidade:** A página da Câmara na internet (<http://www2.camara.leg.br/responsabilidade-social/ecocamara>) divulga, com maior detalhamento, as ações para a sustentabilidade desenvolvidas pelo EcoCâmara.

6.5 – Gestão de fundos e programas

6.5.1 – Identificação e informações dos fundos na gestão da unidade

O Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados (FRCD) foi instituído pela [Resolução nº 18, de 1971](#), e tem como objetivo prover recursos para o aparelhamento da Casa, a solução do problema habitacional, os programas de assistência social, a melhoria das condições de trabalho de Deputados e de funcionários e outras realizações que se fizerem necessárias ao integral cumprimento da função legislativa.

Para o exercício de 2015, foi prevista a arrecadação de R\$ 53.743.169, sendo: R\$ 40 milhões oriundos de remuneração de depósitos bancários e R\$ 13.743.169 provenientes de outras origens. A receita total realizada foi de R\$ 78.315.104,36, conforme detalhamento abaixo:

Tabela 28 – Receita prevista x receita arrecadada – FRCD

Valores em reais

Recursos próprios	Receita prevista (a)	Receita arrecadada (b)	Diferença (b - a)
Fonte 180 – Recursos Próprios Financeiros	40.000.000,00	57.569.770,04	17.569.770,04
Remuneração de depósitos bancários	40.000.000,00	57.569.770,04	17.569.770,04
Fonte 150 – Recursos Próprios Não Financeiros	13.743.169,00	20.745.334,32	7.002.165,32
Cessão de direitos de operacionalização da Fopag	0,00	11.108.379,12	11.108.379,12
Recuperação de despesas de exercícios anteriores	5.070.502,00	5.656.221,37	585.719,37
Arrendamentos	2.271.194,00	2.589.369,76	318.175,76
Multas e juros previstos em contratos	5.170.740,00	895.588,03	-4.275.151,97
Taxa de ocupação de imóveis funcionais	127.803,00	148.657,98	20.854,98
Outras multas e juros de mora	1.380,00	101.904,76	100.524,76
Alienação de móveis, utensílios e equipamentos	911.866,00	102.664,00	-809.202,00
Outras receitas*	189.684,00	142.549,30	-47.134,70
Total	53.743.169,00	78.315.104,36	24.571.935,36

Fonte: Tesouro Gerencial.

* Contempla as receitas com aluguéis, serviços de comercialização de livros, serviços administrativos, multas e juros de arrendamentos, indenizações, outras multas e receitas.

A dotação orçamentária autorizada para o FRCD na LOA de 2015 foi de R\$ 163.743.169, com a seguinte distribuição por fontes:

- Recursos ordinários: R\$ 110.012.474,00;
- Recursos não-financeiros diretamente arrecadados: R\$ 13.743.169,00;
- Recursos financeiros diretamente arrecadados = R\$ 40.000.000,00.

Além da dotação orçamentária prevista na LOA 2015, foi disponibilizado para o FRCD o valor de R\$ 12.474, proveniente de créditos extraordinários. A tabela abaixo apresenta a execução orçamentária no exercício:

Tabela 29 – Dotação orçamentária autorizada x despesas empenhadas – FRCD

Valores em reais

Ação	Dotação (a)	Despesas (b)	Diferença (a - b)
Processo Legislativo – Administração Legislativa	57.243.169,0	9.522.449,38	47.720.719,62
Assistência Médica e Odontológica	4.200.000,00	4.200.000,00	0,00
Processo Legislativo – Capacitação de Recursos Humanos	2.300.000,00	613.868,40	1.686.131,60
Ampliação do Edifício Anexo IV*	95.000.000,0	0,00	95.000.000,00
Construção do Edifício Anexo V	5.000.000,00	0,00	5.000.000,00
Ampliação do Edifício Anexo IV – Crédito Extraordinário	474,00	473,76	0,24
Processo Legislativo – Administração Legislativa – Crédito	12.000,00	11.999,98	0,02
Total	163.755.643,0	14.348.791,52	149.406.851,48

Fonte: Tesouro Gerencial.

* Na ação Ampliação do Edifício Anexo IV foram contingenciados R\$ 78.986.929,00.

As disponibilidades financeiras são representadas, exclusivamente, pelos saldos das contas Limite de Saque com Vinculação de Pagamento e Recursos da Conta Única Aplicados (CTU), conforme discriminado a seguir:

Tabela 30 – Disponibilidades financeiras – FRCD

Valores em reais

Recursos financeiros	Saldo em 31/12/2014	Saldo em 31/12/2015	Diferença
	(a)	(b)	(b-a)
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	3.065.575,09	3.639.935,61	574.360,52
Recursos da Conta Única Aplicados	422.412.725,22	494.160.526,46	71.747.801,24
Total	425.478.300,31	497.800.462,07	72.322.161,76

Fonte: Tesouro Gerencial.

O resultado patrimonial do exercício de 2015, apurado com base no regime de competência, foi de R\$ 79.310.026,12. As demonstrações contábeis do FRCD estão disponíveis para consulta [aqui](#).

6.6 – Gestão da informação

As informações contidas neste item evidenciam as principais ações da Câmara dos Deputados vinculadas à Gestão da Informação, que ampliam a organização e a disseminação da produção legislativa e dos acervos histórico e bibliográfico. Além disso, as ações demonstram o investimento da Casa no uso de novas tecnologias, como forma de preservar o meio ambiente para as novas gerações e disponibilizar a uma parcela maior da sociedade as informações aqui produzidas ou custodiadas. São evidenciadas também as ações de preservação dos suportes físicos que visam a garantir a integridade e o acesso a informação no decorrer dos anos, explicitando o zelo da Instituição com o patrimônio público.

6.6.1 – Organização da informação legislativa

Estão disponíveis para o cidadão, por meio do portal da Câmara, as proposições em discussão e as matérias que tramitam na Casa. Em 2015 foram indexadas e descritas 13.522 novas proposições e inseridas as legislações por elas citadas. Soma-se a isso, a inclusão e atualização de 397 proposições arquivadas anteriores a 1988, que estavam registradas apenas em papel e agora estão disponíveis com todas as informações de tramitação no portal da Câmara dos Deputados.

A indexação e a descrição das proposições são necessárias para a fidedigna recuperação da informação, constituindo-se em processos de trabalho de alta relevância para a sociedade.

As normas federais (lei ordinária, lei complementar, emenda constitucional e outras) e normas internas (resolução, ato da Mesa, portaria e outras), desde o tempo do Império, também estão disponíveis no portal (<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao>). Em 2015 foram inseridos 1.519 atos normativos novos e indexadas 3.575 normas com o intuito de melhorar e facilitar as pesquisas realizadas pelo cidadão.

A sociedade também pode ter acesso às informações biográficas e àquelas relacionadas à atividade dos parlamentares, atores do processo legislativo, no portal (<http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa>). Em 2015 foram atualizadas 19.587 informações acerca do cadastro parlamentar, biografias e movimentação parlamentar.

6.6.2 – Gestão dos acervos informacionais

6.6.2.1 – Preservação

A conservação do acervo compreende, entre outras atividades, a realização de limpeza de livros, documentos, estantes, caixas e prateleiras. A maior parte desse trabalho é realizada por profissionais com deficiência por meio de contrato com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Distrito Federal (Apae/DF). Foram higienizados em 2015:

- 20.406 prateleiras,
- 636.759 volumes;
- 2.756.410 folhas de documentos; e
- 12.272.025 páginas de livros.

O processo de restauração visa a estabilizar ou reverter os danos adquiridos ao longo do tempo, de modo a não comprometer a integridade do objeto e seu caráter histórico. Foram restaurados em 2015:

- 6.173 folhas de livros, documentos históricos e plantas arquitetônicas;
- 46 objetos museológicos, entre presentes protocolares, telas, mobiliário e painéis integrados à arquitetura;
- 3 pranchas de desenhos do projeto de estrutura de concreto do Palácio do Congresso Nacional que fizeram parte da exposição “Latin America in Construction: Architecture 1955-1980” realizado no Museum of Modern Art (MoMA) em Nova Iorque. O trabalho realizado recebeu elogios por parte daquele museu.

Todas essas ações de conservação e restauração, e outras como a encadernação, por exemplo, visam a manter preservados cerca de um milhão de documentos históricos, 4 mil livros raros, 800 mil itens de documentação audiovisual, 250 mil livros e um acervo museológico composto por mais de 1,5 mil objetos, incluindo importantes painéis de Athos Bulcão, Oscar Niemeyer e Di Cavalcanti.

Além disso, com aproximadamente 300 mil visitantes por ano e com 10 mil pessoas utilizando o prédio diariamente, desde 2012, a Câmara promove o programa de educação patrimonial Arte por Toda a Casa com a finalidade de fomentar a conscientização e o envolvimento dos servidores e da sociedade com relação à preservação de seu patrimônio cultural, capacitando-os para um melhor usufruto desses bens. Até 2015, o programa contou com a participação direta de mais de 4,5 mil pessoas, sendo considerado referência no trabalho de preservação em instituições governamentais e mencionado como boas práticas pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

6.6.2.2 – Acervo arquivístico

O acervo arquivístico, reconhecido patrimônio documental e cultural brasileiro, é formado por cerca de 800 mil itens de documentação audiovisual e de um milhão de documentos históricos que datam desde a criação do Parlamento brasileiro em 1823, quando da criação da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, até os dias atuais. Reúne documentos produzidos pela Câmara dos Deputados e pelas diversas Assembleias Constituintes em variados formatos e suportes como papel, áudio, vídeo, manuscritos, mapa, microfilme, fotografias e outros, destacando-se os documentos oriundos do processo legislativo (autos das CPIs, dossiês das proposições legislativas e de audiência públicas diversas, etc.) e da gestão administrativa da Casa. Parte deste acervo já se encontra disponível no portal da Casa, por meio das abas Atividade Legislativa e Transparência. Os documentos somam 10.100 metros lineares, equivalentes a cerca de

101 mil caixas arquivo no padrão de 10cm, de um total de 11.500 metros lineares de área de depósito disponível.

Em 2015, houve uma reforma da área do depósito para atender as normas internacionais de preservação de documentos em seus mais diversos suportes, observando requisitos específicos de preservação documental. Além da aderência aos níveis de temperatura e umidade relativa do ar, a ação promoveu a ampliação da área de depósito em 168 metros lineares, além da disponibilização de um móvel específico para acondicionamento de material audiovisual da TV Câmara. Foi possível, também, climatizar salas com as condições ambientais ideais para cada tipo de suporte, ampliando sua perspectiva de perenidade. Além disso, foi ampliada e redistribuída a quantidade de câmeras de vigilância do depósito. Todas essas ações possibilitam a garantia de integridade e autenticidade da informação disponibilizada ao cidadão nos termos que preconiza a LAI.

6.6.2.3 – Acervo bibliográfico

A Câmara dos Deputados disponibiliza ao público, em dias úteis, das 9h às 18h30, a Biblioteca Pedro Aleixo, que oferece espaço para estudo e consulta ao acervo. Além disso, são oferecidos computadores com acesso à internet e sala equipada com *software* de leitura de tela para pessoas com deficiência visual.

Tabela 31 – Movimento da Biblioteca

Item	Quantidade
Média mensal de circulação de pessoas	5.000
Usuários cadastrados (parlamentares, servidores e funcionários terceirizados)	5.327
Empréstimo de livros (facultado aos usuários cadastrados)	16.750
Empréstimo de livros para outras bibliotecas	1.132

Fonte: Sistema de Gerenciamento de Biblioteca Aleph e portal Eletromagnético.

A política de aquisições da Casa observa a tendência de migração do material bibliográfico impresso para o digital. Essa tendência representa maior economia de espaço físico para armazenamento de material, sustentabilidade na redução do uso do papel e economia de recursos humanos com a redução da mão de obra qualificada que seria necessária para o tratamento do material impresso.

6.6.3 – Disseminação da informação

Esforços são empreendidos para digitalizar os documentos históricos e bibliográficos, com o objetivo de ampliar a disseminação da informação e garantir a preservação do arquivo físico e a integridade dos dados em sua originalidade, para usufruto da sociedade e das gerações futuras. Apenas em 2015, foram digitalizadas 848.560 imagens.

Outros documentos que nascem digitais também constam neste item, como é o caso da produção editorial e dos livros disponíveis na Biblioteca Digital, que são disseminados para que a sociedade conheça os temas que são discutidos no âmbito do Parlamento brasileiro.

6.6.3.1 – Documentos históricos

O acervo documental da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, de 1823, recebeu, em 2013, o registro “Memória do Mundo”, título conferido pela Unesco por seu valor como patrimônio documental da humanidade.

Em 2015, foi desenvolvida uma série de atividades para organizar, difundir e ampliar o acesso a essa importante parcela da memória do Poder Legislativo, de grande interesse para

pesquisadores do Brasil e do mundo. Essas atividades envolveram processos de conservação, higienização, restauração, digitalização, arranjo, descrição e disponibilização via internet.

A disponibilização e acesso via internet desse patrimônio histórico nacional foi possível por meio da adoção do *software* livre Access to Memory (AtoM), desenvolvido com o apoio do Conselho Internacional de Arquivos (ICA), de acordo com a Norma Internacional de Descrição Arquivística (ISAD(g)), e recomendado como recurso para descrição e disponibilização de documentos arquivísticos.

Como resultado desse trabalho, foi publicada a segunda edição do [Inventário Analítico do Arquivo da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, 1823](#) e realizada a exposição A Constituinte de 1823: Acervo Memória do Mundo, no Salão Nobre, aberta ao público no período de dezembro de 2015 a abril de 2016.

A Câmara dos Deputados lançou, ainda, em seu portal na internet, a página [Fundo da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa de 1823](#), que disponibiliza a íntegra desse conjunto de documentos a qualquer interessado.

6.6.3.2 – Documentos bibliográficos

Em 2015, foram disponibilizadas na [Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados](#) 279 obras raras digitalizadas, pertencentes ao acervo da Biblioteca Pedro Aleixo. Somam-se a esse número outras 200 obras raras que já haviam sido digitalizadas em 2014. Com essa ação, a Casa, além de proteger os livros de danos provocados pelo manuseio, torna-os ainda mais acessíveis por meio da internet. Em 2015, a Coleção de Obras Raras da Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados registrou 3.570 visitas.

Para disseminar ainda mais esse acervo, foi realizada, entre 15/4 e 31/8, na Galeria de Arte do Salão Nobre, a exposição “Riquezas bibliográficas – Acervo de obras raras da Câmara dos Deputados”. Contou com 50 documentos originais especialmente selecionados e computadores que permitiam folhear virtualmente quatro obras raras completas. Registraram-se aproximadamente 2.500 pessoas em visita à exposição, em sua maioria turistas. A exposição virtual está disponível [aqui](#).

A Biblioteca Digital também recebeu 352 vídeos dos Diários da Constituinte e outros 135 documentos, entre eles: notas técnicas das Consultorias, publicações da Edições Câmara, relatórios das Comissões e produção acadêmica dos servidores. A [Biblioteca Digital](#) registrou 192.417 pesquisas durante o ano de 2015, sendo as obras mais acessadas:

- Constituição da República Federativa do Brasil em áudio;
- Lei nº 8.112/1990 em áudio; e
- Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

6.6.3.3 – Produção editorial

Com mais de 1.500 títulos publicados desde 1972, a Edições Câmara produziu, em 2015, 102 publicações. É possível baixar gratuitamente as publicações da editora em seus diversos formatos pelo endereço www.camara.leg.br/editora.

O *site* da Edições Câmara recebeu 557.151 acessos, representando um aumento de 92% em relação ao ano de 2014, e o perfil da editora no Facebook teve um aumento de 35% nas curtidas. Destaca-se ainda que em 2015 foram realizados um total de 62.731 *downloads* nas lojas de livros digitais Google Play, iBooks e Kobo, e que os *e-books* da editora figuram entre os mais baixados, sendo que a Constituição Federal ocupa o primeiro lugar na loja da Google.

7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

7.1 – Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Apresenta-se neste tópico uma visão geral acerca das determinações e recomendações feitas em acórdãos do TCU para a Câmara dos Deputados. Em cumprimento ao disposto no parágrafo único do art. 4º da Portaria-TCU nº 321, de 2015, declara-se a supressão das informações classificadas como sigilosas relativas aos Acórdãos nºs 1.108/2015 e 1.315/2015, ambos do Plenário do TCU, com fundamento no art. 55 da Lei n. 8.443, de 1992, c/c o art. 236 e parágrafo único do art. 237 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução-TCU nº 155, de 2002, alterada pela Resolução-TCU nº 246, de 2011.

7.1.1 – Deliberações expedidas em 2015

No exercício de 2015, as deliberações do TCU, consubstanciadas em oito acórdãos, resultaram em 19 determinações e 2 recomendações, nas seguintes classificações: 2 acórdãos expedidos pela Primeira Câmara, 1 pela Segunda Câmara e 5 acórdãos pelo Plenário-TCU. Todas as determinações expedidas em 2015 foram cumpridas, inclusive restou demonstrado que as relativas ao julgamento do processo de contas dos responsáveis pela Câmara dos Deputados referente ao exercício de 2013 já haviam sido implementadas, conforme consta neste Relatório. Conquanto se encontrem cumpridas tais determinações, ainda serão elas objeto de recurso tendo em vista o inconformismo com o julgamento das contas consideradas regulares com ressalva.

A tabela abaixo apresenta um resumo das deliberações feitas pelo TCU em acórdãos do exercício de 2015 que foram atendidas no mesmo exercício. O detalhamento com as informações acerca das providências adotadas relativas às determinações e recomendações encontra-se para consulta [aqui](#).

Tabela 32 – Deliberações expedidas pelo TCU em 2015

Processo TCU	Acórdão	Situação das deliberações no exercício			
		Tipo/Item	Atendidas	Pendentes	Comunicação expedida
025.201/2014-0	1.742/2015-TCU-1ª Câmara	Determinação: 9.3* (9.3.1, 9.3.2, 9.3.3, 9.3.4)	9.3 (9.3.1, 9.3.2, 9.3.3, 9.3.4)	-	Ofício 4.049/2015-TCU/Sefip, de 31/3/2015.
017.607/2014-0 (Quadro A6)	5.589/2015-TCU-1ª Câmara	Determinação: 1.7.1 (c.1, c.2, c.3, c.4, c.5, c.6, c.7)	1.7.1 (c.1, c.2, c.3, c.4, c.5, c.6, c.7)	-	Aviso 1.153-GP/TCU, de 8/10/2015
013.680/2015-3	3.472/2015-TCU-2ª Câmara	Determinação: 1.6.1	1.6.1	-	Ofício 1290/2015-TCU/Selog, de 1/7/2015. Processo/CD 131.264/2015
015.239/2012-8	754/2015-TCU-Plenário	Determinação: 9.5 (9.5.1, 9.5.2, 9.5.3)	9.5 (9.5.1, 9.5.2, 9.5.3)	-	Aviso 232-Seses-TCU-Plenário Processos/CD 118.138/2015 e 125.449/2015
034.062/2011-4	1.176/2015-TCU-Plenário	Determinação: 9.2 9.3 9.4	9.2 9.3 9.4	-	Ofício 6.281/2015-TCU/Sefip, de 27/5/2015. Processo/CD 125.991/2015
018.522/2015-7	2.115/2015-	Determinação:			Ofício 1.777/2015-

Processo TCU	Acórdão	Situação das deliberações no exercício			
		Tipo/Item	Atendidas	Pendentes	Comunicação expedida
	TCU-Plenário	1.6.1	1.6.1	-	TCU/Selog Processos/CD 138.408/2015 e 145.822/2015

Fonte: Assessoria Técnica.

* No Acórdão 6.469/2015-TCU-1ª Câmara, os ministros do TCU acordaram, ao conhecer do recurso e, no mérito, dar-lhe provimento, deliberaram por: 9.1.1. tornar insubsistentes os itens 9.1, 9.3.1 e 9.3.4 do acórdão recorrido (AC nº 1.742/2015-TCU-1ªC).

7.1.2 – Deliberações expedidas em exercícios anteriores

A tabela a seguir demonstra a situação dos itens de determinações e recomendações expedidas naquele exercício: itens de determinação atendidos e itens de recomendação pendentes de atendimento no presente exercício. O detalhamento desses itens encontra-se para consulta [aqui](#).

Tabela 33 – Deliberações expedidas pelo TCU em exercícios anteriores

Processo TCU	Acórdão	Situação das deliberações no exercício			
		Tipo/Item	Atendidas	Pendentes	Comunicação expedida
006.865/2007-3	7.777/2014-TCU-2ª Câmara	Determinação: 9.1, 9.2, 9.4	9.1 9.2 (9.2.1, 9.2.2.) 9.4	-	Ofício 15.450/2014-TCU-Sefip, de 08/12/2014
023.050/2013-6	3.051/2014 - TCU-Plenário	Recomendação: 9.1 (9.1.1 a 9.1.8)	9.1.2, 9.1.3, 9.1.4, 9.1.6, 9.1.7	9.1.1, 9.1.5 9.1.8	Ofício 0867/2014-TCU-Sefit Processo/CD 129.939/2014

Fonte: Assessoria Técnica.

7.1.3 – Deliberação decorrente do julgamento de contas anual do exercício de 2013

As determinações feitas no Acórdão nº 5.589/2015-TCU-1ª Câmara, decorrente do julgamento do processo de prestação de contas anual dos responsáveis pela Câmara dos Deputados relativo ao exercício de 2013, seguidas das medidas adotadas e justificativas, estão demonstradas no [quadro A6](#) do anexo deste Relatório.

7.2 – Tratamento de recomendações do órgão de controle interno

7.2.1 – Recomendações expedidas no exercício de 2015

No exercício de 2015, a Secin expediu 8 relatórios de auditoria (RA)² que tiveram como objeto a avaliação da conformidade e da adequação dos controles internos administrativos nos processos de trabalho do órgão.

A tabela 34 apresenta um resumo dos itens das recomendações contidas nesses relatórios, destacando os itens das recomendações que foram atendidas no exercício (45,16%) daqueles que ficaram pendentes de atendimento (54,83%). Muitas das recomendações referem-se à apresentação e implantação de plano de ação para estabelecimento de controles administrativos, razão pela qual se registra prolongamento no atendimento das recomendações, em virtude da demora na execução do plano e, conseqüentemente, no atendimento da recomendação pelo gestor.

Destaca-se que as recomendações que provocaram maior impacto na gestão da unidade no exercício foram as relacionadas às ações acerca dos controles administrativos e dos procedimentos de rescisão dos contratos de obras e serviços de engenharia da Câmara (RA nº 2/Nualc/2015), ao processo de gestão de infraestrutura de serviços de telefonia (RA nº 1/Nualc/2015) e ao de gerenciamento de pagamentos e concessões, especialmente do auxílio-transporte (RA nº 1/Nuarh/2015). Adicionalmente, maior detalhamento das informações acerca dessas recomendações atendidas e pendentes encontra-se para consulta [aqui](#).

Tabela 34 – Relatórios de auditoria expedidos no exercício de 2015

Núcleo de auditoria	Objeto da auditoria	Itens de recomendações	Situação das recomendações no exercício		
			Atendidas	Pendentes	Comunicação expedida/processo CD
Núcleo de Auditoria e Operacional (Nacop)	RA nº 4/NACOP/2014*: avaliar a conformidade e a eficácia dos controles internos administrativos nos processos de trabalho referentes à Cota para exercício da atividade parlamentar (Ceap).	2.1.8 2.2.8 2.3.8 2.4.8 2.5.8	2.5.8	2.1.8 2.2.8 2.3.8 2.4.8	105.251/2015
	RA nº 2/NACOP/2015: verificar a conformidade e a adequação dos controles internos administrativos no processo de trabalho de realização de registro contábil pela Câmara dos Deputados.	2.1.8 2.2.8, I e II	2.2.8, I e II	2.1.8	135.457/2015

² Além dos 8 relatórios expedidos, as auditorias previstas no plano anual de 2014 e de 2015 da Secretaria de Controle Interno, a cargo do Núcleo de Auditoria de Recursos Humanos, não foram abordadas no presente Relatório de Gestão por terem sido concluídas no fim do exercício de 2015 e encaminhadas à Administração da Câmara em 2016, com os seguintes objetos:

a) Relatório de Auditoria nº 2/Nuarh/2015: auditoria prevista no Plano Anual de Controle Interno (Paci/2014) da Secretaria de Controle Interno (Secin), para exame dos controles administrativos do processo Gerenciar Frequência, Licenças e Afastamentos, com objetivo de verificar os controles relacionados às acumulações legais de cargos, empregos e funções públicas por parte de servidores ocupantes de cargos efetivos da Câmara dos Deputados, ou seja, as acumulações já autorizadas pela Câmara, sujeitas à constante avaliação da compatibilidade de horários.

b) Relatório de Auditoria nº 3/Nuarh/2015: auditoria prevista no Plano Anual de Controle Interno (Paci/2015) da Secretaria, com o objetivo de avaliar a conformidade e a eficácia dos controles internos administrativos no processo Gerir a Seguridade Social.

Núcleo de auditoria	Objeto da auditoria	Itens de recomendações	Situação das recomendações no exercício		
			Atendidas	Pendentes	Comunicação expedida/processo CD
Núcleo de Auditoria de Licitações e Contratos (Nualc)	RA nº 1/Nualc/2015: avaliar os controles internos relacionados ao processo de Gestão de Infraestrutura – serviços de telefonia da Câmara dos Deputados.	3	–	3	111.290/2015
	RA nº 2/Nualc/2015: avaliar a conformidade e a eficácia dos controles internos administrativos nos procedimentos de rescisão dos contratos de obras e serviços de engenharia da Casa, referente à macroetapa de execução contratual das obras e instalações.	2.1.8, a, b [b.1, b.2, i, ii, iii, iv], c	2.1.8, a, b [b.1], c	2.1.8, b.2, i, ii, iii, iv	119.037/2015
		2.2.8 a [a.1], b	2.2.8, a [a.1], b	–	119.037/2015 100.246/2016
		3.1.8, a [a.1, a.2, a.3, a.4, a.5, a.6]	3.1.8, a [a.1, a.5, a.6]	3.1.8, a [a.2, a.3 e a.4]	119.037/2015 100.246/2016 100.247/2016
	3.1.8, b	–	3.1.8, b	119.037/2015	
RA nº 3/Nualc/2015: avaliar a conformidade e a eficácia dos controles internos administrativos relacionados ao processo de Gestão de Aquisições.	3.1.8 3.2.8, a, b (i, ii)	–	3.1.8 3.2.8, a, b (i, ii)		
Núcleo de Auditoria de Recursos Humanos (Nuarh)	RA nº 1/Nuarh/2015: analisar os controles administrativos do processo Gerenciar Pagamentos e Consignações, com objetivo de examinar a concessão e o pagamento do auxílio-transporte aos servidores e comissionados da Câmara dos Deputados.	2.1.8, a, b, c, d 2.2.8, a, b	2.1.8, b, c, 2.2.8, b	2.1.8, a, d, 2.2.8, a	136.039/2015
Núcleo de Auditoria Contábil e Operacional (Nacop) -Núcleo de Auditoria de Recursos Humanos (Nuarh)	RA nº 1/Secin/2015: Avaliar a conformidade dos procedimentos e a adequação dos controles internos administrativos que apoiam a evidenciação contábil da Câmara dos Deputados.	2.1.8	–	2.1.8	136.112/2015
Núcleo de Auditoria de Licitações e Contratos (Nualc) Núcleo de Auditoria de Pessoal (Napes)	RA nº 2/Secin/2015: avaliar os controles internos da Câmara dos Deputados relacionados à garantia da conformidade com as normas legais, técnicas e das políticas relativas à acessibilidade, estabelecendo como eixo de análise a estrutura organizacional e a definição das responsabilidades.	2.1.8, 2.2.8, a [a.1, a.2]	–	2.1.8, 2.2.8, a [a.1 (i, ii, iii, iv, v) a.2 (i, ii, iii, iv)]	147.953/2015

Núcleo de auditoria	Objeto da auditoria	Itens de recomendações	Situação das recomendações no exercício		
			Atendidas	Pendentes	Comunicação expedida/processo CD
Total		100%	45,16%	54,83%	

Fonte: Assessoria Técnica.

* O Relatório de Auditoria nº 4/Nacop/2014 foi numerado como 2014, mas somente foi concluído e encaminhado à Administração no exercício de 2015, por meio do Processo/CD nº 105.251/2015.

7.2.2 – Recomendações expedidas em exercícios anteriores

A situação das recomendações expedidas pelo órgão de controle interno em exercícios anteriores está apresentada na tabela a seguir, a qual demonstra os itens das recomendações dos relatórios atendidos no exercício de 2015 e os itens das recomendações pendentes de atendimento até o fim do exercício de 2015, independentemente do exercício em que se originaram, para ambos os casos. O detalhamento com as informações acerca dessas recomendações encontra-se para consulta [aqui](#).

Tabela 35 – Relatórios de auditoria emitidos em exercícios anteriores

Relatório de auditoria	Situação das recomendações no exercício		
	Atendidas	Pendentes	Comunicação expedidas/processo CD
4/Calip/2010	–	2.2.8, a, b, c	139.109/2010
4/Coasp/2010	–	2.1.8, e	140.976/2010
8/ Calip /2011	–	2.1.8, a, 2.3.8, a	148.638/2011
2/ Calip /2012	2.1.8, a [a, b], 2.2.8, b	2.1.8, a [c], 2.3.8, a, b, c	111.944/2012
3/ Calip /2012	–	2.1.8, a, b; 2.2.8, b; 2.3.8, a, b, c	116.104/2012
5/ Calip /2012	–	2.1.8, a.1; 2.1.8, a.2	126.888/2012
7/ Calip /2012	2.1.8, f	–	133.402/2012
4/Coasp/2012	2.7, a, b, c, d	–	133.004/2012
2/Calip/2013	–	2.1.8, a.2	113.476/2013
3/Calip/2013	–	2.1.8, a	129.217/2013
5/Calip/2013	–	2.1.8, a, b, c, d; 2.2.8, a, b	137.095/2013
2/Coarh/2013	2.1.8, a, c 2.2.8, d* 2.2.8, e 2.3.8, b 2.4.8, a, e 2.4.8, b, c 2.4.8, f	2.1.8, b 2.2.8, d* 2.3.8, a 2.3.8, e 2.4.8, d – –	119.734/2013
1/Coati/2014	2.1.8, a	2.2.8, a; 2.3.8, a	117.351/2014
Total %	42,85 %	57,14 %	–

Fonte: Assessoria Técnica.

* Os órgãos responsáveis pelas recomendações são diferentes.

7.3 – Demais informações referentes ao tratamento das deliberações do TCU e das recomendações do órgão de controle interno

O acompanhamento das determinações e recomendações emitidas pelo TCU é feito pela Assessoria Técnica da Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados. A comunicação expedida pelo TCU é recebida pela Presidência da Câmara dos Deputados ou pela Diretoria-Geral, que, por sua vez, encaminha o processo à área específica responsável pelas atribuições para manifestação e adoção das providências devidas ou apresentação de justificativa em caso de impossibilidade de lhes dar cumprimento.

Com relação às recomendações recebidas do órgão de controle interno, o acompanhamento é feito pelas áreas específicas, às quais foram dirigidas as recomendações. A comunicação expedida, mediante processo administrativo, pela Secin no Relatório de Auditoria é encaminhada à Diretoria-Geral, que, por sua vez, encaminha o processo a cada diretoria, para conhecimento, com solicitação de posterior encaminhamento à área específica responsável pelas atribuições, para manifestação e adoção das providências devidas ou apresentação de justificativa em caso de impossibilidade de lhes dar cumprimento.

Atualmente não existe uma estrutura de controle ou sistema informatizado para o acompanhamento e controle desses processos. Em virtude da necessidade de acompanhamento sistêmico e global das recomendações, do seu atendimento e das informações exigidas na composição do Processo de Contas Anual pela Corte de Contas, entre elas, as relativas ao Relatório de Gestão, encontra-se em desenvolvimento pelo Centro de Informática um projeto de sistema informatizado, com o objetivo de acompanhar, controlar e subsidiar as informações para o processo de contas dos responsáveis desta Casa. O sistema conterà módulo de acompanhamento e controle das deliberações do TCU e das recomendações contidas nos relatórios de auditoria da Secin.

7.4 – Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário

O quadro 15 demonstra os casos de dano ao erário, que foram objeto de medidas internas administrativas, bem como, ante a não elisão do dano, o número de tomadas de contas especiais instauradas e remetidas ao TCU.

Quadro 15 – Medidas adotadas em caso de dano ao erário

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de contas especiais (TCE)								
	Não instauradas			Instauradas					
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU					
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros casos	Arquivamento			Não enviadas < 180 dias do exercício instauração	Não enviadas > 180 dias do exercício instauração	Remetidas ao TCU
Recebimento débito				Não comprovação	Débito < R\$ 75.000				
1.361*	700	–	–	–	–	–	2	–	2

Fonte: Coordenação de Movimentação Financeira e Coordenação de Contabilidade.

*** Observações:**

- Do total de 1.361 casos de dano objeto de medidas administrativas internas, 374 foram regularizados, 700 ocorrências foram dispensadas de TCE (embora não regularizadas) e houve a instauração de 2 TCEs (287 casos de danos);
- A Portaria DG nº 307, de 24/9/2015, constituiu Comissão de Tomada de Contas Especial para apurar a responsabilidade determinada pelo TCU, conforme Processo nº TC 025.548/2014-0 (Acórdão nº 1.315/2015-TCU-Plenário).

7.5 - Demonstração da conformidade do cronograma de pagamento de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei nº 8.666, de 1993

A exigência legal de obediência à ordem cronológica para pagamento das obrigações da Casa encontra-se reproduzida no art. 11 do Regulamento dos Procedimentos Licitatórios da Câmara dos Deputados, aprovado pelo [Ato da Mesa nº 80, de 2001](#).

Os estágios da execução da despesa orçamentária são desenvolvidos pelo Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade (Defin), que é responsável pelo empenho e pagamento da despesa, e pelo Departamento de Material e Patrimônio (Demap), que atua diretamente no procedimento da liquidação da despesa.

Em relação à liquidação e pagamento da despesa, detalham-se, a seguir, as rotinas executadas:

1. Recebimento, pelo Demap, dos documentos fiscais, devidamente atestados pelas diversas áreas técnicas/solicitantes da Casa;
2. Verificação do fornecimento dos dados atinentes ao recebimento e ateste (dados da empresa, número do documento fiscal, objeto, data de recebimento, quantidade recebida, valor unitário, data do ateste) no Sistema de Gestão de Material e Serviço (Sigmas);
3. Registro no Sigmas das informações atinentes à liquidação (dados da empresa, número do documento fiscal, objeto, valor recebido, valor liquidado e valor bloqueado/glosado);
4. Geração da relação de pagamentos, no âmbito do Sigmas, assentando-se os valores a serem pagos, por empresa;
5. Encaminhamento da relação de pagamento, com as notas fiscais originais, ao Defin para a complementação da liquidação da despesa; e
6. Registro da liquidação da despesa pelo Defin e posterior encaminhamento para pagamento.

Em razão de a citada rotina ser executada tão logo os processos contendo as notas fiscais/faturas chegam ao Demap e ao Defin, pode-se afirmar que a Casa assegura a isonomia no procedimento de pagamento da despesa, de acordo com o disposto no art. 5º da Lei 8.666, de 1993.

7.6 - Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

Em 2015, houve economia de recursos em decorrência dos reequilíbrios econômico-financeiros contratuais formalizados no exercício de 2014 para incorporar os efeitos da Lei nº 12.546, de 2011, que instituiu a desoneração da folha de pagamento, também conhecida por Plano Brasil Maior.

Das sete contratações efetivamente reequilibradas, uma se encerrou naquele ano de 2014, duas tiveram suas vigências encerradas durante o exercício de 2015 e quatro ainda se encontravam vigentes em 31/12/15. Em razão disso, o montante economizado em 2015 foi inferior ao economizado em 2014, haja vista que as contratações sucessoras decorrem de propostas cujos valores já se encontravam ajustados ao arcabouço legal que instituiu a desoneração.

Estima-se que, somente no exercício de 2015, tenha-se economizado montante próximo a R\$ 4,321 milhões, conforme detalhamento a seguir:

Tabela 36 – Contratos revisados e economia com a revisão

Contrato	Término de vigência	Economia mensal aproximada	Percentual de redução	Economia total até 31/12/15
2009/163.0	16/08/15	10.889,35	7,73%	87.114,80
2010/114.0	31/05/15	19.023,09	13,37%	100.663,85
2013/156.0	25/07/16	84.765,60	12,12%	1.076.523,14
2014/158.0	25/07/16	125.161,13	11,63%	1.589.546,33
2013/160.0	25/07/16	84.336,08	12,22%	1.071.068,19
2010/207.0	17/10/16	31.188,79	12,22%	396.097,68
TOTAL		355.364,04		4.321.013,99

Fonte: Departamento de Material e Patrimônio.

Cumprе destacar que, em 2/3/15, o TCU acolheu parecer do Ministério Público, conhecendo pedido de reexame e suspendendo os subitens 9.2 e 9.3 do Acórdão nº 2.859/2013-Plenário, que determinou a adoção de providências para reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

Em razão disso, decidiu-se deferir o pedido de suspensão da cobrança em desfavor da empresa IOS Informática, Organização e Sistemas S.A., no valor aproximado de R\$ 3,522 milhões. Destaca-se também que interrompeu-se o estudo sobre a viabilidade de reequilíbrio de outras contratações celebradas por esta Casa cujos serviços não são ou não foram prestados com mão de obra residente.

ANEXOS E APÊNDICES

Tabela A1 – Resultados ou benefícios – projetos estratégicos corporativos do ciclo anterior

Projeto	Data de conclusão	Processo impactado/benefício
E-Democracia 2.2	Abril de 2014	O portal e-Democracia, criado em projeto prévio, foi aprimorado na versão 2.2. Após a conclusão do projeto, a constante necessidade de acompanhamento e realização de melhorias técnicas foram incluídas em processo de trabalho do Laboratório Hacker da Câmara dos Deputados.
TV Digital	Setembro de 2014	Implantou retransmissoras da TV Câmara em sinal digital, aberto e gratuito em 9 capitais do Brasil. Depois de atingido o escopo do projeto, a atividade se tornou processo de trabalho da Secretaria de Comunicação Social para implantar a TV Câmara nos mesmos moldes em mais cidades brasileiras e operar as retransmissoras.
Acessibilidade do Portal	Dezembro de 2014	Implantou e disseminou normas internas (reguladoras do processo), que estão sendo utilizadas pelos desenvolvedores de sistema e provedores de conteúdo, a fim de tornar o portal da Câmara mais acessível às pessoas com deficiência, por meio do cumprimento de recomendações técnicas oriundas de padrões como a Web Content Accessibility Guidelines 2.0, do W3C, e o Modelo de Acessibilidade do Governo Eletrônico (e-Mag 3.0).
Sistema de Presença, Votação e Eleição nas Comissões	Dezembro de 2014	Permitiu o registro eletrônico de presença dos parlamentares nas reuniões de Comissão, bem como da eleição de seus membros, além do registro de votos durante a apreciação das matérias legislativas, de acordo com as normas regimentais pertinentes a esses colegiados. O projeto resultou na melhoria desses processos ao garantir mais integridade das informações produzidas, minimizar processos manuais de controle e fornecer informações confiáveis em tempo real, proporcionando mais agilidade e transparência aos processos finalísticos da Casa.
Integração de Informações Parlamentares	Março de 2015	Após a aprovação da modificação do escopo em março de 2015, o projeto foi concluído com a entrega de dois módulos: Posse e Cadastro Parlamentar. A experiência de tratar assuntos diferentes em paralelo mostrou-se improdutiva. Assim, o sistema de informação Infoleg foi inaugurado com sucesso, contemplando processos fundamentais para a Casa, tais como: o resultado das eleições para deputado federal, a entrega dos diplomas, a coleta de assinaturas, o cadastro parlamentar, os documentos digitalizados, as fotos digitais, os nomes parlamentares, os dados histórico-biográficos, o registro de necessidades especiais, o registro da posse coletiva e a gestão de todas as informações envolvidas. O projeto ainda serviu de apoio a outras iniciativas igualmente importantes: gestão de gabinetes pelo Deapa, registro de informações funcionais pelo Depes e registro de licenças pela Terceira-Secretaria. O encerramento do projeto deu origem ao projeto Infoleg – Organização Partidária e Movimentação Parlamentar, componente do atual ciclo de curto prazo. Futuramente, serão lançados os projetos Infoleg – Composição dos Órgãos Legislativos e Políticos e Nova Pesquisa de Deputados na Internet.
Política de Governança do Portal	Setembro de 2014	Definida a política de governança do portal institucional da Câmara dos Deputados, o que regulou os processos de trabalho referentes à publicação de conteúdo no portal, bem como a eventuais mudanças de <i>layout</i> , ao cadastro de provedores, etc.
Modernização do DCD	Março de 2014	Projeto encerrado com a consecução do seu objetivo. O processo interno de elaboração do <i>Diário da Câmara dos Deputados</i> foi mapeado e estudado, sendo identificadas as falhas e os gargalos que levam ao atraso em sua circulação, as quais originaram modificações em procedimentos de trabalho da própria SGM, Departamento de Taquigrafia e nos serviços prestados pelo Senado Federal. Houve o estudo das normas que regulamentam a publicação, o que originou nova formatação e apresentação dos diários oficiais do Legislativo (DCD, DSF e DCN), além de estudos a respeito da publicação do DCD somente em meio digital. Uma ferramenta de publicação que permite digitalizar os documentos para sua publicação e, assim, automatizar o processo interno de montagem do diário na SGM foi desenvolvida setorialmente e se

Projeto	Data de conclusão	Processo impactado/benefício
		encontra em uso regular.
Arquitetura da Informação	Setembro de 2014	Criou um modelo de arquitetura de informação para a Câmara dos Deputados, o que melhorou o processo de organização das informações corporativas e a integração de seus repositórios e fluxos de informação. O projeto também criou uma metodologia para aplicação do modelo criado e da governança de informação nos domínios de informação corporativos.
Mobilidade Sustentável	Dezembro de 2014	O Mobilidade Sustentável (MOB) resultou em um novo processo de trabalho, que objetivou facilitar o acesso de servidores à Casa, diminuindo os impactos negativos ao meio ambiente. Dentre as entregas do projeto, passou-se a contar com uma nova infraestrutura para incentivar o uso de práticas sustentáveis pelos servidores, como: <ul style="list-style-type: none"> • Carona Solidária – dezessete vagas privativas foram destinadas para servidores que compartilham o veículo com, no mínimo, 3 colegas no deslocamento para a Câmara; • Opção pelo uso de bicicletas – até a inauguração da nova etapa do MOB-Bicicletas foram disponibilizados 100 paraciclos e 96 armários para uso dos ciclistas. Após o evento do dia mundial sem carro, em setembro de 2015, foram adicionados mais 48 armários; • Uso de estacionamentos remotos (Economildos) e de transportes coletivos mantidos pela Câmara dos Deputados a fim de diminuir a circulação de veículos de passeio no entorno do Congresso Nacional – mensalmente, em média, 2.536 servidores são transportados no trajeto Câmara – Economildo Minas Brasília – Câmara, e 3.257 servidores, no trajeto Câmara – Economildo Parque da Cidade – Câmara.

Fonte: Assessoria de Projetos e Gestão.

Tabela A2 – Projetos do ciclo anterior transformados em projetos setoriais

Projeto	Benefícios gerados
Novo Autenticador de Proposições	Evolução do sistema de subscrição eletrônica de proposições para uso dos leitores biométricos nos gabinetes parlamentares de acordo com regras de negócio do processo legislativo (proposições que permitem subscrição de líderes e de blocos) e os respectivos parâmetros de segurança de informação associados.
Gestão de Sessões Plenárias	Evolução dos sistemas de registro de presença na Casa e de inscrição de oradores no Pequeno Expediente da sessão plenária para possibilitar o uso dos leitores biométricos nos gabinetes parlamentares de acordo com regras de negócio do processo legislativo e os respectivos parâmetros de segurança de informação associados. Desenvolvimento do Sistema de Pauta Eletrônica para automatização das rotinas realizadas pela SGM para o acompanhamento e a montagem da Pauta da Semana e da Ordem do Dia.
Qualidade de Dados do Sileg	Revisão das tabelas de tipos de proposições que se encontram prontas para a Ordem do Dia do Plenário, considerando os regimes de tramitação, os requisitos regimentais e constitucionais que servem de parâmetros para a sua tramitação no Sistema de Informações Legislativas (Sileg). A revisão levou em consideração os critérios desenvolvidos pela equipe do projeto Gestão de Sessões Plenárias para implementação da automatização das rotinas de acompanhamento e montagem da Pauta da Semana e da Ordem do Dia.

Fonte: Assessoria de Projetos e Gestão.

Quadro A1 – Informações sobre áreas estratégicas

Unidades	Competências	Macroprocessos	Titular	Cargo	Período de atuação – exercício de 2015
Diretoria-Geral (DG)	Planejar, coordenar, orientar, dirigir e controlar todas as atividades administrativas da Câmara dos Deputados, de acordo com as deliberações da Mesa Diretora.	Gerir os trabalhos administrativos da Câmara dos Deputados	Sergio Sampaio Contreiras de Almeida	Diretor-Geral	1º de janeiro a 17 de junho
		Prover e manter a infraestrutura física			
		Desenvolver e gerir pessoas	Romulo de Sousa Mesquita		18 de junho a 31 de dezembro
		Gerir o relacionamento institucional			
		Promover a saúde dos parlamentares, servidores e dependentes			
Assessoria de Projetos e Gestão (Aproge)	Assessorar o diretor-geral a promover, planejar, coordenar e orientar a implementação da melhoria contínua da gestão por meio do planejamento estratégico institucional, da governança corporativa, da gestão de projetos e da gestão de processos; planejar e coordenar ações de cooperação técnica.	Gerir o relacionamento institucional	Iara Beltrão Gomes de Souza	Chefe da Assessoria de Projetos e Gestão	1º de janeiro a 17 de junho
		Gerir os trabalhos administrativos da Câmara dos Deputados	William França Cordeiro		18 de junho a 31 de dezembro
Diretoria de Recursos Humanos (DRH)	Planejar, dirigir e controlar as atividades inerentes à gestão de pessoas da Câmara; zelar pelo cumprimento das diretrizes e programas da política de pessoal.	Gerir os trabalhos administrativos da Câmara dos Deputados	Rogério Ventura Teixeira	Diretor (a) de Recursos Humanos	1º de janeiro a 17 de fevereiro
		Promover a saúde dos parlamentares, servidores e dependentes	Maria Madalena da Silva Carneiro		17 de março a 31 de dezembro
		Desenvolver e gerir pessoas			
Diretoria Administrativa (Dirad)	Planejar, coordenar, orientar e dirigir as atividades relativas a orçamento, finanças, contabilidade, protocolo, distribuição de periódicos, correspondência, transporte, serviços gerais, obras, manutenção, material, patrimônio, informática, segurança e higiene.	Gerir os trabalhos administrativos da Câmara dos Deputados	Romulo de Sousa Mesquita	Diretor Administrativo	1º de janeiro a 17 de junho
		Gerir o relacionamento institucional	Marcos Cesar Santos de Vasconcelos		9 de julho a 31 de dezembro
		Prover bens e serviços			

Unidades	Competências	Macroprocessos	Titular	Cargo	Período de atuação – exercício de 2015
Diretoria Legislativa (Dileg)	Planejar, coordenar e dirigir as atividades de apoio aos trabalhos legislativos, incluindo a consultoria e o assessoramento técnico e institucional, os trabalhos das comissões, o processo de produção e arquivo da documentação legislativa e o acompanhamento taquigráfico dos discursos e debates.	Gerir os trabalhos administrativos da Câmara dos Deputados	Afrísio de Souza Vieira Lima Filho	Diretor Legislativo	1º de janeiro a 31 de dezembro
Secretaria-Geral da Mesa (SGM)	Assessorar a Mesa da Câmara dos Deputados, em todos os trabalhos legislativos, e a Presidência, no desempenho de suas atribuições regimentais e constitucionais; dirigir, coordenar e orientar todas as atividades legislativas da Câmara dos Deputados.	Gerir os trabalhos legislativos da Câmara dos Deputados Gerir os trabalhos administrativos da Câmara dos Deputados Preparar e documentar sessões plenárias e reuniões da Mesa Registrar a atuação parlamentar Gerir o relacionamento institucional	Mozart Vianna de Paiva Sílvia Avelino da Silva	Secretário-Geral da Mesa	1º de janeiro a 8 de março 9 de março a 31 de dezembro
Secretaria de Comunicação Social (Secom)	Divulgar as atividades da Câmara dos Deputados; gerenciar os veículos de comunicação da Casa (TV, Rádio, Agência de Notícias e Jornal da Câmara); gerenciar o trabalho de assessoria de imprensa; e promover ações de relações públicas e divulgação institucional que aproximem o Poder Legislativo da sociedade.	Gerir os trabalhos administrativos da Câmara dos Deputados Gerir o relacionamento institucional Gerir a informação	Deputado Cléber Verde Sergio Chacon Claudio Guimarães Lessa	Secretário de Comunicação Social Diretor Executivo de Comunicação Social	18 de março a 31 de dezembro 1º de janeiro a 2 de setembro 3 de setembro a 31 de dezembro
Secretaria de Controle Interno (Secin)	Acompanhar e avaliar a gestão dos recursos da Câmara dos Deputados, mediante a aplicação de técnicas de auditoria e de fiscalização nos sistemas contábil, orçamentário, financeiro, operacional e patrimonial.	Gerir os trabalhos administrativos da Câmara dos Deputados Planejar e realizar ações de controle	Ricardo Soares de Almeida	Secretário de Controle Interno	1º de janeiro a 31 de dezembro

Fonte: Assessoria de Projetos e Gestão.

Quadro A2 – Projetos de TIC desenvolvidos em 2015

Projeto	Descrição	Resultados esperados	Valor orçado	Valor despendido	Prazo de conclusão
Adequação do Sinal de Vídeo para os Painéis	Adequação da infraestrutura de geração do sinal de vídeo dos painéis e dos demais serviços prestados, realizando a transmissão do sinal integralmente em meio digital até sua exibição nos painéis.	Substituição das estações Plenário, já obsoletas, e melhora da qualidade do sinal que sai da estação Plenário, que passará a ser digital. Melhor visibilidade das informações nos painéis, maior resolução, redução de falhas, maior imunidade a interferências e economia de energia.	135.000,00	6.200,00	Concluído
Adequação dos Sistemas de TIC às Exigências do Ato da Mesa 25/2015	Adaptação de procedimentos e sistemas de informação para atender ao Ato da Mesa 25/2015 e à Portaria 206/2015, do 1º Secretário. O referido ato faculta ao deputado, mediante delegação, autorizar a servidor o acesso a sistemas de informação privativos do parlamentar. A portaria regulamenta o processo e elenca os sistemas delegáveis.	Conformidade dos sistemas de informação ao Ato da Mesa 25/2015.	Não previsto	Não se aplica	1/3/2016
Aperfeiçoamento do Modelo de Contratação de Fábrica de Software	Desenvolvimento de uma proposta de termo de referência para um novo modelo de contratação de fábrica de <i>software</i> , em consonância com as boas práticas do desenvolvimento de <i>software</i> e que aumente o ganho de escala no uso de fábrica de <i>software</i> . Este modelo também irá contemplar a sustentação de sistemas.	Melhor retorno em qualidade dos <i>software</i> produzidos, menor custo de gestão do contrato e aumento da capacidade de produção de sistemas pelo Cenin.	Não previsto	Não se aplica	3/11/2016
Aperfeiçoamento do Serviço de Provimento de Estações de Trabalho	Aperfeiçoamento do serviço de provimento de estações de trabalho e aquisição de equipamentos novos.	Aprimoramento do serviço de provimento das estações de trabalho, elaboração de proposta de norma que regulamente o serviço, e aquisição de equipamentos novos, com garantia de 4 anos.	2.500.000,00	2.081.778,05	Concluído
Aperfeiçoamento do Serviço de Provimento de Software de Prateleira	Elevação do nível de maturidade de gerenciamento de ativos de <i>software</i> (SAM) no Cenin, principalmente com relação ao suporte, aquisição, distribuição e controle de <i>software</i> de apoio.	Formalização e padronização dos trabalhos de gerenciamento de ativos de <i>software</i> , melhor aproveitamento dos recursos de <i>software</i> adquiridos e controlados pelo Cenin, e melhoria no atendimento das demandas dos clientes.	Não previsto	Não se aplica	31/12/2016
Aperfeiçoamento dos Serviços de Atendimento ao Usuário	Adoção de novo modelo para gestão de serviços de informática.	Melhorias em relação ao atual modelo; possibilidade de redução de custo em relação ao suporte expirado da atual ferramenta; melhorias em relação à atual ferramenta.	12.000.000,00	0,00	30/6/2017
Aquisição de Computadores Servidores	Aquisição e instalação de novos servidores computacionais.	Redução de custos, melhoria de performance dos sistemas, substituição das máquinas antigas sem manutenção, aumentando a disponibilidade.	5.120.000,00	789.762,00	Concluído
Aquisição de Ferramenta de Auditoria de Banco de Dados	Aquisição de ferramenta para fazer auditoria das transações de banco de dados – Solicitação da Secin.	Facilitamento da recuperação de informações e redução do tempo de pesquisa em casos de auditoria, e investigações; aumento da segurança dos aplicativos.	900.000,00	0,00	Concluído

Projeto	Descrição	Resultados esperados	Valor orçado	Valor despendido	Prazo de conclusão
Arquivo da Secom – Sistema para Gerenciamento de Demandas	Desenvolvimento de solução para a gestão de demandas de fotos da Coordenação de Conteúdo do Departamento de Mídias Integradas da Secom.	Extração de relatórios; formação de indicadores; uso racional da força de trabalho.	Não previsto	Não se aplica	Concluído
Atualização do Sistema MV de Prontuário Eletrônico (certificação digital)	Implantação da versão SoulMV para substituir o sistema MV2000 utilizado no Demed.	Maior eficiência no trabalho do Demed; maior estabilidade do sistema; facilidade para conseguir atualizações regulares do sistema; maior possibilidade de integração (PACS, certificação digital, etc).	320.000,00	0,00	14/6/2017
Automação de Processos Conle	Elaboração de um novo sistema informatizado destinado ao gerenciamento do fluxo de trabalhos da Consultoria Legislativa.	Necessidade de novas funcionalidades para um bom gerenciamento dos trabalhos na Consultoria Legislativa, tendo em vista que o atual sistema não suporta. O sistema de <i>workflow</i> da Consultoria Legislativa atualmente em funcionamento foi desenvolvido em plataforma fora de uso, manifestando certo engessamento quando de atualizações tecnológicas patrocinadas pela CD no parque de máquinas da Casa, comprometendo seu funcionamento.	Não previsto	Não se aplica	Concluído
Automação do Cefor	Aquisição e implantação de sistema de automação do Cefor.	Maior agilidade e efetividade do controle do Centro de Formação.	2.550.728,00	0,00	17/6/2016
Automação do Processo de Contas Anual	Sistema para subsidiar a elaboração do processo de contas dos ordenadores de despesas da Câmara dos Deputados.	Melhoria no controle de processo e na padronização do documento final, e diminuição dos riscos associados ao não cumprimento dos prazos normativos.	Não previsto	Não se aplica	13/7/2016
Automação do Processo Siga-me	Desenvolvimento de uma solução para automação das atividades previstas no processo de desenvolvimento de <i>software</i> Siga-me.	Maior facilidade na execução das atividades previstas no processo pelas equipes de desenvolvimento; aumento da adesão ao processo Siga-me; extração de indicadores de gestão do processo Siga-me de forma automatizada; apoio às atividades de melhoria contínua do processo; apoio às atividades de reuso do processo; estabelecimento de uma estrutura comum a ser utilizada pela Casa nos seus projetos de <i>software</i> .	Não previsto	Não se aplica	27/1/2017
Câmara Móvel	Oferta de acesso facilitado a conteúdos e serviços do portal da Câmara por meio dos diversos dispositivos móveis (<i>smartphones</i> , <i>tablets</i> e similares).	Atendimento à demanda por conteúdos e serviços adaptados para dispositivos móveis; aumento da interatividade; diversificação na oferta de serviços e funcionalidades que atraíam nova audiência.	Não previsto	Não se aplica	15/3/2016
Centro de Tecnologia Norte	Programa de infraestrutura e serviços.	Aprimoramento da infraestrutura e dos serviços de TIC; assegurar, em espaço físico adequado, a infraestrutura de tecnologia da informação necessária para a gestão estratégica e para o	Não previsto	Não se aplica	30/12/2021

Projeto	Descrição	Resultados esperados	Valor orçado	Valor despendido	Prazo de conclusão
		aprimoramento e desenvolvimento de novos serviços.			
Contratação de Serviço de Dados Abertos	Contratação de empresa para desenvolver, manter e prestar suporte aos usuários do serviço tecnológico de dados abertos da Câmara dos Deputados.	Viabilização de hospedagem do portal da Câmara em nuvem externa; aperfeiçoamento do acesso aos dados corporativos, organizando e otimizando as consultas às bases de dados; aperfeiçoamento da transparência de dados da Câmara, garantindo acesso automatizado mais robusto e seguro às bases de informações da Câmara dos Deputados.	Não previsto	Não se aplica	28/10/2016
Controle da Publicação de Gastos com Cartões do Governo Federal	Desenvolvimento de solução para possibilitar a classificação quanto ao sigilo dos lançamentos do Cartão de Pagamentos, bem como atualização da forma como tais informações são disponibilizadas no portal de Transparência da Câmara dos Deputados.	Divulgação adequada dos gastos com cartões de pagamento no portal de Transparência da Casa.	Não previsto	Não se aplica	Concluído
Controle das Contas Telefônicas	Aquisição de solução de <i>software</i> que permita uma comparação dos dados de tráfego de ligações telefônicas, gerados pelo PABX da Casa, com os dados fornecidos pelas prestadoras do serviço de telefonia, tendo em vista uma gestão sobre o serviço de telefonia e os seus custos.	Aprimoramento da fiscalização dos contratos referentes aos serviços de telefonia; controle mais efetivo da distribuição de linhas telefônicas; gestão das contas apresentadas pelas prestadoras dos serviços de telefonia; agilização da prestação dos serviços de telefonia por parte dos órgãos gestores dos serviços de telefonia da Casa; redução dos custos relativos às despesas telefônicas da Casa.	Não previsto	Não se aplica	30/6/2016
CotasGraf	Estudo para definição de solução para automação da gráfica, contemplando mapeamento e modelagem de processos, levantamento de soluções no mercado e possibilidade de desenvolvimento interno. O sistema de gestão de cotas gráficas deve permitir, por meio de interface em ambiente <i>web</i> , o controle das cotas parlamentares de serviços gráficos, a solicitação de serviços gráficos padronizados sujeitos a cota gráfica e a gestão dos serviços realizados nos postos de pronto atendimento.	Aperfeiçoamento do processo de solicitação de serviços gráficos, aprimoramento do controle e acompanhamento das cotas parlamentares para tais serviços, disponibilização de facilidades para o controle das autorizações de solicitação, e melhoria do controle dos serviços realizados nos postos de pronto atendimento.	Não previsto	Não se aplica	30/7/2017
CotasNet – Release 2	Implementação das novas demandas relativas ao CotasNet levantadas pelas áreas envolvidas.	Aprimoramento do processo de solicitação do reembolso de bilhete aéreo não utilizado junto às companhias aéreas; melhoria no controle das rotinas de restituição de documentos fiscais reembolsados no sistema; novas funcionalidades para cobrir as rotinas administrativas inerentes às despesas de telefonia; ajustes em relatórios e consultas; melhoria na transparência sobre os documentos fiscais reembolsados e posteriormente restituídos pelo deputado.	Não previsto	Não se aplica	30/3/2016
Definição de Arquitetura de	Definição e aquisição de arquitetura de virtualização de servidores.	Maior disponibilidade; implantação de processo de alta disponibilidade básico baseado na	800.000,00	0,00	Concluído

Projeto	Descrição	Resultados esperados	Valor orçado	Valor despendido	Prazo de conclusão
Virtualização de Servidores		virtualização; preparação de infraestrutura para crescimento de servidores virtuais.			
Distribuição de Gabinetes – Desenvolvimento de Solução de TI	Desenvolvimento de sistema informatizado para o controle de distribuição de gabinetes parlamentares no início das legislaturas e no decorrer delas, com a manutenção de histórico de ocupação e disseminação das informações inerentes ao processo.	Otimização dos procedimentos de destinação de gabinetes e simplificação do modo de comunicação de ocupação desses gabinetes aos órgãos que necessitam ter conhecimento das alterações.	Não previsto	Não se aplica	Concluído
eDoc – Versão 1	Provimento de solução para iniciar o processo de implantação gradativa do uso de documentos e processos totalmente eletrônicos, em substituição ao tradicional uso de papel na área administrativa da Câmara dos Deputados.	Modernização da tramitação de processos administrativos da Câmara dos Deputados. A solução, além de oferecer ganho de produtividade, simplifica, agiliza, controla e proporciona mais segurança aos processos administrativos, além de possibilitar a racionalização dos gastos com tinta e papel, reduzindo a utilização de recursos naturais.	390.000,00	121.083,12	23/3/2016
Estudo a Respeito de Security Information and Event Management (Siem)	Realização de estudo sobre produtos do tipo Security Information and Event Management (Siem).	Definição adequada do escopo de utilização de Siem pelas equipes da Coordenação de Infraestrutura; levantamento dos requisitos técnicos para instalação de uma solução de Siem; avaliação dos possíveis cenários para correlação de eventos; auxílio na estimativa da quantidade de eventos e consumo de espaço pelas logs.	Não previsto	Não se aplica	Concluído
Gerenciamento da Rede Legislativa de TV Digital	Utilização de um sistema que permita o acompanhamento de todo o processo de gestão da Rede Legislativa de TV Digital.	Apoio a todos os processos relativos à gestão da rede de TV digital, incluindo designação de canal, licenciamento, projeto de instalação, operação provisória, operação definitiva e pagamento.	Não previsto	Não se aplica	Concluído
Habit – Gabinetes	Maior eficiência aos processos de: 1) ocupação de imóveis funcionais pelos deputados, 2) pedidos de serviços de reparo e manutenção dos referidos imóveis, e 3) pedidos de auxílio moradia, permitindo, conforme o caso, que as solicitações sejam efetuadas diretamente pelos gabinetes parlamentares.	Gestão mais eficiente da demanda por imóveis; gestão mais eficiente dos pedidos de reparo e manutenção de imóveis funcionais; gestão mais eficiente dos pedidos de auxílio-moradia; Compartilhamento de informações sobre o andamento dos pedidos; economia de custos processuais e de tempo.	Não previsto	Não se aplica	Concluído
Implantação do Novo Sívris	Aquisição e implantação de solução para registro de visitantes à Casa.	Disponibilização de solução mais moderna de registro de visitantes para as portarias da Casa.	Não previsto	Não se aplica	30/6/2016
Implantação do Portal do Catálogo de Serviços de TIC	Construção de um catálogo de serviços de TI, uma aplicação que servirá como ponto central de acesso aos serviços de TIC e informações correlatas, como políticas de uso dos recursos de TI, suporte e segurança.	Apresentação, em um único e conveniente local, de todos os produtos e serviços que a TI oferece; organização dos serviços de forma que o usuário possa encontrá-los facilmente; disponibilização de instruções claras sobre como adquirir ou solicitar um produto ou serviço; disponibilização de informações sobre o que o usuário deve esperar do serviço, operando em circunstâncias normais; disponibilização de informações sobre o que fazer e	Não previsto	Não se aplica	1/3/2016

Projeto	Descrição	Resultados esperados	Valor orçado	Valor despendido	Prazo de conclusão
		quem contatar se o produto ou serviço não funcionar como esperado.			
Implantação dos Processos de Mudanças e Liberações de TIC	O projeto tem como objetivo implantar, no Centro de Informática da Câmara dos Deputados, processo de trabalho para gerenciar todas as mudanças que possam causar impacto nos serviços providos pelo Cenin. Prevê também a implantação do processo de liberação de serviços ou de infraestrutura de TI no ambiente de computação da Casa, definindo regras e documentações necessárias para o acompanhamento dessas liberações.	Alinhamento dos serviços de TI com as necessidades do negócio; melhoria na comunicação relativa às mudanças e liberações; serviços mais estáveis, com conseqüente aumento da produtividade dos usuários; melhor controle de riscos, reduzindo o tempo de inatividade do serviço devido a falhas; capacidade de retorno ao estado original, no caso de insucesso.	Não previsto	Não se aplica	Concluído
Infogab – Personalização, Integrações Corporativas, Gestão de Mensagens e Pleitos	Desenvolvimento de novas funcionalidades para o Infogab. Melhorias levantadas junto aos gabinetes com o apoio do Deapa. Demanda também da 2ª vice-presidência para integração legislativa.	Maior integração com informações corporativas, tais como proposições, agendas de Plenário e comissões, cotas para exercício de atividade parlamentar e catálogo de autoridades, por exemplo; personalização dos termos utilizados na aplicação com a finalidade de facilitar o seu uso pelos clientes que adotaram a solução; maior controle e informações sobre as atividades associadas às demandas registradas no sistema.	Não previsto	Não se aplica	Concluído
Integração de Informações de Parlamentares – Módulo Movimentação Parlamentar e Organização Partidária	Desenvolvimento de novo sistema corporativo para gestão de dados dos parlamentares, integrando as bases hoje existentes.		Não previsto	Não se aplica	29/2/2016
Integração de Informações de Parlamentares – Módulo Posse, Cadastro e Movimentação – Desenvolvimento de Solução de TI	Desenvolvimento de novo sistema corporativo para gestão de dados dos parlamentares, integrando as bases hoje existentes.		Não previsto	Não se aplica	Concluído
Interligação das Unidades Remotas à Rede Câmara	Interconexão das unidades remotas da Câmara dos Deputados à Rede Câmara.	Alta velocidade de conexão; baixa latência na comunicação de dados; alta disponibilidade; alta confiabilidade; segurança das informações trafegadas.	Não previsto	Não se aplica	1/9/2016
Interligação entre o Termo de Referência Eletrônico e o Siorc	Implementação da integração entre o termo de referência do sistema Sigmas com a respectiva previsão orçamentária constante no sistema Siorc.	Melhoria no processo de planejamento em relação aos recursos orçamentários; eliminação de procedimentos burocráticos, como a interligação <i>a posteriori</i> entre os documentos emitidos no Siafi (pré-empenhos e notas de empenho) e os itens de	Não previsto	Não se aplica	30/11/2016

Projeto	Descrição	Resultados esperados	Valor orçado	Valor despendido	Prazo de conclusão
		programação respectivos.			
Mapa Corporativo de Papéis e Responsabilidades sobre Serviços de TIC e Informação	Elaborar e implantar mapa corporativo de papéis e responsabilidades sobre serviços de TIC e informação.	Aprimoramento dos processos de provimento de soluções de TIC; clareza para os gestores, colaboradores e unidades administrativas acerca das responsabilidades que lhes são atribuídas em relação a serviços, sistemas e informações.	Não previsto	Não se aplica	18/2/2016
Melhoria na Edição de Conteúdo e no Sistema de Busca do Notícias da Casa	Melhoria da edição de conteúdo e a busca de notícias da Casa no portal CamaraNet.	Oferecimento ao público leitor de um produto mais bem acabado, com mais eficiência na divulgação das notícias institucionais, o que interessa não apenas aos servidores, mas aos diferentes setores da Casa. A oferta de um sistema de busca fácil e que atenda às expectativas do usuário, por sua vez, é uma forma de ampliar o alcance das informações divulgadas.	Não previsto	Não se aplica	8/6/2016
Migração do Sistema de Passaporte (Pasdep)	Migração do atual sistema de passaportes, obsoleto, contemplando-se nova plataforma homologada pelo Centro de Informática da Câmara dos Deputados.	Dificuldades de manutenção e de uso em função da obsolescência serão resolvidas. Possibilitará a construção de novas funcionalidades demandadas pelos usuários, as quais deverão ser encaminhadas após essa migração.	Não previsto	Não se aplica	31/5/2016
Modelagem e Implantação do Processo de Gestão Orçamentária do Cenin	O objetivo do projeto é disciplinar as ações inerentes à gestão do orçamento anual e plurianual do Centro de Informática. Busca-se também que as informações sejam disponibilizadas em tempo hábil para tratar alterações em estimativas de despesas durante o trâmite de processos de aquisição oriundos do Cenin.	Precisão e transparência na gestão orçamentária; controle mais efetivo sobre a autorização das despesas realizadas pelo Cenin; agilidade no processo de planejamento e execução orçamentária e nas contratações realizadas.	Não previsto	Não se aplica	29/2/2016
Modernização da Pesquisa e da Interface com o Usuário do Banco de Discursos da Câmara dos Deputados	Melhorias no aplicativo de busca de discursos do portal da Câmara, para permitir maior flexibilidade e desempenho na pesquisa de discursos do portal, além da modernização de sua interface com o usuário.	Melhor desempenho com a migração para a plataforma Fast; aperfeiçoamento da interface com o usuário, utilizando padrões <i>web</i> atuais, visando a melhoria na experiência de uso do aplicativo.	Não previsto	Não se aplica	3/6/2016
Modernização da rede sem fio da Câmara dos Deputados	Modernização e expansão da rede sem fio da Câmara dos Deputados, provendo recursos de conectividade necessários para os diversos serviços informatizados previstos no planejamento estratégico da Casa.	Melhoria do nível do sinal da rede Wi-Fi; melhoria na cobertura do sinal Wi-Fi; maior agilidade nos trabalhos da Câmara dos Deputados; melhoria das comunicações na Casa.	550.000,00	425.200,00	4/2/2016
Modernização do Correio Eletrônico	Estudo e contratação de solução para <i>upgrade</i> no correio eletrônico.	Estabilidade do ambiente, suporte, novas funcionalidades, uso de disco otimizado, maior disponibilidade.	2.500.000,00	153.445,00	Concluído
Modernização do Site Orçamento Brasil	Mapeamento das necessidades de melhoria do <i>site</i> Orçamento Brasil, no tocante à usabilidade, facilidade de acesso às informações, maior quantidade e qualidade das informações disponíveis, proporcionando um salto qualitativo da área Orçamento Brasil no portal da Câmara dos Deputados.	Acesso mais fácil e rápido às informações e um visual mais amigável ao público (interno e externo).	Não previsto	Não se aplica	Concluído
Nova Contratação –	Elaboração de projeto básico para contratação de nova empresa	Continuidade dos serviços de transmissão de vídeo	1.800.000,00	0,00	Concluído

Projeto	Descrição	Resultados esperados	Valor orçado	Valor despendido	Prazo de conclusão
WebCamara 2.0	para prestar os serviços de transmissão de áudio e vídeo pela internet.	via internet; possibilidade de transmissão em novos formatos; aumento de qualidade.			
Nova Interface de Pesquisa e Geração de Relatórios do CotasNet	Oferecimento de uma solução para recuperar e disseminar os dados das despesas relativas ao uso da Cota para exercício da atividade parlamentar (Ceap).	Agilidade, rapidez e flexibilidade na pesquisa; racionalização de recursos; redução da quantidade de requerimentos de acesso à informação relacionada ao uso da Ceap; ampliação da transparência dos gastos da Ceap; conformidade com a Lei de Acesso à Informação.	Não previsto	Não se aplica	30/3/2016
Nova Página de Pesquisa de Proposições – Desenvolvimento de Solução de TIC	Unificação dos mecanismos de pesquisa de proposições na intranet e na internet da Câmara dos Deputados, dotando a pesquisa de algumas das ferramentas atualmente disponíveis apenas no Sistema de Acompanhamento Legislativo (Sileg). Além disso, definição e validação dos novos parâmetros de pesquisa para a obtenção de uma busca mais precisa e eficaz, com apresentação mais intuitiva ao usuário.	Maior agilidade na pesquisa de proposições legislativas na internet e na intranet da Câmara dos Deputados; qualidade e confiabilidade nos dados retornados pelas pesquisas efetuadas.	Não previsto	Não se aplica	Concluído
Painel de Dados Eleitorais	Construção de painéis que possibilitem aos usuários da Câmara dos Deputados e da sociedade acesso facilitado a dados eleitorais e informações consolidadas quanto às votações, despesas, receitas e bens dos candidatos, com a possibilidade de cruzamentos de variáveis e construção de modelos que permitam analisar o processo eleitoral.	Acesso com maior clareza e tempestividade a dados tratados e consolidados sobre eleições, bem como a elaboração de modelos de análise estatística; maior facilidade para a produção de estudos e proposições a respeito do processo eleitoral e o assessoramento das comissões; possibilidade de cruzamento com outras bases de dados consolidadas.	Não previsto	Não se aplica	31/12/2016
Painel de Indicadores de Gestão do Cenin	Maior conhecimento do resultado das ações do Centro de Informática por meio da implantação de um modelo de gestão alçado em metas associadas às diretrizes desse centro, do Comitê de Estratégia de TIC da Câmara dos Deputados.	Aumento do conhecimento sobre resultado das ações em diversos níveis de trabalho; facilidade de identificação dos focos que merecem maior atenção; aperfeiçoamento da percepção das causas e efeitos entre ações e resultados; redução da subjetividade nos critérios estabelecidos para avaliar recursos e resultados; mensuração de desempenho nas diversas dimensões de atuação; aumento da transparência do resultado das ações do Centro de Informática.	Não previsto	Não se aplica	30/12/2016
Plano Estratégico de TIC	Provimento à Câmara dos Deputados de melhores condições de se posicionar em um patamar mais elevado no alcance de sua visão estratégica dentro do quadriênio 2014-2017.	Alinhamento das diretrizes e ações de TIC às diretrizes da alta administração; aumento da probabilidade de sucesso nas diretrizes estratégicas da Casa; mecanismo de planejamento e acompanhamento do desempenho das ações da Casa que dependem da TIC; melhor uso dos recursos disponíveis nas ações envolvendo a TIC.	Não previsto	Não se aplica	Concluído
Reformulação dos Totens de Visitação	Atualização do sistema dos totens de atendimento aos visitantes, permitindo acesso facilitado a conteúdos do portal da Câmara, como agenda do Plenário e comissões, principais serviços e	Aprimoramento do relacionamento com o público visitante do Congresso Nacional; Maior facilidade no acesso a informações gerais	Não previsto	Não se aplica	Concluído

Projeto	Descrição	Resultados esperados	Valor orçado	Valor despendido	Prazo de conclusão
	programação de eventos.	sobre a Câmara dos Deputados.			
Serviços Móveis para Gabinetes Parlamentares	Incrementação da oferta de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) móveis aos gabinetes parlamentares e aos deputados federais.	Oferta de serviços de TIC móveis, seguros, disponíveis e parametrizáveis aos deputados e seus gabinetes, resultando em melhores condições de trabalho. Plataforma para elaboração de novas soluções móveis de TIC a partir da infraestrutura implantada, de acordo com as necessidades da atuação parlamentar.	Não previsto	Não se aplica	2/6/2016
Sistema de Armazenamento Consolidado – <i>Storage</i>	Aquisição e implantação de nova solução para ampliação do armazenamento consolidado (<i>storage</i>).	Aumento da área de armazenamento, possibilitando a implantação de novos projetos, tais como: ECM, digitalização do acervo, etc.	Não previsto	5.650.514,96	Concluído
Sistema de Controle de Débitos – Versão 2.0	Atualização do Sistema de Controle de Débitos (Sicod).	Maior segurança, controle e confiabilidade dos cálculos e procedimentos de cobrança administrativa; melhor facilidade no uso do sistema (usabilidade); garantia de ressarcimento de valores devidos corretos ao erário.	Não previsto	Não se aplica	17/8/2016
Sistema de Eleição, Presença e Votação nas Comissões	Sistema eletrônico de registro e verificação de presença de parlamentares nas reuniões das comissões em substituição ao livro de presença. Sistema eletrônico do registro de votação e verificação de votação nas reuniões das comissões em substituição à votação e verificação manual.	Maior agilidade ao processo de presença e votação nas comissões; disponibilizar para os parlamentares, assessores e cidadãos uma nova forma de acompanhamento das votações nas comissões; disponibilização automática de informação sobre a condição do parlamentar como membro da comissão durante o registro de presença e de votação; integralização das informações de frequência e votação no sistema Sileg.	Não previsto	Não se aplica	Concluído
Sistema de Gestão de Relacionamento	Provimento de solução de tecnologia da informação para suporte à gestão do relacionamento com os públicos internos e externos.	Viabilização do cumprimento das exigências da Lei de Acesso a Informação; viabilização do gerenciamento das demandas externas e internas, em conformidade com as determinações do Ato da Mesa 58/2013; permissão da geração de indicadores que viabilizem a construção do perfil do público que interage com a Câmara, facilitando o processo decisório de iniciativas pertinentes; monitoramento do esforço dispendido e os recursos envolvidos na interação com a sociedade e público interno.	3.850.000,00	328.410,5	4/4/2016
Sistema de Ponto Eletrônico	Desenvolvimento de um sistema que permita aos servidores, aos chefes e aos gestores desempenharem as atividades e obrigações relativas ao ponto eletrônico, nos termos definidos no Ato da Mesa 24/2015, e nas suas regulamentações.	Sistema que possibilitará o registro dos eventos previstos no Ato da Mesa 24/2015, que dispõe sobre as regras gerais para o registro e apuração das horas trabalhadas pelos servidores da Casa. Deverá permitir ainda a integração com o Sigesp-CD, para	Não previsto	Não se aplica	Concluído

Projeto	Descrição	Resultados esperados	Valor orçado	Valor despendido	Prazo de conclusão
		que a geração da folha de pagamento leve em conta os registros realizados.			
Sistema Habit – Módulo Manutenção de Edificações	Desenvolvimento do módulo Manutenção de Edificações do Sistema de Habitação (Habit), cujas informações possam ser compartilhadas pelas diversas unidades envolvidas.	Gestão mais eficiente das informações habitacionais da Câmara dos Deputados; simplificação dos procedimentos administrativos relativos à atualização de dados sobre habitação; facilidade de compartilhamento de dados entre os diversos usuários que necessitam de informações sobre o sistema de habitação da Câmara dos Deputados; gestão dos processos administrativos de obras, reparos e reformas das instalações prediais e unidades residenciais; rastreamento das solicitações de serviços de obras, reparos e reformas.	Não previsto	Não se aplica	13/2/2018
Sistema para Controle de Microfone nos Plenários do Decom	Implantação de sistema para controle de microfones nos plenários de comissões.	Mais imparcialidade e rigor ao tempo de fala dos oradores e, conseqüentemente, melhor aproveitamento do tempo da reunião.	Não previsto	Não se aplica	26/2/2016
Site de Participação Popular	Criação de um conjunto de páginas no portal da Câmara dos Deputados com conteúdos, serviços e ferramentas de participação popular.	Melhor captação dos anseios da sociedade; maior divulgação dos trabalhos legislativos; maior interação qualificada do cidadão; melhora na imagem institucional.	Não previsto	Não se aplica	Concluído
Software Gerador da Dirf	Criação de um sistema informatizado para subsidiar a elaboração da Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte (Dirf) no que se refere às informações das pessoas jurídicas e físicas não assalariadas.	Mais agilidade no procedimento de preparação da Dirf; redução da complexidade do processo de manipulação das informações do Siafi; difusão do conhecimento entre os servidores do setor envolvido; redução do risco de aplicação de multas à Câmara dos Deputados por descumprimento de obrigação tributária.	Não previsto	Não se aplica	17/5/2016

Fonte: Centro de Informática.

Quadro A3 – Principais sistemas de TIC da Câmara dos Deputados

Nome do serviço	Descrição	Principais funcionalidades	Nome do gestor	Papel do gestor
Banco de imagens	Base de dados de fotografias referentes às atividades parlamentares do dia, em formato com alta e média resolução.	O Banco de Imagens contém fotos de autoria da Secom que podem ser utilizadas pela sociedade com a devida citação da fonte. Permite pesquisa de imagens por palavra-chave e por faixa de datas.	Fabricio Rocha de Sousa	Gestor de negócio
			Tadeu Cariolano dos Santos	Gestor técnico
Biblioteca Digital	A Biblioteca Digital publica o acervo eletrônico da biblioteca da Câmara dos Deputados, incluindo livros, documentos, estudos, artigos, notas técnicas e produção acadêmica. O acervo eletrônico possui atualmente mais de três mil itens. A Biblioteca Digital permite que o título seja lido na tela do computador e também possibilita a impressão ou a cópia do documento digital.	Consulta ao acervo por coleção, data, autor, título ou assunto; visualização do documento na tela do computador; impressão do texto; cópia eletrônica do texto no formato PDF.	Bruno Marques Bento	Gestor técnico
			Janice de Oliveira e Silva Silveira	Gestor de negócio
Cadastro e pesquisa de publicações	O sistema permite o cadastramento e pesquisa de documentos PDF que representem publicações de diários e anais da Câmara dos Deputados.	Cadastro e pesquisa de publicações.	Ernesto Carlos Bodê	Gestor de negócio
			Fernando Lima Torres	Gestor técnico
Controle de gastos em eventos	Gestão das informações de gastos relativos a viagens, eventos e treinamentos, tais como hospedagem, diárias, inscrições e passagens aéreas; registro de gastos para reembolso; controle de multas e taxas em caso de cancelamento do benefício; armazenamento de relatório de viagem; relatórios estatísticos e demonstrativos de gastos.	Registro de gastos com hospedagem, diárias, inscrições e passagens aéreas; registro de gastos para reembolso; controle de multas e taxas em caso de cancelamento do benefício; armazenamento de relatório de viagem; relatórios estatísticos e demonstrativos de gastos.	Andre de Albuquerque Atrock	Gestor técnico
			Christina Lima Campos Estelita Lins	Gestor de negócio
			Ivanilde de Sousa Santos	Gestor de negócio
			Joao Marcos Coutinho Oliveira	Gestor de negócio
			Jose Bemfica de Deus	Gestor de negócio
			Rubens Foizer Filho	Gestor de negócio
Correio eletrônico corporativo	Serviço que provê a infraestrutura necessária para uso do correio eletrônico: administração de caixas postais, envio, recebimento e armazenamento de mensagens eletrônicas utilizando estações de trabalho na intranet e internet da Câmara dos Deputados.	Envio, armazenamento, recebimento, filtragem de antivírus e anti-spam de mensagens eletrônicas.	Andre de Albuquerque Atrock	Gestor técnico
			Bruno Campelo Lopes dos Santos	Gestor técnico
			Christina Lima Campos Estelita Lins	Gestor de negócio
			Ivanilde de Sousa Santos	Gestor de negócio
			Joao Marcos Coutinho Oliveira	Gestor de negócio
			João Portela de Medeiros	Gestor de negócio
			Jose Bemfica de Deus	Gestor de negócio
			Rubens Foizer Filho	Gestor de negócio
DW políticas públicas (Ipea)	DW sobre informações de políticas públicas oriundos de fonte macroeconômica, regional e social do Ipeadata.	Disponibilizar a bases de dados Ipeadata para que os consultores possam gerar relatórios que respondam com mais rapidez as solicitações feitas pela Conle.	Fernando Henrique dos Santos e Silva	Gestor técnico
			Márcio Freire Teixeira	Gestor técnico
			Marcos Pineschi Teixeira	Gestor de negócio

Nome do serviço	Descrição	Principais funcionalidades	Nome do gestor	Papel do gestor
DW políticas públicas (Pnad)	DW que obtém informações anuais sobre características demográficas e socioeconômicas da população, como sexo, idade, educação, trabalho e rendimento, e características dos domicílios, e, com periodicidade variável, informações sobre migração, fecundidade, entre outras, tendo como unidade de coleta os domicílios. Temas específicos abrangendo aspectos demográficos, sociais e econômicos também são investigados.	Provisão de bases de dados Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) para que os consultores possam gerar relatórios que respondam com mais rapidez as solicitações feitas pela Conle.	Fernando Henrique dos Santos e Silva	Gestor técnico
			Marcos Pineschi Teixeira	Gestor de negócio
			Thiago Alexandre Melo Matheus	Gestor técnico
DW RH	DW sobre informações da área de Recursos Humanos: pessoais, funcionais e financeiras do sistema de RH.	Informações gerenciais e analíticas sobre: cadastro de servidores efetivos e comissionados; ocupação atual de cargos efetivos, comissionados, funções comissionadas; histórico de afastamentos de servidores efetivos, comissionados.	Alex Moura Pimentel	Gestor de negócio
			Carlos Armando da Silva	Gestor de negócio
			Fernando Henrique dos Santos e Silva	Gestor técnico
			José Augusto Pinto	Gestor de negócio
			Marcus Vinicius Chevitarese Alves	Gestor técnico
			Milton Pereira da Silva Filho	Gestor de negócio
			Valmir Ribeiro de Carvalho	Gestor técnico
			William Davidson Santos	Gestor de negócio
			Douglas Aurelio Marques	Gestor técnico
			Gabriel Mendonça Tufenkjian	Gestor de negócio
Elaboração e revisão do plano plurianual	Gestão e automação do processo de elaboração do relatório do processo de apreciação dos projetos de lei do Plano Plurianual de Orçamento e suas revisões anuais.	Cadastro de emendas ao PPA (Plano Plurianual); pareceres às emendas; emissão de relatórios; e geração de planilhas no formato MS-Excel.	André Felipe Matos de Carvalho	Gestor técnico
			Gabriel Mendonça Tufenkjian	Gestor de negócio
			Ricardo Alberto Volpe	Gestor de negócio
			Simone Gracy de Medeiros Matos	Gestor técnico
			Luiz de Sousa Neto	Gestor de negócio
			Marcelo da Silva Coelho	Gestor técnico
			Marcos Abdo Raposo	Gestor técnico
			Tiago Merheb Gonçalves Andrade	Gestor técnico
Gerenciamento de serviços de TI	Ambiente de gerenciamento dos serviços de TI. Em relação a incidentes possibilita o registro de falhas e requisições de serviço dos usuários do Centro de Informática, visando a rápida restauração dos serviços de acordo com a priorização definida. Em relação a configurações, gerencia o banco de dados de configuração do Cenin. Em relação a Liberações, permite o registro das mesmas, incluindo a rotina de autorização.	Automação da Central de Serviços; histórico do ciclo de vida do incidente gerenciamento de configuração; gerenciamento de liberação; acompanhamento dos SLAs de cada incidente; notificação às equipes de eventos importantes; priorização dos incidentes; pesquisar incidentes; consultar incidentes; consultar atribuições; registrar incidentes; registrar	Jairo Coutinho de Oliveira	Gestor técnico
			Liana Kresch Borba	Gestor de negócio
			Rafael Campos Coimbra	Gestor de negócio
			Samuel Diniz Casimiro	Gestor técnico

Nome do serviço	Descrição	Principais funcionalidades	Nome do gestor	Papel do gestor
		atribuições; aceitar e resolver atribuições; repassar atribuições; alterar incidentes; resolver incidentes; encerrar incidentes; clonar incidentes; e acompanhar incidentes.		
Gestão de Material e Patrimônio	Gestão das aquisições e contratações de produtos e serviços. Possui diversos módulos para gestão de aquisições, contratos, autorização e liquidação de despesa, fornecedores, patrimônio, almoxarifado, catálogo de material e serviço.	Autorização de despesa; gestão do cadastro de fornecedores; gestão do catálogo de materiais e serviços; gestão de contratos; especificação de itens para aquisição e/ou contratação; finanças: classificação orçamentária das aquisições e vinculação de notas de empenho; licitação: gerenciamento do processo de aquisição e contratação; liquidação: gestão do processo de liquidação das notas fiscais e faturas; patrimônio: gestão dos bens patrimoniais; almoxarifado: controle de estoque de material de consumo; recebimento de material e serviço: gestão do recebimento de bens e serviços; registro de Preços: gestão de contratação por registro de preços; e geração de consultas e emissão de relatórios gerenciais.	Abdoral Gomes	Gestor de negócio
			Anne Martins de Paula	Gestor de negócio
			Augusto Marcello Pinto Barbosa	Gestor de negócio
			Bruno Barros Tavares	Gestor de negócio
			Carlos Eduardo Converso Augusto	Gestor técnico
			Daniel Gonçalves do Amaral Filho	Gestor de negócio
			Eduardo Oliveira Timbó	Gestor técnico
			Eva Cristina da Silva	Gestor de negócio
			Fernando Pereira Viana	Gestor de negócio
			Flávio Araújo Gomes	Gestor de negócio
			Francisco De Assis Pinheiro Marques	Gestor de negócio
			Frederico Augusto Janzon Moreno	Gestor de negócio
			Henrique Cintra Ribeiro	Gestor de negócio
			Henrique Yoshimi Hamano	Gestor de negócio
			Heron Carley Dias Custódio	Gestor de negócio
			José Benedito Schneider	Gestor de negócio
			Jose Silverio de Castro	Gestor de negócio
			Katia Cristina Moraes Westin	Gestor de negócio
			Leirton Saraiva de Castro	Gestor técnico
			Liliana de Moura Brito	Gestor técnico
			Lucas Batista de Mello	Gestor de negócio
			Luciane Rodrigues de Paiva Ferreira	Gestor de negócio
			Manoelisa Brito de Melo Pontes Cunha	Gestor de negócio
			Marcelo de Carvalho	Gestor de negócio
			Marcio Arruda de Freitas	Gestor de negócio
			Maria de Fatima Passos Nunes	Gestor de negócio
			Mario Ronnie Gonçalves da Silva	Gestor de negócio
			Nélio Cezar Souza Soriano	Gestor de negócio
			Patriolino Augusto Leite	Gestor de negócio
			Rafael Almeida Rocha Miranda	Gestor de negócio
Reinaldo Hirofumi Sekido	Gestor de negócio			
Renato Ribeiro Fenili	Gestor de negócio			
Silvana Lobão Melo Raulino	Gestor de negócio			
Silvana Lobão Melo Raulino	Gestor de negócio			

Nome do serviço	Descrição	Principais funcionalidades	Nome do gestor	Papel do gestor
			Tenisson Chaves dos Santos Júnior	Gestor técnico
			Terezinha Gomes Nogueira Tavares	Gestor de negócio
			Veronica Alves de Carvalho	Gestor de negócio
Jornal da Câmara	Serviço de publicação na internet das notícias veiculas na versão impressa do Jornal da Câmara. As notícias são mostradas em formato HTML, e a íntegra do jornal é disponibilizada em versão PDF.	Edição do dia; pesquisa de edições; e manutenção de notícias.	Rosalva Nunes da Rosa	Gestor de negócio
			Tadeu Cariolano dos Santos	Gestor técnico
Pauta eletrônica	Permite o acesso a informações, por meio eletrônico, pauta do dia, propostas em discussão, emendas e votos apresentados, e ao que ocorre nas comissões. Além de agilizar o acesso às informações em cada reunião, economiza no número de impressões e reduz o impacto ambiental das atividades da Câmara dos Deputados.	Ordem do Dia do Plenário e das comissões; íntegras das proposições, pareceres e outros documentos do processo legislativo; informações de reuniões anteriores; vídeos em tempo real do plenário CD e plenários das comissões; informações de deputados, composição das comissões e líderes; e legislação interna e federal.	Bruno Campelo Lopes dos Santos	Gestor técnico
			Eduardo Antonio Mello Freitas	Gestor técnico
			Fernando Lima Torres	Gestor técnico
			Marco Aurelio Martins de Castilho	Gestor técnico
			Sebastião Silva Magalhães Júnior	Gestor técnico
			Silvio Avelino da Silva	Gestor de negócio
Portal – viagens em missão oficial	O objetivo do serviço é registrar e publicar informações sobre viagens de deputados e servidores custeadas pela Câmara dos Deputados. Para cada viagem realizada, os participantes devem relatar os valores recebidos para custeio, e publicar um relatório descrevendo as atividades realizadas. Uma vez autorizada a viagem, deputados e servidores são notificados por <i>e-mail</i> e informados sobre a necessidade de publicar o relatório em até 15 dias após o retorno. No portal da Câmara, na área de Transparência, o cidadão pode consultar todas as viagens custeadas pela Câmara dos Deputados que foram realizadas por cada parlamentar e servidor da Casa, com seus respectivos relatórios descrevendo a finalidade da viagem e os resultados obtidos.	O módulo de pesquisa, disponível no portal da internet, permite consultar as viagens, informando nome e período. São exibidos destino, data da viagem, assunto, relação dos participantes e relatório da viagem. O módulo gestor permite o gerenciamento das informações cadastradas pela Diretoria-Geral e contém uma funcionalidade para o parlamentar ou o servidor enviarem o relatório.	Juliana Aguiar de Carvalho Paiva	Gestor de negócio
			Luiz Reginaldo Almeida Fleury Curado	Gestor técnico
Portal – WebCâmara	O WebCâmara tem por objetivo dar mais transparência ao processo legislativo da Câmara dos Deputados, por meio da transmissão, pela internet, dos vídeos de todos os eventos oficiais do Plenário, das 16 salas de reunião das comissões e do auditório da Câmara dos Deputados. Implantado no final de 2009, o serviço tem boa audiência no portal da Câmara e tem gerado impactos importantes nas reuniões das comissões, com	Permite consultar dados dos eventos previstos, em andamento e realizados. A página de exibição do vídeo mostra algumas informações sobre o evento e a transmissão ao vivo. No caso das sessões do Plenário da Câmara, que geralmente se estendem por várias horas, pode-se assistir à gravação desde o início da reunião. Também é possível ver apenas um trecho da sessão. Os vídeos dos eventos	Carlos Henrique Gouveia Araujo	Gestor técnico
			Silvio de Paula Borges	Gestor de negócio

Nome do serviço	Descrição	Principais funcionalidades	Nome do gestor	Papel do gestor
	maior visibilidade e consequente aumento da participação parlamentar e popular nas fases do processo legislativo que antecedem a apreciação das proposições pelo Plenário da Casa.	também podem ser acessados por meio de <i>links</i> encontrados em outras áreas do portal institucional, tais como Plenário, Agenda Legislativa e páginas das comissões, de forma a facilitar o acesso por diferentes perfis de usuários.		
Portal CamaraNet	O CamaraNet é o portal corporativo da Câmara dos Deputados. Oferece serviços e informações em formato <i>web</i> para servidores e colaboradores da Casa, com o objetivo de favorecer a comunicação interna, o trabalho colaborativo e a disseminação do conhecimento.	Acesso a notícias, serviços, pessoais, documentos, mídias e ferramentas de colaboração como fóruns, wiki e enquetes.	Carlos Jaques Oliveira Barros	Gestor técnico
			William França Cordeiro	Gestor de negócio
Portal da Câmara dos Deputados	Portal institucional da Câmara dos Deputados disponível na internet que reúne dados, informações, conteúdos e serviços com a finalidade de divulgar as atividades legislativas, administrativas, educacionais e culturais da Casa; promover a transparência e a prestação de contas à sociedade e oferecer mecanismos de manifestação e participação do cidadão por meio de plataformas multilaterais de interação.	Edição da <i>Home</i> Principal; edição de <i>Home</i> Interna; gestão de conteúdos institucionais; informações sobre funcionamento e estrutura da Câmara em geral, deputados, atividade legislativa, orçamento, licitações e contratos, transparência, documentos e pesquisa, comunicação institucional, programas institucionais e participação popular; e Fale Conosco, Fale com a Ouvidoria e Fale com o Deputado.	Carlos Jaques Oliveira Barros	Gestor técnico
			William França Cordeiro	Gestor de negócio
Portal e-Democracia	O e-Democracia é um espaço público, virtual e interativo, que tem como objetivo promover a participação colaborativa de cidadãos no processo de elaboração de leis de interesse nacional. Ele é composto por comunidades virtuais temáticas, com acesso restrito aos seus integrantes; e pelo Espaço Cidadão, onde a participação é livre para todos que tiverem interesse de opinar sobre proposições em discussão na Câmara dos Deputados. Foi criado com objetivo de coletar ideias que possam gerar propostas legislativas, compartilhar conhecimento e lições aprendidas; construir propostas de textos legislativos; promover pesquisa de opinião; e interagir com redes sociais.	O portal oferece aos participantes: fóruns temáticos; biblioteca virtual; sala de bate-papo (<i>chat</i>); enquetes; notícias e eventos; e Wikilegis – forma colaborativa de construir propostas de projetos de lei.	Cristiano Ferri Soares de Faria	Gestor de negócio
			Fábio Mesquita Póvoa	Gestor técnico
Presença parlamentar na casa	Serviço de registro e consulta de presença, visual e eletrônica, dos deputados em exercício na Casa.	Registro e consulta de presença dos deputados em exercício na Casa.	Eduardo Antonio Mello Freitas	Gestor técnico
			Leonardo de Paula e Silva	Gestor de negócio
Serviço autoatendimento	Serviço que permite aos cidadãos acesso facilitado a informações da Câmara através de dispositivos móveis (celulares e <i>tablets</i>), como pesquisa de	Informações sobre visitação, localização (Onde Estou), Agenda da Câmara.	Deborah da Silva Achcar	Gestor de negócio
			Fábio Mesquita Póvoa	Gestor técnico
			Victor Bortone Ramos Ribeiro	Gestor técnico

Nome do serviço	Descrição	Principais funcionalidades	Nome do gestor	Papel do gestor
	deputados, localização e agenda.			
Sistema de apoio aos registros taquigráficos	O Sitaq é o sistema responsável pelo registro dos apanhamentos taquigráficos em Plenário e nas comissões. O sistema faz a gestão da escala dos taquígrafos e revisores e reúne os textos taquigrafados para revisão e publicação. Com base no Sitaq, são publicados na internet os discursos proferidos e as notas taquigráficas. O sistema é integrado ao SisAudio, permitindo ao taquígrafo a consulta do áudio digital gravado das sessões plenárias e das reuniões de comissão.	Escala de trabalho dos taquígrafos e revisores; registro das notas taquigráficas; e consulta de discursos por data, autor, partido, fase da sessão.	Daisy Leão Coelho	Gestor de negócio
			Robson Marcelo Castelo Branco Barros	Gestor técnico
			Gilvan Figueiredo e Silva	Gestor de negócio
			Guilherme Mantovani Oliveira	Gestor técnico
			Luciano Luis Dias	Gestor técnico
			Viviane Sisse Oliveira de Deus	Gestor de negócio
Sistema de comissão parlamentar de inquérito	Permite a indexação dos documentos gerados e recebidos pelas CPIs, para controle de providências e respostas a requerimentos. Permite ainda a emissão de relatórios de controle e Guia de Transferência.	Registro de abertura de CPIs; indexação de requerimentos e documentos; pesquisa de documentos por expressão regular; emissão de relatórios; emissão da guia de transferência; e estabelecimento de relações (providência/resposta) entre documentos e requerimentos.	Antonio Carlos Barbosa	Gestor de negócio
			Fernando Lima Torres	Gestor técnico
			Roseline da Silva Coelho	Gestor técnico
Sistema de controle de cotas	O Sistema de Cotas tem como principal finalidade controlar a utilização de serviços por parte de uma entidade solicitante, os quais podem ser ou não custeados por uma determinada cota. O presente sistema encontra sua base de apoio legal no Ato da Mesa 43/2009.	O serviço de custeio de despesa postal para parlamentar; o serviço de custeio de despesa postal para órgão da Casa; o serviço de custeio de transporte aéreo para parlamentar; e o serviço de custeio de reembolso de despesa parlamentar.	Adailton Antonio da Silva	Gestor de negócio
			Andre de Albuquerque Atrock	Gestor técnico
			Luiza Alves de Lima dos Santos	Gestor de negócio
			Maria Marta Luiz de Oliveira	Gestor de negócio
			Roberlan Tavares Costa	Gestor de negócio
Sistema de controle de destaques à LOA	Implementa o controle de todos os passos e mudança de situação de uma solicitação de destaque à Lei Orçamentária Anual (LOA). É constituído de dois módulos: Solicitante e Trâmite. No primeiro, os parlamentares cadastram e apresentam os destaques. No segundo, os consultores avaliam os destaques e a CMO cadastra os pareceres aos destaques.	Cadastramento, impressão de formulário e acompanhamento do trâmite de destaques.	André Felipe Matos de Carvalho	Gestor técnico
			André Felipe Matos de Carvalho	Gestor técnico
			Gabriel Mendonça Tufenkjian	Gestor de negócio
			Ricardo Alberto Volpe	Gestor de negócio
			Simone Gracy de Medeiros Matos	Gestor técnico
			Andre de Albuquerque Atrock	Gestor técnico
			Luiza Alves de Lima dos Santos	Gestor de negócio
			Maria Marta Luiz de Oliveira	Gestor de negócio
			Roberlan Tavares Costa	Gestor de negócio
Sistema de controle de tramitação de proposições	O Sileg, também conhecido como SilegTram, é responsável pelo cadastro e acompanhamento da tramitação de proposições legislativas na Câmara dos Deputados. O sistema faz o registro da proposição (projeto de lei, emenda, projeto de lei complementar, proposta de emenda à Constituição, requerimento, etc.), e o acompanhamento do andamento	Consulta a tramitação de proposições; consulta ao inteiro teor das proposições; informações sobre Deputados: projetos de sua autoria, projetos relatados, presença nas Comissões; e pauta da comissão: agenda, proposições em discussão, em votação, atas.	Débora Andrade Cavalcanti	Gestor de negócio
			Fernando Lima Torres	Gestor técnico
			Marco Aurelio Martins de Castilho	Gestor técnico
			Roseline da Silva Coelho	Gestor técnico
			Silvio Avelino da Silva	Gestor de negócio
			Virginia Queiroz Alves	Gestor de negócio
			Virginia Queiroz Alves	Gestor de negócio

Nome do serviço	Descrição	Principais funcionalidades	Nome do gestor	Papel do gestor
	<p>da proposição nas comissões até o encaminhamento para o Plenário, se houver. O sistema gerencia a agenda das comissões, com a publicação da pauta e do resultado das reuniões e votações.</p> <p>Por meio do Sileg, é possível obter informações sobre a atuação parlamentar, tais como presença, votações, relatorias, entre outras.</p>			
Sistema de cotas de material de expediente	A cota de material de expediente é regida pelo Ato da Mesa 62/2005. Segundo essa norma, cada gabinete parlamentar possui uma cota mensal de material de expediente. O sistema de cotas de material de expediente permite gerenciar requisições de fornecimento de material de expediente dos gabinetes parlamentares junto ao almoxarifado. Seu funcionamento é baseado em uma grade de consumo que relaciona os itens de material de consumo, a periodicidade de cada item, se é acumulável ou não, e a quantidade que será creditada na cota do parlamentar. Do ponto de vista dos gabinetes, a cota tem a natureza de uma conta-corrente para cada item de material relacionado na grade, na qual serão controlados todos os créditos e débitos, levando-se em conta as características de cada item de material.	Módulo Balcão: controle de retirada de material de expediente, saldo da cota e relatórios gerenciais; Módulo Gestão: solicitação e controle de estoque de material de expediente para uso dos Gabinetes; e Módulo Gabinete: solicitação de material de expediente e controle do saldo da cota parlamentar destinada a esse fim.	Andre de Albuquerque Atrock	Gestor técnico
Sistema de destaques à LDO	Cadastramento e acompanhamento dos destaques. Controle dos passos de um pedido de destaque a item da LDO, quando em apreciação pelo plenário da Comissão Mista de Orçamento.	Cadastramento, acompanhamento e controle de destaque a item da LDO.	André Felipe Matos de Carvalho	Gestor técnico
			Gabriel Mendonça Tufenkjian	Gestor de negócio
			Ricardo Alberto Volpe	Gestor de negócio
			Simone Gracy de Medeiros Matos	Gestor técnico
Sistema de elaboração de leis de diretrizes orçamentárias (Sedor)	O Sedor é utilizado pela Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados para a elaboração da LDO. O sistema permite o cadastro de emendas e respectivos pareceres ao projeto de lei.	Cadastro de emendas à LDO; pareceres às emendas; emissão de relatórios; e geração de planilhas no formato MS-Excel.	André Felipe Matos de Carvalho	Gestor técnico
			Gabriel Mendonça Tufenkjian	Gestor de negócio
			Ricardo Alberto Volpe	Gestor de negócio
			Simone Gracy de Medeiros Matos	Gestor técnico
Sistema de gestão de eventos da Câmara dos Deputados	O Sistema de Gestão de Eventos da Câmara dos Deputados tem por finalidade apoiar as atividades de gestão, planejamento, coordenação e supervisão de eventos realizados pela Casa, permitindo aprimoramento dos serviços oferecidos pela Instituição aos seus públicos interno e externo.	Esse sistema permite automatizar a prestação dos serviços por parte dos fornecedores e integra demandantes, gestores de espaços, gestores de eventos e provedores de serviços em uma só interface, possibilitando o acompanhamento simultâneo da tramitação de cada processo de solicitação de	David Miranda Silva Almeida	Gestor de negócio
			Fábio Mesquita Póvoa	Gestor técnico
			Victor Bortone Ramos Ribeiro	Gestor técnico

Nome do serviço	Descrição	Principais funcionalidades	Nome do gestor	Papel do gestor
		evento.		
Sistema de legislação interna	Cadastro e pesquisa à legislação interna e à legislação federal.	Cadastro e manutenção de dados do registro de normas; cadastro e manutenção de volumes de diários oficiais e de vetos presidenciais; registro e controle das ações do usuário cadastrado; controle de usuários e perfis do sistema.	Robson Marcelo Castelo Branco Barros	Gestor técnico
			Virginia Braglia Sant'iago	Gestor de negócio
Sistema de orçamento da CD	Acompanhamento da elaboração e da execução do orçamento da Câmara dos Deputados.	Registro das propostas orçamentárias de cada unidade gestora; acompanhamento do andamento das propostas orçamentárias das unidades; consolidação das propostas orçamentárias das unidades gestoras; adequação das propostas orçamentárias de acordo com os limites orçamentários definidos em lei; acompanhamento da execução orçamentária das unidades gestoras; e geração de consultas e emissão de relatórios.	Gustavo Veloso Martins	Gestor de negócio
			Karlo Eric Galvão Dantas	Gestor de negócio
			Roberto Jardim Cavalcante	Gestor de negócio
			Tenisson Chaves dos Santos Júnior	Gestor técnico
Sistema de publicação de notícias	Sistema de publicação de notícias da Secretaria de Comunicação Social. O sistema funciona como um CMS (Content Management System) da Agência Câmara, TV Câmara e Rádio Câmara. O conteúdo gerado por esses três veículos de comunicação forma o portal Câmara Notícias.	Possibilidade de criação de <i>homepage</i> a partir de blocos predefinidos (Manchete Principal, Mais Lidas, Enquete, etc.); editor de matérias <i>web</i> e com recurso WYSIWYG; integração com Sileg para acompanhamento de proposições; integração com base de dados de deputados para envio de <i>e-mails</i> ; integração com Banco de Imagens; publicação de matérias em tempo real; e publicação de comentários dos usuários.	Fabricio Rocha de Sousa	Gestor de negócio
			Tadeu Cariolano dos Santos	Gestor técnico
Sistema de subscrição eletrônica de proposições	A aplicação de subscrição eletrônica é uma solução que permite aos parlamentares realizar o apoio a proposições de maneira eletrônica. Por meio de sua digital, o deputado poderá subscrever determinado documento, bem como retirar seu apoio a alguma proposição. Ademais a solução permite que o processo de coleta de assinaturas seja acompanhado eletronicamente, não apenas pelo autor da proposição, como também por todos os parlamentares em exercício.	Permitir a autenticação, a análise de estrutura, o envio e o recebimento eletrônico de proposições e a garantia de autenticidade dos documentos ao serem encaminhados para outras instâncias.	Bruno Campelo Lopes dos Santos	Gestor técnico
			Virginia Queiroz Alves	Gestor de negócio
Sistema questão de ordem	O sistema faz o cadastro e a pesquisa das questões de ordem	Cadastramento de questões de ordem; e consulta às	Roseline da Silva Coelho	Gestor técnico

Nome do serviço	Descrição	Principais funcionalidades	Nome do gestor	Papel do gestor
	relativas ao processo legislativo. De acordo com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, considera-se questão de ordem toda dúvida sobre a interpretação do próprio Regimento, na sua prática exclusiva ou relacionada com a Constituição Federal.	questões cadastradas.	Virginia Queiroz Alves	Gestor de negócio
Visitação da Câmara dos Deputados – Móvel	O sistema possui informações a respeito dos espaços que fazem parte da visitação da Câmara dos Deputados e pode ser usado por qualquer um com um <i>smartphone</i> ou <i>tablet</i> para obter mais detalhes do local visitado.	Disponibiliza informações em texto e áudio dos espaços nas seguintes línguas: português, inglês, francês e espanhol.	Deborah da Silva	Gestor de negócio
			Achcar Victor Bortone Ramos Ribeiro	Gestor técnico

Fonte: Centro de Informática.

Quadro A4 – Processos de gerenciamento de serviços de TIC

Processo	Descrição	Normativos associados	Referência	Ferramentas utilizadas
Gerenciamento do catálogo de serviços	Compreende as políticas que regulam a manutenção de um catálogo de serviços que tenha informações consistentes, atualizadas e disponíveis para os consumidores de serviços de TI da Câmara dos Deputados.	<ul style="list-style-type: none"> – Instrução 3, de 27/1/2015 – institui processo organizacional para gerenciamento do catálogo de serviços de Tecnologia da Informação no domínio das atribuições e responsabilidades do Centro de Informática da Câmara dos Deputados; – Ordem de Serviço 10, de 4/9/2015 – designa o gerente do processo de gerenciamento do catálogo de serviço de tecnologia da informação e comunicação do Centro de Informática (Cenin). 	Gerenciamento do Catálogo de Serviços (ITILv3), ABNT NBR ISO/IEC 20000-1:2011	Portal da intranet da Câmara dos Deputados e FrontRange ITSM
Gerenciamento de liberação e configuração	Define procedimentos para gerenciar as liberações a fim de prover um ambiente estável, minimizando os impactos nos serviços providos pelo Centro de Informática. Além disso, fornece suporte a outros processos da ITIL por meio de informação sobre a infraestrutura de TI montada a partir do banco de dados de Itens de Configuração, o banco de dados de gerenciamento de configuração (BDGC).	<ul style="list-style-type: none"> – Instrução 2, de 13/1/2015 – institui processo organizacional para gerenciamento da liberação e configuração de ativos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) no âmbito das atribuições e responsabilidades do Centro de Informática da Câmara dos Deputados; – Ordem de Serviço 6, de 12/3/2015 – designa o gerente do processo de liberação e configuração de TIC do Centro de Informática (Cenin). 	Gerenciamento de Incidentes (ITILv3), ABNT NBR ISO/IEC 20000-1:2011	FrontRange ITSM
Gerenciamento de incidentes	Tem o objetivo de restabelecer a operação normal do serviço (de acordo com acordos de níveis de serviço pré-estabelecidos) o mais rápido possível e minimizar o impacto nas operações das áreas de negócio.	<ul style="list-style-type: none"> – Instrução 1, de 21/5/2012 – institui processo organizacional para gerenciamento de incidentes de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação no domínio das atribuições e responsabilidades do Centro de Informática; – Ordem de Serviço 5, de 31/3/2014 – designa o gerente do processo de gerenciamento de incidentes de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação do Centro de Informática. 	Gerenciamento de Incidentes (ITILv3), ABNT NBR ISO/IEC 20000-1:2011	FrontRange ITSM
Gerenciamento de demandas	Tem o objetivo de entender, antecipar e influenciar as demandas de serviços de TI originadas pelos clientes.	<ul style="list-style-type: none"> – Instrução 1, de 13/1/2015 – institui processo organizacional para gerenciamento de demandas de Tecnologia da Informação no domínio das atribuições e responsabilidades do Centro de Informática da Câmara dos Deputados; – Ordem de Serviço 2, de 13/1/2015 – designa o gerente do processo de gerenciamento de demandas de Tecnologia da Informação. 	Gerenciamento de Demanda (ITILv3), ABNT NBR ISO/IEC 20000-1:2011	eDoc (Sistema de Gerenciamento Eletrônico de Documentos)
Gestão de projetos	Trata da adoção de procedimentos e boas práticas que visam assegurar que os projetos entreguem os resultados esperados dentro do prazo, escopo e custos planejados.	<ul style="list-style-type: none"> – Instrução 2, de 8/4/2014 – institui o Processo de Gestão de Projetos aplicado ao Cenin (PGP-Cenin) como processo organizacional de gerenciamento de projetos a ser adotado nas demandas de Tecnologia da Informação e Comunicação a serem tratadas como projetos no domínio das atribuições e responsabilidades do Centro de Informática; – Ordem de Serviço 8, de 8/4/2014 – designa o gerente do Processo de Gestão de Projetos aplicado ao Centro de Informática (PGP-Cenin). 	PMBOK 5ª edição	Microsoft Project Server

Processo	Descrição	Normativos associados	Referência	Ferramentas utilizadas
Desenvolvimento de sistemas (Siga-me)	Institui procedimentos para a construção e manutenção de sistemas no âmbito do Centro de Informática, utilizando princípios de técnicas ágeis.	<ul style="list-style-type: none"> – Instrução do Centro de Informática 1, de 5/2/2013 – institui o processo Siga-me como processo organizacional de engenharia de sistema e de <i>software</i> a ser adotado nos projetos de desenvolvimento e de manutenção de soluções e produtos de <i>software</i> no domínio das atribuições e responsabilidades do Centro de Informática; – Ordem de Serviço 7, de 28/7/2015 – designa o gerente do processo Siga-me. 	–	Sonar, Jenkins, Redmine, Wiki
Processo: Fiscalização de contratos de TI (Fiscon)	Institui procedimentos para acompanhamento e fiscalização de contratos de TI.	<ul style="list-style-type: none"> – Instrução 3, de 8/11/2012 – institui o processo Fiscon como processo organizacional para acompanhamento e fiscalização de contratos administrativos no domínio das atribuições e responsabilidades do Centro de Informática; – Ordem de Serviço 6, de 31/3/2014 – designa o gerente do processo organizacional para acompanhamento e fiscalização de contratos administrativos do domínio da Tecnologia da Informação e Comunicação (Fiscon). 	–	Sistema Integrado de Gestão de Material e Serviço (Sigmas) – sistema desenvolvido internamente

Fonte: Centro de Informática.

Quadro A5 – Empresas prestadoras de serviços de TI

Contrato/vigência	Objeto	Fornecedor	Ações planejadas em casos de descontinuidade do contrato
2010/264 31/12/2010 a 30/12/2015 (aditivo com vigência até 2017)	Fornecimento de sistema hospedeiros-terminais com prestação de serviços de instalação e suporte técnico, além de estações para captura e disponibilização de imagens, com garantia de funcionamento.	MCR SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA. 04.198.254/0001-17	No caso de descontinuidade, a Câmara perderá o suporte e garantia nas peças dos equipamentos para uso dos deputados nos plenários das comissões. Tal suporte poderia ser tratado por alguns recursos terceirizados que possuem experiência com os equipamentos citados. No entanto, caso haja necessidade de substituição de peças, estas teriam que ser adquiridas pela Casa.
2010/277.5 31/12/2010 a 30/11/2016	Prestação de serviços de implementação de rede de dados corporativa, compreendendo fornecimento de equipamentos e materiais, instalação, configuração, ativação, capacitação operacional e garantia de funcionamento e suporte técnico.	WORKL LINK LTDA. 04.610.386/0001-04	A equipe de servidores e terceirizados da Casa assume a resolução dos problemas, dentro das possibilidades e recursos disponíveis. A depender da falha, pode ocorrer até a descontinuidade do serviço da rede de dados. Em caso de falha em um <i>switch</i> , o mesmo será substituído por um <i>switch</i> de laboratório. Quando não houver mais <i>switches</i> disponíveis, os usuários do <i>switch</i> com defeito ficarão sem acesso à rede.
2011/151.2 31/10/2015 a 30/4/2016	Prestação de serviços continuados de impressão corporativa colorida em tamanho A3, mediante disponibilização dos equipamentos, incluindo instalação, configuração, treinamento dos usuários, garantia de funcionamento da solução, suporte técnico e fornecimento de suprimentos, exceto papel, sem previsão de consumo mínimo.	MR COMPUTER INFORMATICA COMERCIO E IMPORTACAO LTDA. 00.495.124/0001-95	A licitação para novo contrato, que sucederia o atual, foi revogada. Caso este contrato deixe de existir, não há meios alternativos para provimento desse serviço. A Casa deverá recorrer, portanto, aos equipamentos providos por outros contratos, especialmente os da Gráfica.
2013/292.5 28/12/2015 a 27/12/2016	Prestação de serviços continuados referentes à tecnologia da informação, nas áreas de apoio ao desenvolvimento, suporte e atendimento ao usuário e à infraestrutura, e documentação e operação de informática.	PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA.	Não há ações previstas em caso de descontinuidade do contrato em questão. Caso o contrato seja descontinuado, o Centro de Informática perderá 50% da sua capacidade produtiva.
2011/259 30/12/2011 a 29/12/2016	Fornecimento de equipamentos e <i>software</i> visando à modernização de sistema eletrônico de votação, presença e eleição, incluindo licenças de uso, instalação e capacitação operacional, bem como garantia de funcionamento.	ADTEK DO BRASIL LTDA. ME 01.191.930/0001-32	Ao final da garantia, não é necessário que seja feito outro contrato para tal, pois, considerado o histórico de defeitos, os equipamentos em laboratório manterão a solução em pleno funcionamento até nova aquisição, que deverá ser implantada em 2021.
2011/260 30/12/2011 a 29/12/2016	Fornecimento de equipamentos e <i>software</i> visando à modernização de sistema eletrônico de votação, presença e eleição, incluindo licenças de uso, instalação e capacitação operacional, bem como garantia de funcionamento.	SDC ENGENHARIA DE SISTEMAS LTDA. 45.703.378/0001-90	Ao final da garantia, não é necessário que seja feito outro contrato para tal, pois considerado o histórico de defeitos, os equipamentos em laboratório manterão a solução em pleno funcionamento até nova aquisição, que deverá ser implantada em 2021.
2011/267 28/12/2011 a 27/10/2016	Fornecimento de itens componentes de sistema hospedeiros-terminais, com prestação de serviços de instalação e suporte técnico e garantia de funcionamento.	MCR SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA. 04.198.254/0001-17	No caso de descontinuidade, a Câmara perderá o suporte e garantia nas peças dos equipamentos para uso dos deputados nos plenários das comissões. Tal suporte poderia ser tratado por alguns recursos terceirizados que possuem experiência com os equipamentos citados. No entanto, caso haja necessidade de substituição de peças, essas teriam que ser adquiridas pela Casa.
2011/268 30/12/2011 a 28/2/2016	Aquisição de microcomputadores portáteis tipo <i>notebook</i> , e para primeiro uso, incluindo instalação prévia de imagens e garantia de funcionamento, com serviço de suporte técnico.	LENOVO TECNOLOGIA (BRASIL) LTDA. 07.275.920/0001-61	Foi realizada a aquisição de 560 novos microcomputadores do tipo <i>notebook</i> por meio do Processo 139.834/2015. Esses novos equipamentos substituirão parte dos <i>notebooks</i> cuja garantia é coberta pelo Contrato 2011/268.
2011/283 30/12/2011 a 29/3/2016	Fornecimento de microcomputadores de mesa, novos, e para primeiro uso, incluindo instalação e garantia de funcionamento, com serviços de suporte técnico, pelo período de 48 meses.	HEWLETT PACKARD BRASIL LTDA. 61.797.924/0007-40	Está em construção o processo licitatório para registro de preços de novos equipamentos. A aquisição, contudo, dependerá da disponibilidade orçamentária, além de outras autorizações administrativas. A não contratação de novos computadores e consequente não renovação do serviço põe em risco as atividades suportadas por esses equipamentos, tendo em

Contrato/vigência	Objeto	Fornecedor	Ações planejadas em casos de descontinuidade do contrato
			vista que a Câmara dos Deputados não dispõe de laboratório de conserto de computadores. Convém o registro de que a contratação prévia de serviço de manutenção por preço unitário para computadores é complexa e morosa, bem como a contratação de conserto pós-defeito.
2012/123.3 30/4/2015 a 29/4/2016	Prestação de serviços de suporte técnico para solução de computadores de arquitetura RISC sob sistema operacional Solaris composta de: quatro servidores modelo Sun Fire V490, três servidores modelo Sun Fire T2000, uma unidade de armazenamento modelo Sun StorEdge, uma estação de trabalho modelo Sun Ultra e dois <i>software</i> de <i>cluster</i> Sun Cluster com dois nós.	ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA. 59.456.277/0003-38	Não há ações planejadas para o caso de descontinuidade desse contrato. Este contrato é imprescindível, pois atende ao banco de dados do Sistema Eletrônico de Votação em Plenário.
2012/182 28/8/2012 a 27/8/2016	Contratação de solução integrada de segurança de redes de computadores.	PSN TECNOLOGIA LTDA. 04.786.911/0001-47	Não há ações planejadas para o caso de descontinuidade deste contrato. Os serviços de antivírus em <i>endpoints</i> são essenciais ao funcionamento da segurança. Há uma nova contratação em andamento.
2012/193 29/11/2012 a 28/1/2017	Aquisição de microcomputadores portáteis tipo <i>notebook</i> novos e para primeiro uso, incluindo instalação prévia de imagens e garantia de funcionamento, com serviços de suporte técnico, pelo período mínimo de 48 meses.	LENOVO TECNOLOGIA (BRASIL) LTDA. 07.275.920/0001-61	Foi realizada a aquisição de 560 novos microcomputadores do tipo <i>notebook</i> por meio do Processo 139.834/2015. Esses novos equipamentos substituirão parte dos <i>notebooks</i> cuja garantia é coberta pelo Contrato 2011/268.
2012/249 22/10/2012 a 5/1/2016	Fornecimento de computadores pessoais do tipo <i>tablet</i> novos e para primeiro uso, incluindo garantia de funcionamento, com serviços de suporte técnico, pelo período de 36 meses.	DC ELETRONICA LTDA. 05.593.282/0001-00	Não há ações planejadas para o caso de descontinuidade deste contrato.
2012/250 22/10/2012 a 5/1/2016	Fornecimento de computadores pessoais do tipo <i>tablet</i> novos e para primeiro uso, incluindo garantia de funcionamento, com serviços de suporte técnico, pelo período de 36 meses.	B S TEIXEIRA – ME 14.997.983/0001-97	Não há, até o momento, iniciativa/requerimento para se promover nova aquisição de <i>tablets</i> ou mesmo para a contratação de serviços de garantia adicionais.
2012/254 6/11/2012 a 3/4/2017	Fornecimento de microcomputadores de mesa novos e para primeiro uso, incluindo instalação e garantia de funcionamento, com serviços de suporte técnico, pelo período de 48 meses.	HEWLETT PACKARD BRASIL LTDA. 61.797.924/0007-40	Não existem ações planejadas no caso da descontinuidade deste contrato. Contudo, estão sendo realizados estudos para instrução de processo licitatório para registro de preços de novos equipamentos.
2012/27 8/2/2012 a 7/2/2017	Fornecimento de computadores servidores de arquitetura X86/64, incluindo instalação e garantia de funcionamento na modalidade <i>on site</i> , com serviços de suporte técnico, e de <i>racks</i> e consoles/chaveadores.	LTA-RH INFORMÁTICA, COMÉRCIO, REPRESENTAÇÕES, LTDA. 94.316.916/0003-60	São itens críticos para a infraestrutura de informática da Câmara dos Deputados. O contrato atual, vigente até fevereiro de 2017, cobre qualquer ocorrência em servidores, e está em fase de garantia de funcionamento. Caso seja descontinuado, será necessária a contratação de novo contrato de suporte emergencialmente.
2012/289 28/12/2012 a 10/4/2017	Fornecimento de microcomputadores de mesa novos e para primeiro uso, incluindo instalação e garantia de funcionamento, com serviços de suporte técnico, pelo período de 48 meses, de acordo com as quantidades e especificações técnicas descritas no edital e em seus anexos.	HEWLETT PACKARD BRASIL LTDA. 61.797.924/0007-40	Todos os microcomputadores já foram recebidos. Os desembolsos, portanto, já foram realizados. A partir de agora, a contratada deverá prestar os serviços de garantia. Não existem ações planejadas no caso da descontinuidade deste contrato. Estão sendo realizados estudos para instrução de processo licitatório para registro de preços de novos equipamentos.
2012/96.3 17/8/2015 a 16/8/2016	Aquisição de solução de gerenciamento de processamento <i>batch</i> na plataforma distribuída da contratante, incluindo fornecimento de licenças definitivas de <i>software</i> , instalação, parametrização e implementação assistida da solução, treinamento de operadores e administradores, e suporte técnico com atualização de versão das	PBTI SOLUÇÕES LTDA. 02.950.570/0001-78	Não há ações planejadas para o caso de descontinuidade deste contrato. Em caso de descontinuidade do contrato, a ação correta é nova licitação, uma vez que a falta de suporte e atualização de versões torna vulnerável o ambiente de execução e monitoramento dos <i>jobs</i> de BD, DW, entre outros. Um incidente grave, que pare o ambiente e não possa ser resolvido

Contrato/vigência	Objeto	Fornecedor	Ações planejadas em casos de descontinuidade do contrato
	licenças.		internamente, traria, além do prejuízo para as aplicações em si, um gasto maior em horas de trabalho do pessoal envolvido (usuários e mantenedores), que o dispêndio anual relativo a este contrato. Esse trabalho incluiria: recriação de agendamentos, <i>jobs</i> , <i>scripts</i> , dependências, etc. sem que o serviço retornasse, de longe, à sua condição inicial, visto que alguns recursos hoje utilizados são próprios dessas soluções de gerenciamento.
2013/110.2 30/12/2015 a 29/12/2016	Prestação de serviços de suporte técnico Microsoft Services Premier Support, perfazendo o total de 400 horas ao ano.	MICROSOFT INFORMATICA LTDA. 60.316.817/0001-03	Não há ações planejadas para o caso de descontinuidade desse contrato.
2013/115 4/07/2013 a 18/9/2016	Fornecimento de 25 computadores pessoais do tipo <i>tablet</i> (tipo 1) novos e para primeiro uso, incluindo garantia de funcionamento, com serviços de suporte técnico, pelo período de 36 meses.	DC ELETRONICA LTDA. 05.593.282/0001-00	Não há, até o momento, iniciativa/requerimento para se promover nova aquisição de <i>tablets</i> ou mesmo para a contratação de serviços de garantia adicionais.
2013/192.1 17/12/2015 a 16/12/2016	Prestação de serviços de suporte técnico oficial e atualização e correção de versões de licenças do <i>software</i> gerenciador de banco de dados Ingres II, pelo período de 12 meses.	INTERADAPT SOLUTIONS LTDA. 05.323.716/0001-43	Não há ações planejadas para o caso de descontinuidade desse contrato. O encerramento do contrato implica a necessidade de desinstalar esse banco de dados que atende a folha de pagamento dos deputados.
2013/212.3 14/10/2015 a 13/10/2016	Prestação de serviços de desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação, sob demanda, utilizando-se, para o dimensionamento e cálculo da remuneração, a técnica de análise de pontos de função.	BASIS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A. 11.777.162/0001-57	Não há plano de ação em caso de descontinuidade do contrato. O contrato prevê cláusulas de transferência de conhecimento dos produtos desenvolvidos.
2013/233 1/11/2013 a 31/10/2017	Prestação de serviços de impressão monocromática, reprografia corporativa e encadernação de documentos diversos, mediante disponibilização de equipamentos novos e para primeiro uso, incluindo instalação, configuração, treinamento, garantia de funcionamento da solução, suporte técnico e fornecimento de suprimentos, exceto papel, sem previsão de consumo mínimo.	HPRINT REPROGRAFIA E AUTOMAÇÃO DE ESCRITORIOS LTDA. 00.831.964/0001-81	Não existem ações planejadas para o caso da descontinuidade deste contrato.
2013/234 1/11/2013 a 31/10/2017	Prestação de serviços de impressão monocromática, reprografia corporativa e encadernação de documentos diversos, mediante disponibilização de equipamentos novos e para primeiro uso, incluindo instalação, configuração, treinamento, garantia de funcionamento da solução, suporte técnico e fornecimento de suprimentos, exceto papel, sem previsão de consumo mínimo.	SIMPRESS COMERCIO, LOCAÇÃO E SERVIÇOS S.A. 07.432.517/0001-07	Não existem ações planejadas para o caso da descontinuidade deste contrato.
2013/272 31/12/2013 a 30/11/2018	Implantação de solução corporativa de armazenamento de dados, composta de subsistemas de discos e de rede de armazenamento, incluindo componentes de <i>hardware</i> e <i>software</i> , com garantia de funcionamento, serviços de instalação, de manutenção e de capacitação operacional (itens 1 e 2 descritos no Título 3 do Anexo nº 1 ao Edital).	EMC COMPUTER SYSTEMS 01.462.017/0001-23	Não há ações planejadas para o caso de descontinuidade desse contrato. Trata-se de infraestrutura crítica de armazenamento de dados, que hospeda grande parte dos serviços corporativos da Câmara dos Deputados com equipamentos em regime de garantia.
2013/274.1 22/5/2015 a 21/5/2016	Prestação de serviços de manutenção do <i>software</i> de <i>cluster</i> (subitem 3.3 do item 3, descritos no Título 3 do Anexo nº 1 ao Edital).	VERT SOLUÇÕES EM INFORMATICA LTDA. 02.277.205/0001-44	Não há ações planejadas para o caso de descontinuidade desse contrato. Caso não seja renovado, pode haver impacto negativo na disponibilidade do serviço, especialmente nos prazos de resolução de problemas, indisponibilidade de novas versões de <i>software</i> , ou até mesmo, cobrança de taxa de reestabelecimento quando vier a ser recontratado.
2013/294.1	Aquisição de solução integrada composta por suíte de Enterprise	SOS	Encontra-se em construção plano para eventual descontinuidade do contrato.

Contrato/vigência	Objeto	Fornecedor	Ações planejadas em casos de descontinuidade do contrato
31/12/2013 a 30/12/2018	Content Management (ECM) para gestão de conteúdos, com garantia de funcionamento pelo período de 54 meses, e por sistema informatizado de gestão arquivística de documentos (Sigad), com garantia pelo período de 36 meses.	COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA. 04.744.134/0001-78	
2013/303 31/12/2013 a 30/1/2017	Fornecimento de licenças de uso de <i>software</i> da marca Adobe, para publicação e edição de imagens, edição de figuras vetoriais, arquivos em PDF, edição e animação de recursos de interatividade para publicações digitais em PDF ou HTML, conforme especificado no PE 117/2013 do TCU.	MCR SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA. 04.198.254/0001-17	Encontra-se em andamento plano para eventual descontinuidade do contrato.
2013/035.2 21/5/2015 a 20/5/2016	Prestação de serviços de suporte técnico e atualização de licenças Oracle utilizadas pela Câmara dos Deputados.	ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA.	Não há ações planejadas para o caso de descontinuidade desse contrato. Trata-se da plataforma de bancos de dados que sustenta sistemas e aplicações críticos da Casa, dentre eles: Sigesp; Folha de Pagamentos; Ponto Eletrônico; Sipro; Sistemas de Votações Eletrônicas, etc. Portanto, a descontinuação do contrato implica: 1) perda do direito a novas versões e correções gratuitas do produto; 2) perda de acesso à base de conhecimentos da Oracle e de suporte telefônico para resolver problemas.
2013/059.2 22/7/2015 a 21/7/2016	Prestação de serviços de atualização tecnológica e suporte técnico ao <i>software</i> n-Billing.	NDDIGITAL S.A. SOFTWARE 06.255.692/0001-03	Não existem ações planejadas para o caso da descontinuidade deste contrato.
2013/094 14/8/2013 a 28/10/2016	Fornecimento de 12 computadores pessoais do tipo <i>tablet</i> (Tipo 2) novos e para primeiro uso, incluindo garantia de funcionamento, com serviços de suporte técnico, pelo período de 36 meses.	B S TEIXEIRA – ME 14.997.983/0001-97	Não há, até o momento, iniciativa para se promover nova aquisição de <i>tablets</i> ou para a contratação de serviços de garantia adicionais.
2013/098.2 10/6/2015 a 9/6/2016	Contratação de subscrições do sistema operacional Red Hat Enterprise Linux, com garantia de funcionamento, acesso gratuito às atualizações de versões e acesso às novas versões do produto por um período de 12 meses.	TECNISYS INFORMATICA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA. 26.990.812/0001-15	Há plano para mitigar riscos de descontinuidade. Em caso de descontinuidade, a alternativa será migrar os ambientes para novas plataformas de sistemas operacionais compatíveis. No caso dos servidores de aplicações, a descontinuidade acarretará a necessidade de migração dos ambientes para uma plataforma livre de sistema operacional. No caso dos ambientes Oracle de bancos de dados, será necessário migrar para outra plataforma de sistema operacional suportado, porém igualmente paga (ex: Oracle Linux).
2014/083.1 14/4/2014 a 13/4/2018	Prestação de serviços de impressão colorida e monocromática, por meio de disponibilização dos equipamentos, incluindo entrega, instalação, configuração, treinamento dos usuários, garantia de funcionamento da solução, suporte técnico e fornecimento de suprimentos, exceto papel, pelo período de 48 meses.	PRINTMAX COMÉRCIO DE CARTUCHOS E TONER EIRELI – EPP 07.492.789/0001-94	Não existem ações planejadas para o caso da descontinuidade deste contrato. Caso ocorra sua descontinuidade, a Casa deverá devolver os equipamentos ora contratados.
2014/121.0 24/6/2014 a 4/2/2019	Fornecimento de microcomputadores novos e para primeiro uso, incluindo instalação e garantia de funcionamento com serviços de suporte técnico.	LENOVO TECNOLOGIA (BRASIL) LTDA. 07.275.920/0001-61	Não existem ações planejadas no caso da descontinuidade deste contrato.
2014/122.1 24/9/2015 a 23/9/2016	Prestação de serviços de suporte técnico remoto, garantia de funcionamento, atualização de licenças e operação assistida ao sistema MV, <i>software</i> para gestão de informações de saúde.	MV SISTEMAS LTDA. 91.879.544/0001-20	Não há ações planejadas para o caso de descontinuidade desse contrato. O MV é o sistema que suporta as principais atividades do Departamento Médico. A não renovação do suporte representa um risco de continuidade desse serviço crítico para esse departamento e para Casa.

Contrato/vigência	Objeto	Fornecedor	Ações planejadas em casos de descontinuidade do contrato
2014/193.1 01/10/2014 a 30/9/2018	Prestação de serviços de impressão colorida e monocromática, por meio de disponibilização dos equipamentos, incluindo entrega, instalação, configuração, treinamento dos usuários, garantia de funcionamento da solução, suporte técnico e fornecimento de suprimentos, exceto papel, pelo período de 48 meses.	PRINTMAX COMÉRCIO DE CARTUCHOS E TONER EIRELI – EPP 07.492.789/0001-94	Não existem ações planejadas para o caso da descontinuidade deste contrato. Caso ocorra sua descontinuidade, a Casa deverá devolver os equipamentos contratados e deixará de contar com os serviços de impressão.
2014/224.1 11/11/2014 a 10/11/2019	Aquisição de equipamentos de rede sem fio com garantia e suporte técnico por um período de 60 meses.	NCT INFORMÁTICA LTDA. 03.017.428/0001-35	A equipe da Casa assume a resolução dos problemas, dentro das possibilidades e recursos disponíveis. A depender da gravidade da falha, pode ocorrer até a descontinuidade do serviço da rede sem fio. Em caso de falha em um AP, o mesmo será substituído por um AP da reserva técnica. Quando não houver mais APs disponíveis, os usuários do AP com defeito ficarão sem acesso à rede sem fio.
2014/242.1 21/11/2014 a 29/1/2016	Aquisição, instalação, migração e configuração da suíte de ferramentas de inteligência de negócios da fabricante SAP BusinessObjects BI Suite (Concurrent Sessions) e SAP Application Business Analytics Professional User, com garantia de funcionamento, suporte técnico e atualização, pelo período de 12 meses.	VERT SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA. 02.277.205/0001-44	Não há plano de ação em caso de descontinuidade do contrato. O contrato em questão será renovado. O processo administrativo para renovação é o 100.955/2014.
2014/245.0 18/11/2014 a 17/11/2019	Aquisição de solução de proteção e auditoria para os bancos de dados corporativos da Câmara dos Deputados, compreendendo <i>software</i> , <i>hardware</i> , serviços de instalação, configuração, ativação da solução, capacitação operacional e operação assistida, incluindo garantia de funcionamento pelo período de 57 meses.	TGV TECNOLOGIA LTDA. 04.989.440/0001-74	Não há plano de ação em caso de descontinuidade do contrato. O contrato em questão será renovado e o processo administrativo para renovação é o 100.955/2014.
2014/246.0 31/5/2015 a 30/5/2016	Prestação de serviço de suporte técnico do <i>hardware</i> e <i>software</i> da solução de auditoria e segurança de bancos de dados, pelo período de 12 meses.	TGV TECNOLOGIA LTDA. 04.989.440/0001-74	Dada a criticidade dos serviços de monitoramento de bancos de dados, os quais foram contratados com características de redundância e alta disponibilidade, não podemos prescindir da renovação deste contrato. A ausência do mesmo pode ocasionar queda na qualidade ou interrupções nos serviços.
2014/247.0 25/11/2014 A 24/12/2017	Fornecimento de licenças de uso de <i>software</i> da marca Adobe, pelo período de 36 meses, para publicação e edição de imagens, edição de figuras vetoriais, edição de arquivos tipo PDF, edição de animações e recurso de interatividade para publicações digitais em PDF ou HTML.	MCR SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA. 04.198.254/0001-17	Não existem ações planejadas para o caso da descontinuidade deste contrato. O presente contrato prevê o uso de licenças do produto Adobe Master Collection, cuja aquisição foi realizada para unidades específicas da Casa. Alternativamente, caso as licenças não possam ser utilizadas por conta da descontinuidade do contrato, há possibilidade de uso de alguns produtos de <i>software</i> livre, mas com perda de funcionalidades e de compatibilidade com os trabalhos já desenvolvidos.
2014/290 31/12/2014 a 9/7/2016	Fornecimento de licenças de subscrição do <i>software</i> Microsoft Office 365 E4, por um período de 12 meses.	BRASOFTWARE INFORMÁTICA LTDA. 57.142.978/0001-05	Usuários que não puderem ser atendidos utilizarão a versão atual e, não havendo disponibilidade, <i>software</i> livre equivalente.
2014/291 24/12/2014 a 23/12/2019	Aquisição de solução corporativa de cópias de segurança e arquivamento para <i>data center</i> , compreendendo fornecimento de equipamentos novos, para primeiro uso, em seus últimos modelo e versão, pertencentes à atual linha de produção dos fabricantes, licenças definitivas de <i>software</i> , instalação, configuração, ativação, capacitação operacional e garantia de funcionamento por um período de 54 meses.	LANLINK INFORMÁTICA LTDA. 41.587.502/0001-48	Este contrato está apenas com execução em garantia, não há mais desembolso e, portanto, não há dependência de orçamento para sua execução regular.
2014/296.1	Prestação de serviços de suporte técnico e garantia de funcionamento	RAPIDONET	Não há ações planejadas para o caso de descontinuidade do contrato.

Contrato/vigência	Objeto	Fornecedor	Ações planejadas em casos de descontinuidade do contrato
31/12/2015 a 30/12/2016	para equipamentos da marca Task (Item A do objeto).	SISTEMAS E AUTOMAÇÃO LTDA. – EPP 06.997.744/0001-09	
2014/297 31/12/2014 a 25/2/2018	Fornecimento de <i>software</i> para gerenciamento de desempenho de aplicações, com garantia de 36 meses.	VECTRA CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA. 41.249.921/0001-70	Não há ações planejadas para o caso de descontinuidade do contrato.
2014/299 31/12/2014 a 29/7/2018	Aquisição de solução de gerenciamento e virtualização de <i>Datacenter</i> , incluindo licenças perpétuas de <i>software</i> para gerenciamento de 60 servidores computacionais (máquinas físicas), serviços de capacitação operacional, instalação, configuração e ativação, e, ainda, garantia de funcionamento, suporte técnico e atualização, pelo período de 36 meses.	VERT SOLUÇÕES EM INFORMATICA LTDA. 02.277.205/0001-44	Não há ações planejadas para o caso de descontinuidade do contrato. Este ambiente é crítico, portanto, em caso de descontinuidade do contrato, será necessária nova contratação em caráter de urgência, uma vez que há mais de 350 servidores virtuais na solução, que não pode ficar sem um suporte oficial contratado, para evitar descontinuidade do serviço.
2014/300 31/12/2014 a 14/2/2018	Fornecimento de microcomputadores do tipo <i>all-in-one</i> com tela sensível ao toque, novos e para primeiro uso, incluindo garantia de funcionamento.	LA BELLA INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA. – ME 38.042.933/0001-14	Não existem ações planejadas no caso da descontinuidade deste contrato.
2014/301 31/12/2014 a 11/3/2019	Fornecimento de microcomputadores novos e para primeiro uso, incluindo instalação e garantia de funcionamento com serviços de suporte técnico, pelo período de 48 meses.	LENOVO TECNOLOGIA (BRASIL) LTDA. 07.275.920/0001-61	Não existem ações planejadas no caso da descontinuidade deste contrato. Todos os microcomputadores já foram recebidos, Os desembolsos, portanto, já foram realizados. A partir de agora a contratada deverá prestar os serviços de garantia.
2014/302 31/12/2014 a 30/12/2015 (em fase de prorrogação)	Fornecimento de 3 licenças de subscrição do <i>software</i> Microsoft Sharepoint Server, pelo período de 12 meses.	BRASOFTWARE INFORMATICA LTDA. 57.142.978/0001-05	Perda do direito de uso do <i>software</i> Sharepoint, plataforma para o armazenamento de dados na nuvem privativa da Câmara dos Deputados. É necessário renovar ou procurar alternativas de contratação de licença definitiva ou um substituto.
2014/303 31/12/2014 a 30/12/2015 (em fase de prorrogação)	Fornecimento de 3 licenças de subscrição do <i>software</i> Microsoft Lync Server, incluindo serviços de apoio para instalação e de configuração dos recursos de mensagens instantâneas, sensor de presença e demais serviços fornecidos pelo Lync Server, integração com o Exchange Server, e treinamento de administração do Lync Server, pelo período de 12 meses.	BRASOFTWARE INFORMATICA LTDA. 57.142.978/0001-05	Perda do direito de uso do <i>software</i> Lync Server plataforma de comunicações unificadas da Câmara dos Deputados. É necessário renovar ou procurar alternativas de contratação de licença definitiva ou um substituto.
2015/023 4/2/2015 a 3/5/2019	Aquisição de <i>switches</i> de rede HP com 48 portas PoE e de módulos de interface HP com 2 portas SFP+ de 10 GbE (Gigabit Ethernet), incluindo garantia de funcionamento pelo período de 48 meses.	WORK LINK LTDA. 04.610.386/0001-04	Trata-se da garantia e manutenção dos <i>switches</i> com PoE. Em caso de falha em um <i>switch</i> , o mesmo será substituído por um <i>switch</i> da reserva técnica. Quando não houver mais <i>switches</i> disponíveis, os usuários do <i>switch</i> com defeito ficarão sem acesso à rede.
2015/040 24/2/2015 a 23/2/2019	Prestação de serviços de impressão colorida e monocromática, por meio de disponibilização dos equipamentos, incluindo entrega, instalação, configuração, suporte técnico e fornecimento de suprimentos, exceto papel, pelo período de 48 meses.	PRINTMAX COMÉRCIO DE CARTUCHOS E TONER EIRELI – EPP 07.492.789/0001-94	Não existem ações planejadas no caso de descontinuidade deste contrato. Este contrato é o responsável pelo provimento de serviços de impressão a diversas unidades da Casa, entre as quais a 1ª Secretaria, lideranças e unidades administrativas. Caso seja descontinuado, todos os equipamentos ora disponibilizados deverão ser restituídos à contratada, com a consequente interrupção dos serviços.

Contrato/vigência	Objeto	Fornecedor	Ações planejadas em casos de descontinuidade do contrato
2015/063 27/4/2015 a 26/4/2016	Contratação de subscrições de suporte técnico da Red Hat, Inc., ao <i>software</i> JBOSS Enterprise Application Platform with Management, 16 núcleos (Core) cada, na modalidade <i>Standard</i> , pelo período de 12 meses.	TECNISYS INFORMATICA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA. 26.990.812/0001-15	Trata-se do ambiente de execução de aplicações Java da Casa. A descontinuidade acarretará a necessidade de migração dos ambientes para uma plataforma livre.
2015/071 22/4/2015 a 30/6/2019	Fornecimento de computadores novos e para primeiro uso, incluindo instalação e garantia de funcionamento com serviços de suporte técnico pelo período de 48 meses.	LENOVO TECNOLOGIA (BRASIL) LTDA. 07.275.920/0001-61	Não existem ações planejadas no caso da descontinuidade deste contrato. Todos os microcomputadores já foram recebidos, Os desembolsos, portanto, já foram realizados. A partir de agora a contratada deverá prestar os serviços de garantia.
2015/074 12/6/2015 a 11/6/2016	Prestação de serviços de suporte técnico e de manutenção, com fornecimento de peças em dois <i>switches</i> FC de rede de armazenamento (SAN) em funcionamento na Câmara dos Deputados.	CHIP7 DE INFORMÁTICA ELETRO ELETRÔNICOS LTDA.ME 20.115.087/0001-50	Trata-se de infraestrutura de rede armazenamento de dados, que permite o acesso de servidores aos subsistemas de armazenamento de dados, por parte dos servidores que hospedam serviços corporativos da Câmara dos Deputados. A descontinuidade exigiria a contratação emergencial de serviços de garantia e suporte técnico para não colocar em risco a disponibilidade dos serviços.
2015/109.0 31/12/2015 a 30/12/2016	Prestação de serviços de suporte técnico, com garantia de funcionamento, atualização de 15 licenças do <i>software</i> Softwell Maker, para a versão mais recente existente durante a vigência do contrato, incluindo 3 visitas técnicas e treinamento para 8 pessoas, pelo período de 12 meses.	SOFTWELL SOLUTIONS EM INFORMÁTICA LTDA. – EPP 08.885.119/0001-09	Não há plano de ação em caso de descontinuidade do contrato.
2015/110.0 15/07/2015 a 24/11/2015	Aquisição de solução corporativa de armazenamento de dados, composta de subsistema de discos, para a ampliação do ambiente de armazenamento de dados da Câmara dos Deputados.	AMÉRICA TECNOLOGIA DE INFORMÁTICA E ELETRO- ELETRÔNICO LTDA. 06.926.223/0001-60	Trata-se de infraestrutura crítica de armazenamento de dados, que hospeda parte dos serviços corporativos da Câmara dos Deputados. O contrato encontra-se finalizado, com equipamentos em regime de garantia.
2015/130.0 21/8/2015 a 20/8/2019	Prestação de serviços de impressão corporativa, mediante disponibilização de equipamentos para impressão monocromática A4, incluindo instalação, configuração, treinamento dos usuários, garantia de funcionamento da solução, suporte técnico e fornecimento de todos os suprimentos, exceto papel, sem previsão de consumo mínimo, pelo período de 48 meses.	MICROSENS LTDA. 78.126.950/0003-16	Não existem ações planejadas no caso de descontinuidade deste contrato que é o responsável pelo provimento de serviços de impressão aos gabinetes dos senhores parlamentares. Caso seja descontinuado, todos os equipamentos ora disponibilizados deverão ser restituídos à contratada, com a consequente interrupção dos serviços.
2015/166.0 2/10/2015 a 17/10/2017	Aquisição de licença do <i>software</i> CorelDRAW, com garantia de atualização.	ABRA INFORMÁTICA LTDA. EPP 09.186.091/0001-76	Não existem ações planejadas para o caso da descontinuidade deste contrato. O presente contrato prevê o uso de licenças do produto CorelDRAW, cuja aquisição foi realizada para unidades específicas da Casa. Alternativamente, caso as licenças não possam ser utilizadas por conta da descontinuidade do contrato, há possibilidade de uso de alguns produtos de <i>software</i> livre, mas com perda de funcionalidades e de compatibilidade com os trabalhos já desenvolvidos.
2015/187.0 28/12/2015 a 24/2/2019	Aquisição de 560 microcomputadores portáteis, tipo <i>notebook</i> corporativo, com garantia mínima de 36 meses para o <i>notebook</i> e demais periféricos e 12 meses para a bateria.	LENOVO TECNOLOGIA LTDA. 07.275.920/0001-61	Caso este contrato seja descontinuado, não será possível promover a substituição de 560 computadores do tipo <i>notebook</i> de uso pelos senhores parlamentares, além do fornecimento de equipamentos dessa natureza a unidades da estrutura da Casa.

Contrato/vigência	Objeto	Fornecedor	Ações planejadas em casos de descontinuidade do contrato
2015/209 18/12/2015 a 17/12/2016	Prestação de serviço de acesso IP permanente, dedicado e exclusivo entre a rede de dados da Câmara dos Deputados e a rede mundial de computadores (internet), mediante implantação de enlace de comunicação de dados, podendo ter velocidades de 600 Mbps, 750 Mbps, 900 Mbps, 1050 Mbps, 1200 Mbps, 1350 Mbps e 1500 Mbps, compreendendo instalação, configuração, ativação, suporte técnico e gerenciamento, por meio de equipamentos roteadores de propriedade da empresa contratada.	LEVEL 3 COMUNICAÇÕES DO BRASIL LTDA. 04.622.116/0001-13	Como há dois <i>links</i> contratados, com a interrupção de um <i>link</i> , o outro passa a comportar o tráfego. Entretanto, o desempenho pode ser comprometido, a depender do tráfego dos usuários da Casa. Caso os dois contratos sejam interrompidos, o acesso à internet será interrompido. Não há medida paliativa.
2015/210 18/12/2015 a 17/12/2016	Prestação de serviço de acesso IP permanente, dedicado e exclusivo entre a rede de dados da Câmara dos Deputados e a rede mundial de computadores (internet), mediante implantação de enlace de comunicação de dados, podendo ter velocidades de 600 Mbps, 750 Mbps, 900 Mbps, 1050 Mbps, 1200 Mbps, 1350 Mbps e 1500 Mbps, compreendendo instalação, configuração, ativação, suporte técnico e gerenciamento, por meio de equipamentos roteadores de propriedade da empresa contratada.	MAISDOISX TECNOLOGIA EM DOBRO LTDA. 72.843.212/0001-41	Como há dois <i>links</i> contratados, com a interrupção de um <i>link</i> , o outro passa a comportar o tráfego. Entretanto, o desempenho pode ser comprometido, a depender do tráfego dos usuários da Casa. Caso os dois contratos sejam interrompidos, o acesso à internet será interrompido. Não há medida paliativa.
2015/220.0 10/12/2015 a 9/12/2016	Prestação de serviços de garantia de funcionamento, atualização e suporte técnico para a solução <i>firewall</i> Check Point <i>Firewall-1</i> , pelo período de 12 meses.	MAISDOISX TECNOLOGIA EM DOBRO LTDA. 03.369.656/0001-74	Não há alternativa. O <i>firewall</i> é ferramenta indispensável à segurança da Casa e ficará sem suporte. Esse contrato se encerra esse ano e já está em andamento uma nova contratação para o <i>firewall</i> .

Fonte: Centro de Informática.

Quadro A6 – Julgamento de contas anual do exercício de 2013

Caracterização da determinação do TCU				
Processo TC	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
017.607/2014-0	5.589/2015-Primeira Câmara	1.7.1. (c.1, c.2, c.3, c.4, c.5, c.6, c.7)	Aviso 1.153-GP/TCU, de 8/10/2015 Processo/CD 143.097/2015	12/1/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação				
Câmara dos Deputados				
Descrição da determinação				
<p>Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, Acordam, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno, que sejam julgadas regulares as contas dos Srs. Henrique Eduardo Lyra Alves, CPF-130.470.197-20; Marco Aurélio Spall Maia, CPF-475.008.670-34; André Luiz Vargas Ilário, CPF-497.509.509-25; Rosilda de Freitas, CPF-379.675.177-68; Eduardo Henrique da Fonte de Albuquerque Silva, CPF-534.671.084-15; Fábio Salustino Mesquita de Faria, CPF-021.287.284-28; Jorge Tadeu Mudalen, CPF-956.632.238-00; Simão Sessim, CPF-034.410.677-20; Inocêncio Gomes de Oliveira, CPF-001.776.014-34; Maurício Quintella Malta Lessa, CPF-03.556.334-34; Júlio César Delgado, CPF-819.933.586-68; Antônio Carlos Biffi, CPF-797.963.468-34; Geraldo Resende Pereira, CPF-128.969.181-91; Luiz Gonzaga Patriota, CPF-019.609.704-93; Carlos Humberto Mannato, CPF-74.807.887-20; Wolney Queiroz Maciel, CPF-749.899.104-78; Carlos Eduardo Cintra da Costa Pereira, CPF-02.306.854-04; Vitor Penido de Barros, CPF-010.754.386-91; Sérgio Ivan Moraes, CPF-205.042.250-49; Hidekazu Takayama, CPF-524.993.838-87; Rogerio Ventura Teixeira, CPF-292.707.311-20, dando-lhes quitação plena e, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno, que sejam julgadas regulares com ressalva as contas dos responsáveis Srs. Carlos Eduardo Torres Gomes, CPF-313.402.611-20; Márcio Miguel Bittar, CPF-237.963.321-53; Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida, CPF-358.677.601-20; Fábio Chaves Holanda, CPF-170.479.943-00; Cassia Regina Ossipe Martins Botelho, CPF-385.325.731-34, dando-lhes quitação.</p> <p>[...]</p> <p>1.7.1. Determinar à Câmara dos Deputados com fundamento no art. 208, § 2º, do RI/TCU, que, se ainda não o fez:</p> <p>c.1) adote nos processos de governança corporativa, gestão estratégica e gerência de projetos metas explícitas e específicas e indicadores que permitam avaliação objetiva do desempenho da gestão;</p> <p>c.2) promova a integração efetiva entre a gestão de projetos e a gestão de processos, de modo a que a clara identificação de processos estratégicos permita a devida alocação de esforços para a consecução dos objetivos organizacionais, além de permitir que os projetos, ao serem executados, gerem os impactos esperados;</p> <p>c.3) promova melhorias no processo de diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los;</p> <p>c.4) promova melhoria na definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão;</p> <p>c.5) promova melhorias no nível de avaliação de riscos de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo;</p> <p>c.6) promova melhoria na mensuração e classificação dos riscos identificados, de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão; e</p> <p>c.7) adote ou promova melhorias no registro de histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.</p>				
Providências adotadas				
<p>Por força da Resolução/CD 32/2002, compete à Assessoria de Projetos e Gestão a gestão estratégica de projetos e de processos na Câmara dos Deputados. O modelo de gestão estratégica na Câmara foi instituído pelo Ato da Mesa 56/2009, e regulamentado pela Portaria/DG 233/2009.</p> <p>Em relação à determinação contida no item 1.7.1, alínea c.1, o Comitê de Gestão Estratégica (CGE) da Câmara dos Deputados é a instância de governança que delibera sobre o planejamento estratégico, a gestão de processos e a gestão de projetos no âmbito corporativo e, pelos seus respectivos Comitês Setoriais de Gestão (CSGs) no âmbito das diretorias e secretarias da Câmara. A avaliação objetiva do desempenho da gestão é competência do CGE e dos CSGs da Casa. As reuniões dos CSGs são realizadas previamente para analisar os portfólios setoriais correspondentes e subsidiar a pauta das Reuniões de Avaliação Estratégicas (RAEs) corporativas. As metas de quantidade de reuniões corporativas ordinárias anuais são regularmente cumpridas.</p> <p>No que se refere aos processos de governança corporativa e de gestão estratégica, a Câmara dos Deputados adota desde 2009 indicadores de desempenho dos projetos setoriais e corporativos priorizados e desenvolvidos na Casa. Os gerentes de projeto prestam contas das metas de desempenho relativas a prazo e escopo dos projetos sob sua responsabilidade aos patrocinadores, que reportam resultados aos comitês de gestão, responsáveis pela aprovação dessas metas ou pela adoção de medidas corretivas. Em 2015, além dos custos de aquisições, foram adotadas medidas para fomentar a gestão</p>				

de outros custos internos aos projetos, como pessoal e serviços diretamente alocados. Metas relacionadas às linhas de base de custos de projetos serão adotadas em 2016, a partir de uma nova metodologia em desenvolvimento na Casa. Os indicadores de acompanhamento do portfólio de projetos corporativos, conforme consta no Relatório de Gestão de 2014 (p. 77), dão conta de que, no ciclo de gestão anterior, 50% dos projetos corporativos foram concluídos; 12% passaram a ser desenvolvidos como projetos setoriais; 17% foram cancelados ou suspensos e 21% permaneceram como projetos corporativos remanescentes para o ciclo de gestão atual.

O Projeto Gabinete Sustentável, instituído por meio do Ato do Primeiro Secretário 1/2015, é um exemplo de projeto calcado em metas e indicadores de desempenho. Os processos de definição e de uso de indicadores de desempenho vêm amadurecendo na Câmara dos Deputados. Para fomentar a cultura de gestão de indicadores, de agosto/2012 a dezembro/2015, a Câmara desenvolveu o projeto corporativo Indicadores de Gestão. Entre suas entregas está a definição do processo de trabalho de criação e uso de indicadores de desempenho da gestão, alinhado ao modelo de governança da Casa.

A respeito da determinação contida no item 1.7.1, alínea c.2, a integração efetiva entre a gestão de projetos e a gestão de processos ocorre desde a seleção dos portfólios estratégicos setoriais corporativos e, pode-se afirmar que todos os projetos desenvolvidos dizem respeito a processos organizacionais. Em cumprimento ao modelo de governança da gestão estratégica, a Diretoria-Geral da Câmara acompanha a execução da estratégia e avalia a necessidade de corrigir problemas ou de adotar novas medidas. Nesse sentido, os portfólios de projetos são definidos e conduzidos no intuito de agregar mais eficiência e eficácia aos processos desenvolvidos ou de criar novos processos para oferecer novos produtos e serviços à sociedade e aprimorar a infraestrutura física, tecnológica e de serviços, a fim de dar melhor suporte aos parlamentares no exercício de suas funções constitucionais de representar o povo brasileiro, legislar e fiscalizar os atos da administração pública.

Os projetos corporativos do ciclo anterior encerrados em 2015, tais como e-Democracia 2.2, TV Digital, Acessibilidade do Portal, Sistema de Presença, Votação e Eleição nas Comissões, Integração de Informações Parlamentares (módulos: posse e cadastro parlamentar), Política de Governança do Portal, Modernização do DCD, Arquitetura da Informação e Mobilidade Sustentável, tiveram seus resultados auferidos nos macroprocessos finalísticos e de apoio da Casa, com impacto nos macroprocessos gerenciais e de apoio correspondentes. Os projetos encerrados em 2015 (Indicadores de Gestão e Nova Página de Pesquisa de Proposições), relativos ao ciclo atual, tiveram seus resultados parciais auferidos com impacto nos macroprocessos respectivos. Merece destaque o projeto setorial desenvolvido para disponibilizar os documentos fiscais comprobatórios de despesas ressarcidas pela Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar no portal da Câmara dos Deputados, facilitar o controle social das despesas parlamentares e atender às exigências da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011).

A segunda versão da Metodologia de Gestão de Projetos da Câmara dos Deputados tem como um dos objetivos aprimorar o alinhamento entre os projetos e os processos, incluindo alterações nas etapas de iniciação do projeto e de detalhamento do escopo a fim de avaliar previamente os impactos das entregas do projeto nos processos já desenvolvidos ou a necessidade de criar novos processos em função dessas entregas. A nova metodologia também prevê a inclusão da etapa avaliação de benefícios do projeto, a fim de acompanhar o alcance dos benefícios nos processos impactados após o encerramento do projeto.

Sobre a determinação do item 1.7.1, alínea c.3, tem-se que a disciplina de gestão de riscos, com enfoque metodológico específico, ainda é recente no serviço público, sendo as experiências mais consolidadas as que se relacionam às instituições que operam no mercado financeiro. Entretanto, todas as atividades envolvem riscos e, mesmo sem rotular como gestão de riscos, diversas áreas da Casa adotam, em trabalhos técnicos que realizam o diagnóstico dos riscos envolvidos e consideram a probabilidade de ocorrência desses riscos peculiares às suas atividades a fim de adotar as medidas necessárias para mitigá-los.

Em relação aos riscos que podem afetar os processos estratégicos, é de fundamental importância manter a ordem interna no sentido de garantir o acesso seguro aos plenários das comissões e ao plenário Ulysses Guimarães, locais onde acontecem os debates e as votações essenciais ao desenvolvimento dos macroprocessos finalísticos de elaborar diplomas legais e fiscalizar os seus atos e os dos demais poderes. Nesse sentido, a estrutura administrativa da Casa conta com o Departamento de Polícia Legislativa (Depol), que, entre outras atribuições definidas pela Resolução/CD 18/2003, responsabiliza-se pelas atividades de polícia ostensiva e preservação da ordem e do patrimônio, nos edifícios da Câmara dos Deputados e em suas dependências externas. O Depol acompanha a agenda legislativa a fim de melhor gerir o acesso às dependências da Casa e garantir a segurança dos parlamentares e servidores que atuam nos processos de trabalho relacionados à elaboração legislativa e à fiscalização, considerados estratégicos, já que estão diretamente relacionados à missão institucional e à visão de futuro.

Quanto aos riscos que afetam a continuidade de negócios por falhas/rupturas de serviços de tecnologia da informação, em 27/9/2013, foi instituído, por meio da Portaria/DG 406/2013, o modelo e Governança de TIC na Câmara dos Deputados, criando o Comitê Estratégico de TIC (Ceti) e o Comitê Diretivo de TIC (CDTI), fundamentados no Control Objectives for Information and related Technology (Cobit 4.1), principal referência de boas práticas em processos de TIC. Inserido na governança corporativa, o modelo prevê a existência do Plano Estratégico de TIC (Peti) e do Plano Diretor de TIC (PDTI). O Centro de Informática (Cenin) gerencia as ações definidas pelo Comitê Estratégico de TIC no Peti e no PDTI. Nesse sentido, o centro desenvolve um planejamento das ações associadas à TIC para assegurar a disponibilidade e o bom desempenho dos serviços e modernizar e ampliar o ambiente tecnológico, de forma a mitigar os riscos associados à dependência das soluções de TIC para o funcionamento da Casa.

No processo de gestão estratégica, a Câmara dos Deputados adota práticas para gestão de riscos em projetos, que são utilizadas para iniciativas corporativas e setoriais. As práticas estão previstas na Metodologia de Gestão de Projetos da Casa, e têm como referência os preceitos do Project Management Institute (PMI), instituição de maior reconhecimento internacional em gestão de projetos. A referida metodologia estabelece práticas de gestão de riscos nas etapas do planejamento e na etapa da execução e monitoramento. Na etapa de planejamento é feita a identificação e o tratamento dos riscos na declaração de escopo do projeto e são registrados os itens descrição do risco, ação proposta e responsável pela ação. Na etapa de execução e monitoramento, o gerente do projeto registra, periodicamente, no relatório de situação os principais pontos de atenção (problemas ou riscos). Alguns projetos em andamento merecem destaque neste tópico por terem sido motivados por riscos de alta relevância para a Casa. São eles:

a) Painel de Processos e Pessoas, desenvolvido em função de sério risco de falta de pessoal para desenvolver processos essenciais na Casa, decorrente do crescente número de aposentadorias de servidores efetivos sem a possibilidade de reposição imediata. O projeto irá contribuir com um diagnóstico sobre a força de trabalho alocada aos processos críticos a fim de evitar a descontinuidade de processos de alta relevância, e

b) Projeto Segurança, criado para mitigar riscos de alta magnitude à segurança dos parlamentares, servidores e demais cidadãos que frequentam as instalações da Câmara dos Deputados. Seguindo as orientações do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal (CBMDF), o projeto promoveu readequações estruturais e implementou o plano de emergência e pânico. Como ação continuada, estão sendo realizados treinamentos com as diversas áreas da Casa para lidar com as situações de emergência, tais como simulações de desocupação dos edifícios em caso de incêndio.

Sobre a determinação do item 1.7.1, alíneas c.4, c.5 e c.6, informa-se as medidas adotadas para mitigar esses riscos.

Riscos operacionais, de informações e de conformidade são atualmente geridos no âmbito dos departamentos da Câmara.

a) Quanto aos riscos relacionados à infraestrutura física, o Departamento Técnico (Detec) é o órgão responsável por mitigar aqueles que afetem a segurança e a qualidade de vida dos servidores e assegurar a conformidade e a eficiência das edificações da Câmara. Dentre as principais medidas para mitigar esses riscos, o Detec desenvolve o Programa de Manutenção Predial da Câmara dos Deputados (PMP/CD) e o Plano de Ação de Adequação das Instalações da Câmara dos Deputados às Normas de Segurança Contra Incêndio e Pânico.

b) O Departamento de Polícia Legislativa (Depol) gerencia continuamente os riscos ligados à segurança do presidente da Câmara dos Deputados, realizando o levantamento antecipado dos locais onde deverão ocorrer eventos com a sua presença, obtendo informações com serviços de inteligência da Câmara e de outros órgãos de segurança pública, de forma a planejar as ações e distribuir as equipes. Atua também com os riscos associados às autoridades nacionais e estrangeiras em visita à Casa.

c) O Centro de Informática (Cenin) desenvolve as seguintes ações de mitigação de riscos operacionais de TIC de forma sistemática, por meio de:

- relatório de alerta – gestão: relatório mensal destinado a todos os gestores do Cenin com alertas de riscos em projetos, processos, execução orçamentária e contratações;
- relatório de impacto: documento do Processo de Gestão de Demandas destinado a alertar os cenários prováveis de aceitação de uma demanda apresentada fora do período de planejamento; e
- *checklist* para contratações: *checklist* contemplando análise de riscos durante a instrução de um processo de contratações.

d) No que diz respeito aos riscos relacionados às atividades de atendimento ambulatorial e de emergência, clínica médica, campanhas de saúde preventiva e laboratório de análises clínicas, o Departamento Médico (Demed) gerencia, desde 2004, o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde (PGRSS), a fim de atender às normas legais vigentes sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde, preocupando-se com os riscos à saúde pública e ao meio ambiente e com a prevenção de acidentes (Lei 12.305/2010, Resolução/Conama 5/1993, Resolução/Conama 283/2001, Resolução/Anvisa RDC 33/2003, RDC/Anvisa 306/2004 e Resolução/Conama 358/2005).

e) A Secretaria de Controle Interno (Secin), por sua vez, adota práticas de gestão de riscos no desenvolvimento de suas ações de fiscalização. A unidade tem investido em capacitação dos servidores nessa disciplina e definiu em seu planejamento estratégico “planejar ações de controle observando critérios de risco, governança e conformidade” como uma de suas linhas de atuação.

Com o amadurecimento da gestão estratégica, a Câmara percebeu a necessidade de consolidar as diversas iniciativas e ampliar sua atuação investindo na gestão de riscos corporativos. Essa disciplina tem a finalidade de prover os gestores com ferramentas e técnicas para tratar com eficácia os riscos e oportunidades, de forma a melhorar a capacidade da organização em gerar valor para a sociedade. Nesse sentido, a Câmara dos Deputados iniciará em 2016 um projeto com a finalidade de implantar as práticas de identificação e avaliação de riscos de forma contínua por meio da definição de modelo de gestão de riscos corporativos, a fim de subsidiar a tomada de decisão e promover melhorias na definição e tratamento de riscos operacionais, de informações e de conformidade.

Por fim, acerca da determinação contida no item 1.7.1, alínea c.7, a Câmara dos Deputados sempre tem adotado ou promovido melhorias nos seus processos internos relativos às fraudes e perdas registradas decorrentes das fragilidades constatadas.